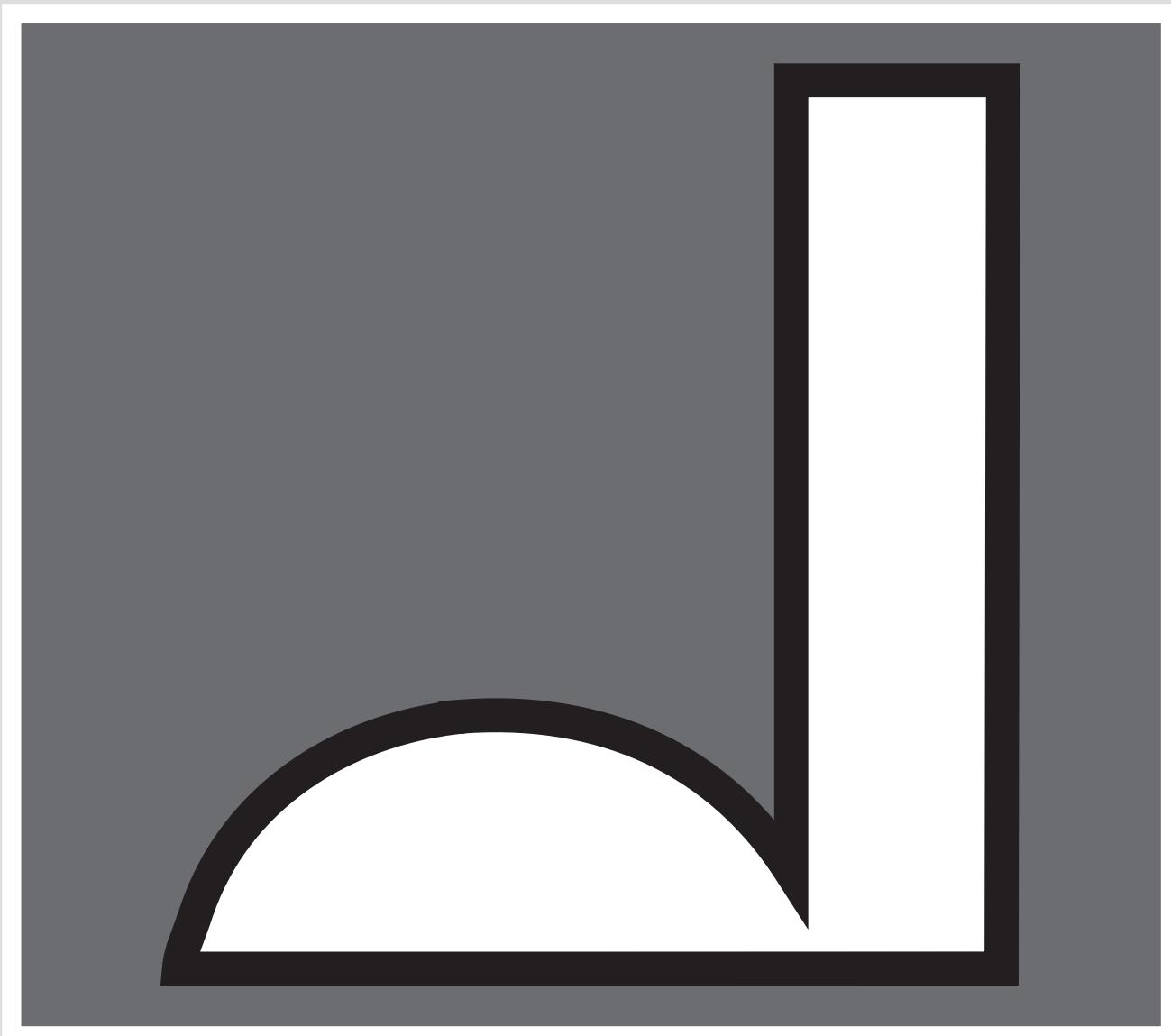




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 036 - TERÇA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF
1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC	4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO
2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT	
1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB	Suplentes de Secretário
2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER Ney Suassuna	LÍDER Delcídio Amaral – PT	LÍDER José Jorge – PFL
VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾	VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral	VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino
LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna	VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro	VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾
VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT
VICE-LÍDER DO PDT (vago)	VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾
LÍDER DO PMR- 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 15^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE MARÇO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 236/2006, de 23 de fevereiro último, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC 016.236/2005-6, com providências referentes ao Requerimento nº 604, de 2005, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

07700

1.2.2 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 148/2006, de 8 do corrente, comunicando que a Presidência daquela Casa decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei Complementar nº 180, de 1994 (PLS nº 172/92), que dispõe sobre o cumprimento do disposto no § 2º do art. 192 da Constituição Federal.

07700

1.2.3 – Parecer

Nº 194, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2004, de autoria do Senador Sibá Machado, que revoga a Lei nº 7.399, de 4 de novembro de 1985, e o Decreto nº 92.290, de 10 de janeiro de 1986, e dá outras providências.

07700

1.2.4 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 124/2005, de 1º de dezembro de 2005, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2004, que revoga a Lei nº 7.399, de 4 de novembro de 1985, e o Decreto nº 92.290, de 10 de janeiro de 1986, e dá outras providências.....

07703

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2004, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

07703

Recebimento do Aviso nº 11, de 2006 (nº 255/2006, na origem), de 2 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório de suas atividades, referente ao 4º trimestre de 2005. .

07703

Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário, do Projeto de Resolução nº 22, de 2006, que suspende a execução da expressão “manter ou não o sigilo quanto ao objeto e à autoria da denúncia”, constante do § 1º do art. 55 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e do contido no disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que, quanto à autoria da denúncia, estabelece a manutenção do sigilo.

07704

1.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2006, de autoria do Senador José Jorge, que modifica a Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, para dispor sobre a concessão de medida liminar em mandados de segurança contra atos do Supremo Tribunal Federal, do Presidente da República ou das Mesas ou Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e para estabelecer o cabimento de agravo contra a decisão do relator concessiva de liminar.

07704

Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2006, de autoria do Senador José Jorge, que regulamenta o art. 36, inciso III, da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação intervintiva perante o Supremo Tribunal Federal.

07705

Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2006, de autoria do Senador José Jorge, que dá nova redação ao *caput* e revoga o § 1º, ambos do art. 5º, da Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para dispor sobre a concessão de liminar na argüição de descumprimento de preceito fundamental.

07708

Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2006, de autoria do Senador José Jorge, que acresce o art. 30-A à Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, para estabelecer a aplicação de suas disposições às ações diretas de inconstitucionalidade por omissão.

07708

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR GILVAM BORGES – Dificuldades por que passa a Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

07709

SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre a matéria que foi capa da revista *IstoÉ* da semana passada, intitulada “Pandemia – a gripe do frango está chegando”, solicitando audiência pública

com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de discutir o problema.....	07711	Virgílio, José Agripino, Rodolpho Tourinho e o Sr. Flávio Arns (Presidente).....	07733
SENADOR ALVARO DIAS – Realização, em Curitiba, do 3º Encontro das Partes do Protocolo de Cartagena sobre a Biossegurança. Necessidade de o governo brasileiro atrair mais investimentos estrangeiros.....	07715	Nº 262, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes as informações que menciona.....	07734
SENADOR PAPALÉO PAES – Defasagem nas tabelas de honorários do Sistema Único de Saúde.....	07715	Nº 263, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta Carlos Alberto Dinelly, primeiro desportista do Amazonas a se classificar para o <i>Ironman</i> , a maior competição de triatlon do mundo.....	07735
SENADOR JOSÉ SARNEY – Registro do episódio ocorrido hoje no Amapá quando o Deputado Eider Pena (PDT – AP) teve sua casa assaltada, foi espancado e, no momento, encontra-se na UTI do Hospital São Camilo.	07719	Nº 264, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à jornalista Rebeca Garcia, pela edição do Caderno “Museu do Conhecimento”, suplemento dominical de elevada qualidade editorial do jornal O Estado do Amazonas	07735
1.2.8 – Fala da Presidência		Nº 265, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao escritor e membro da Academia Amazonense de Letras Armando de Menezes, pelo lançamento de seu novo livro intitulado <i>Casa da Dona Santa</i>	07735
Fala do Presidente atendendo solicitação do Senador José Sarney.	07719	Nº 266, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado das Minas e Energia as informações que menciona....	07736
Relato do comparecimento de S. Exª à posse da Presidente Michelle Bachelet, do Chile.	07719	Nº 267, de 2006, de autoria do Senador Renan Calheiros, em aditamento ao Requerimento de 08 de março de 2006, referente ao comparecimento de S. Exª às solenidades de posse da Senhora Michelle Bachelet como presidente do Chile.....	07736
1.2.9 – Comunicação		1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)	
Do Senador Geraldo Mesquita Junior, referente à sua filiação, a partir desta data, ao PMDB.	07720	SENADORA HELOÍSA HELENA – Considerações sobre o pronunciamento do Senador Antero Paes de Barros. Polêmica sobre o impacto da elevação do salário mínimo sobre a folha de pessoal do setor público.....	07736
1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)		SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Análise de matérias veiculadas pela imprensa, nas últimas semanas, sobre a administração Lula.....	07739
SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Comentários sobre a decisão de passar a integrar a bancada do PMDB.....	07720	SENADOR AMIR LANDO – Projeto que trata da criação da Receita do Brasil.....	07739
SENADOR NEY SUASSUNA , como Líder – Apelo ao Ministro da Agricultura para que forneça sementes aos agricultores do Nordeste a fim de possam aproveitar as chuvas que estão caindo na região.....	07722	SENADORA IDELI SALVATTI – Pesar pelo falecimento do Embaixador César Moreira. Repercussão de portaria que credenciou 12 hospitais catarinenses em alta complexidade cardiovascular. Programa “Farmácia Popular”.....	07741
SENADOR MÃO SANTA – Registro das comemorações, no dia de hoje, da Batalha do Jenipapo.	07723	SENADOR JOSÉ JORGE, como Líder – Comentários sobre a emenda à Constituição que trata do Fundeb.....	07743
SENADOR SIBÁ MACHADO , como Líder – Considerações sobre o programa do governo federal “Luz para Todos”.	07726	SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Anúncio, pelo presidente Lula e o presidente Chávez, da instalação da refinaria de petróleo em Pernambuco, na cidade de Abreu e Lima.	07744
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Considerações sobre entrevista do ex-deputado Roberto Jefferson, divulgada pela imprensa do final de semana, e análise de notícias veiculadas pelos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo sobre a atual crise política.....	07727	SENADOR FLÁVIO ARNS, como Líder – Encaminhamento de discurso sobre a realização, em Curitiba, do 3º Encontro das Partes do Protocolo de Cartagena sobre a Biossegurança. Destaque para a iniciativa do Senado Federal do lançamento do	
1.2.11 – Leitura de requerimentos			
Nº 261, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Embaixador César de Faria Domingues Moreira, ocorrido na cidade de Oslo, Noruega. Usam da palavra no encaminhamento da matéria os Srs. Antonio Carlos Magalhães, Arthur	07731		

Programa de Valorização de Pessoas com Deficiência e da campanha “Com as nossas diferenças somos todos iguais”	07747	engenheiro eletricista Manuel Cardoso, inventor do mouse ocular. Apelo ao Governador do Amazonas solicitando providências para reduzir a violência no interior do Estado.	07768
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Encaminhamento de matéria da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS para constar dos Anais do Senado.....	07750	1.2.14 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia designada.....	07770
SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Comentários sobre editorial do jornal O Estado de S. Paulo sobre a Lei do Gás.....	07752	1.3 – ENCERRAMENTO 2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES	
1.2.13 – Discursos encaminhados à publicação		Proferidos pelos Senadores Alvaro Dias, nas sessões de 17 de fevereiro, 8 e 10 de março de 2006; e Flexa Ribeiro, na sessão de 8 de março de 2006.....	07773
SENADOR PAPALÉO PAES – Registro do editorial intitulado “A tática do despiste”, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 22 de fevereiro último.	07754	3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 13-3-06 4 – CONVÊNIO	
SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “CPI vê aplicações suspeitas no Rural e no BMG”, publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 20 de fevereiro último.	07755	Nº 8, de 2006, entre o Senado Federal e a Associação de Benefícios aos Servidores do Senado Federal.....	07784
SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentários sobre a matéria intitulada “Bancos têm lucro recorde com Lula”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 23 de fevereiro último.	07756	5 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 64, de 2006.	07788
SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários sobre a matéria intitulada “Campanha só em 5 de julho, adverte Marco Aurélio”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 24 de fevereiro último.	07757	6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Nºs 427 a 450, de 2006.	07789
SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro da matéria intitulada “Nunca houve governo tão submisso”, publicada no jornal O Globo , edição de 3 de março corrente.	07758	SENADO FEDERAL	
SENADOR LUIZ PONTES – Comentários sobre a matéria intitulada “CNBB acusa Lula de tornar País um paraíso financeiro”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 2 de março corrente.	07759	7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL - 52ª LEGISLATURA	
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da matéria intitulada “O que falta para o Brasil crescer”, publicada na revista Época , edição de 6 de março corrente.	07760	8 – SECRETARIA DE COMISSÕES 9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
SENADOR PEDRO SIMON – Apelo à sensibilidade política do governo em favor da categoria dos Procuradores da Fazenda Nacional e do aparelhamento institucional do sistema fiscalizador do Estado.....	07768	11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR 12 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR 13 – PROCURADORIA PARLAMENTAR 14 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Aplausos às palavras do Arcebispo de Manaus sobre o tema da Campanha da Fraternidade deste ano: Fraternidade e Pessoas com Deficiência. Felicitações ao		CONGRESSO NACIONAL 15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL 16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		17 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira) 18 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI) 19 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO	

Ata da 15^a Sessão Não Deliberativa, em 14 de março de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Papaléo Paes, Alvaro Dias, Ney Suassuna, Flávio Arns e Roberto Saturnino

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Nº 236/2006, de 23 de fevereiro último, encaminhado cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC 016.236/2005-6, com providências referentes ao Requerimento nº 604, de 2005, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência comunica ao Plenário que o acórdão foi encaminhado, em cópia, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O requerimento aguardará, na Secretaria-Geral da Mesa, a realização da segunda etapa da auditoria determinada pelo Tribunal de Contas da União.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 148/06/PS-GSE

Brasília, 8 de março de 2006

Assunto: comunica o arquivamento do PLP 180/94

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei Complementar nº 180, de 1994 (PLS 172/92), que “Dispõe sobre o cumprimento do disposto no § 2º do art. 192 da Constituição Federal”.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 194, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2004, de autoria do Senador Sibá Machado, que revoga a Lei nº 7.399, de 4 de novembro de 1985, e o Decreto nº 92.290, de 10 de janeiro de 1986, e dá outras providências”.

Relatora: Senadora Fátima Cleide

Relatora Ad Hoc: Senadora Lúcia Vânia

I – Relatório

Em análise nesta CAS, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2004, de autoria do Senador Sibá Machado. Trata-se de proposição que revoga a Lei nº 7.399, de 1985, para suprimir a mudança que ampliou o rol dos profissionais aptos ao exercício da profissão de geógrafos, concedendo aos portadores de títulos de Mestre e Doutor em Geografia essa possibilidade.

Nos termos da justificação, é “inadmissível que um profissional de qualquer curso superior com mestrado e doutorado em uma determinada especialização da Geografia, possa exercer a profissão em toda sua plenitude e abrangência”. No caso, as atividades de reconhecimento, levantamento, estudo, pesquisa e investigação científica nos campos da Ciência geográfica estariam sendo permitidas a profissionais altamente especializados em, por exemplo, Zoogeografia, Fitogeografia, Antropologia, etc. Assim, a falta de formação acadêmica ao nível de graduação e bacharelado, por parte desses profissionais, estaria prejudicando os profissionais realmente preparados para o exercício completo de todas as atribuições ligadas à Geografia.

Pretendendo não prejudicar os profissionais já registrados nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, a proposição garante a eles o direito à continuidade do exercício profissional.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

III – Análise

O tema objeto da iniciativa em análise – normas sobre o exercício profissional – pertence ao ramo do Direito do Trabalho. A iniciativa nesta temática é comum, nos termos do art. 61 da Carta Magna. Compete ao Congresso Nacional analisar essas matérias, conforme prevê o art. 48 do texto constitucional. No que se refere à iniciativa e competência para legislar, portanto, não há impedimentos constitucionais a registrar. Tampouco detectamos aspectos regimentais ou jurídicos que deponham contra a aprovação da proposta.

No mérito, somos favoráveis à aprovação do projeto. De fato, a legislação em vigor exagera ao permitir que graduados em outros cursos superiores, com conhecimentos muito específicos, possam se dedicar a todas as atividades de reconhecimento, levantamento, estudo, pesquisa e investigação científica nos campos da Ciência Geográfica.

A aprovação do projeto limitará o número de profissionais aptos a habilitar-se ao exercício da profissão de geógrafo, permitindo assim que apenas os realmente capazes atuem. Ademais, os usuários dos

serviços não serão enganados no que se refere à real competência do profissional a ser contratado. A especialização pode ser positiva, dada a profundidade do conhecimento obtido. Mas, em muitos casos, limita a amplitude desse mesmo conhecimento em relação a uma matéria específica (no caso, a geografia), combinando dados e informações de diversas áreas.

Registre-se, finalmente, que o mercado de trabalho, por si só, não é capaz de sanar as distorções e injustiças decorrentes de uma regulamentação inapropriada do exercício profissional. Os geógrafos têm o direito de não ter o seu espaço de ocupação expropiado, com redução dos postos de trabalho disponíveis para a categoria e impactos negativos sobre a remuneração em geral. Nesse sentido, a mudança legal proposta pode restabelecer as condições ideais de trabalho para os geógrafos.

III – Voto

Em face dos argumentos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2004.

Sala da Comissão, 1º de dezembro de 2005.

SENADO FEDERAL COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 117, DE 2004.	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 1º / 12 / 2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Lúcia Vânia</i>	
RELATOR: SENADORA FÁTIMA CLEIDE	<i>J. C. Costa</i>
BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTES
MARCO MACIEL – PFL	1- HERÁCLITO FORTES – PFL
GILBERTO GOELLNER – PFL	2- JOSÉ JORGE – PFL
MARIA DO CARMO ALVES – PFL	3- DEMÓSTENES TORRES – PFL
RODOLPHO TOURINHO – PFL	4- ROMEU TUMA – PFL
FLEXA RIBEIRO – PSDB	5- EDUARDO AZEREDO – PSDB
ONEL PAVAN – PSDB	6- PAPALÉO PAES – PSBD
LÚCIA VÂNIA – PSDB	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB
REGINALDO DUARTE – PSD	8- SÉRGIO GUERRA – PSDB
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTES
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO <i>(Costa)</i>
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- IRIS DE ARAÚJO
(VAGO)	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- DELCÍDIO AMARAL (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IVELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPlicy (PT)
MARCELO CRIVELA (PMR)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	6- JOÃO CABIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
AUGUSTO BOTELHO.	1- CRISTÓVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO**PROJETO: LEI DO SENADO N° 117, DE 2005.**

TITULARES - Bloco da Minoria (PFL PSDB).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL - PFL					1- HERACLITO FORTES - PFL.				
GILBERTO GOELLNER - PFL					2- JOSÉ JORGE - PFL.				
MARIA DO CARMO ALVES - PFL					3- DEMOSTENES TORRES - PFL.	X			
RODOLPHO TOURINHO - PFL	X				4- ROMEU TUMA - PFL.	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	X				5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.	X			
LEONEL PAVAN - PSDB.					6- PAPALEO PAES - PSDB				
LÚCIA VÂNIA - PSDB. Relatora "ad hoc"	X				7- TEOTÔNIO VIEIRA FILHO - PSDB.				
REGINALDO DUARTE - PSDB.	X				8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NEY SUASSUNA					1- WELLINGTON SALGADO				
ROMERO JUCA					2- RAMÉZ TEBET	X			
VALDIR RAUPP					3- JOSÉ MARANHÃO				
MÃO SANTA					4- PEDRO SIMON				
SÉRGIO CABRAL					5- IRIS DE ARAUJO				
VAGO					6- GERSON CAMATA	X			
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB.					1- DELCÍDIO AMARAL - PT				
FLÁVIO ARNS - PT.					2- MAGNO MALTA - PL				
IDELI SALVATTI - PT.					3- EDUARDO SUPlicy - PT				
MARCELO CRIVELLA - PMR.	X				4- Fátima Cleide - PT				
PAULO PAIM - PT	X				5- MÓZARILDO CAVALCANTI - PTB				
PATRÍCIA SABOYA GOMES - PSB					6- JOÃO CABIBERIBE - PSB				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 09 NÃO: 02 ABSTENÇÃO: AUTOR: SALA DAS REUNIÕES, EM 01/12/2005.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
PRESIDENTE

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19-12-2003)

**SUBSEÇÃO III
Das Leis**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

OF. nº 124/05 – PRES/CAS

Brasília, 1º de dezembro de 2005.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão termina-

tiva, o Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2004, que “Revoga a Lei nº 7.399, de 4 de novembro de 1985, e o Decreto nº 92.290, de 10 de janeiro de 1986, e dá outras providências. (Dispõe sobre a competência para exercer a profissão de geógrafo)”, de autoria do Senador Sibá Machado.

Atenciosamente, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O parecer lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OF. nº 124/05 – PRES/CAS

Brasília, 1º de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Exceléncia que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2004, que “Revoga a Lei nº 7.399, de 4 de novembro de 1985, e o Decreto nº 92.290, de 10 de janeiro de 1986, e dá outras providências. (Dispõe sobre a competência para exercer a profissão de geógrafo)”, de autoria do Senador Sibá Machado.

Atenciosamente, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Presidência comunica que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2004**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Presidência recebeu o **Aviso nº 11/2006 (255/2006, na origem)**, de 2 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório de suas atividades, referente ao 4º trimestre de 2005.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Resolução nº 22, de 2006**, que suspende a execução da expressão “manter ou

não o sigilo quanto ao objeto e à autoria da denúncia”, constante do § 1º do art. 55 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e do contido no disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que, quanto à autoria da denúncia, estabelece a manutenção do sigilo.

Tendo sido apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, DE 2006

Modifica a Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, para dispor sobre a concessão de medida liminar em mandados de segurança contra atos do Supremo Tribunal Federal, do Presidente da República ou das Mesas ou Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e para estabelecer o cabimento de agravo contra a decisão do relator concessiva de liminar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, passa a viger acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

“Art. 7º

.....

§ 1º Nos mandados de segurança contra ato do Supremo Tribunal Federal, do Presidente da República ou das Mesas ou Comissões do Congresso Nacional ou de suas Casas, a medida liminar que suspenda o ato que deu motivo ao pedido será concedida por decisão da maioria dos membros do Tribunal.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º deste artigo, em caso de extrema urgência ou risco de lesão grave, ou, ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, **ad referendum**, do Tribunal Pleno.(NR)”.

Art. 2º A Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, passa a viger acrescida do seguinte art. 7º-A:

Art. 7º-A: Nos mandados de segurança cuja competência originaria para procedimento é julgado for de Tribunal ou de órgão jurisdicional colegiado, inclusive na hipótese prevista no § 2º do art. 7º, da decisão do relator que conceder liminar caberá agravo para o colegiado competente, no prazo de cinco dias”.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto tem por objetivo melhor disciplinar o deferimento de medida liminar em mandados de segurança contra atos do Supremo Tribunal Federal, do Presidente da República e das Mesas ou Comissões do Congresso Nacional ou de suas Casas.

A atual redação do art. 7º da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, que dispõe sobre o processamento e julgamento das ações de mandado de segurança, autoriza que a decisão sobre o deferimento ou indeferimento de medida liminar recaia, nos órgãos judiciais colegiados especialmente nos Tribunais, e inclusive no Supremo Tribunal Federal, exclusivamente sobre o relator do processo.

O dispositivo está a merecer aperfeiçoamento, com a finalidade de harmonizá-lo com a consagrada experiência das ações diretas de constitucionalidade (ADIN), de modo que a concessão ou denegação da medida liminar nos mandados de segurança, especificamente naqueles casos em que incide a competência originária e, portanto, privativa do Supremo Tribunal Federal, por força da alínea d do inciso I do art. 102 da Constituição Federal, tenha de ser necessariamente submetida ao crivo do Plenário daquela Corte.

Como alternativa para as situações de extrema urgência e para os períodos de recesso judiciário, com a finalidade de evitar o perecimento do direito invocado ou a concretização de lesão grave, autoriza-se que o relator possa deferir a medida liminar, **ad referendum** do Plenário. Assim, acreditamos, restam ressaltadas as situações excepcionais, que, como tal, merecem tratamento excepcional.

Por fim, como consectário das medidas previstas nos §§ 1º e 2º que se pretende inserir no art. 7º, convém acrescentar um art. 7º-A, para estabelecer expressamente o cabimento do recurso de agravo contra a decisão do relator que, monocraticamente, deferir liminares em mandados de segurança, de modo que restaria superado o Enunciado nº 622 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Trata-se, sem dúvida, de matéria relevante, razão pela qual conclammos os nobres Pares a aprovarem-na, convictos que estamos de sua grande utilidade para a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 13 de março de 2006. – Senador **José Jorge**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 1.533, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1951

Altera disposições do Código do Processo Civil, relativas ao mandado de segurança.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 7º Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:

I – que se notifique o coator do conteúdo da petição entregando-lhe a segunda via apresentada pelo requerente com as cópias dos documentos a fim de que no prazo de quinze dias preste as informações que achar necessárias. (Redação dada pela Lei nº 4.166, de 1962) (Prazo: vide Lei nº 4.348, de 1964)

II – que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a inefficácia da medida, caso seja deferida.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Seção II

Do Supremo Tribunal Federal

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precípuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar originariamente:

d) o **habeas-corpus**, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o **habeas-data** contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 51, DE 2006

Regulamenta o art. 36, inciso III, da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação intervintiva perante o Supremo Tribunal Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o processo e julgamento da representação intervintiva prevista no art. 36, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 2º A representação será proposta pelo Procurador-Geral da República, em caso de violação aos princípios referidos no art. 34, inciso VII, da Constituição Federal ou de recusa, por parte de Estado-membro, à execução de lei federal.

Art. 3º A petição inicial deverá conter:

I – a indicação do princípio constitucional que se considera violado, ou, se for o caso de recusa à aplicação de lei federal, das disposições questionadas;

II – a indicação do ato normativo, do ato administrativo, do ato concreto ou da omissão questionados;

III – a prova da violação do princípio constitucional ou da recusa de execução de lei federal;

IV – o pedido, com suas especificações.

Parágrafo único. A petição inicial será apresentada em duas vias, devendo conter, se for o caso, cópia do ato questionado e dos documentos necessários para comprovar a impugnação.

Art. 4º A petição inicial será indeferida liminarmente, pelo relator, quando não for o caso de representação interventiva, faltar algum dos requisitos estabelecidos nesta lei ou for inepta.

Parágrafo único. Da decisão de indeferimento da petição inicial caberá agravo, no prazo de cinco dias.

Art. 5º O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na representação interventiva.

§ 1º Em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou, ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, **ad referendum** do Plenário.

§ 2º O relator poderá ouvir os órgãos ou autoridades responsáveis pelo ato questionado, bem como o Advogado-Geral da União ou o Procurador-Geral da República, no prazo comum de cinco dias.

§ 3º A liminar poderá consistir na determinação de que se suspenda o andamento de processo ou os efeitos de decisões judiciais ou administrativas, ou de qualquer outra medida que apresente relação com a matéria objeto da representação interventiva.

Art. 6º Apreciado o pedido de liminar, o relator solicitará as informações às autoridades responsáveis pela prática do ato questionado, que as prestarão no prazo de dez dias.

Parágrafo único. Decorrido o prazo para prestação das informações, será ouvido o Procurador-Geral da República, no prazo de dez dias.

Art. 7º Se entender necessário, poderá o relator requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que elabore laudo sobre a questão, ou, ainda, fixar data para declarações, em audiência pública, de pessoas com experiência e autoridade na matéria.

Parágrafo único. Poderá ser autorizada, a critério do relator, a manifestação e a juntada de documentos por parte de interessados no processo.

Art. 8º Vencidos os prazos previsto no art. 6º, ou se for o caso, realizadas as diligências de que trata o

art. 7º, o relator lançará o relatório com cópia para todos os Ministros, e pedirá dia para julgamento.

Art. 9º A decisão sobre a representação interventiva, somente será tomada se presentes na sessão pelo menos oito Ministros.

Art. 10. Realizado o julgamento, proclamar-se-á a procedência ou improcedência do pedido formulado na representação interventiva se num ou noutro sentido se tiverem manifestado pelo menos seis Ministros.

Parágrafo único. Estando ausentes Ministros em número que possa influir na decisão sobre a representação interventiva, o julgamento será suspenso, a fim de se aguardar o comparecimento dos Ministros ausentes, até que se atinja o número necessário para a prolação da decisão.

Art. 11. Julgada a ação, far-se-á a comunicação às autoridades ou órgãos responsáveis pela prática dos atos questionados e, se a decisão final for pela procedência do pedido formulado na representação interventiva, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, publicado o acórdão, levá-lo-á ao conhecimento do Presidente da República, para os fins do art. 36, §§ 1º e 3º, da Constituição Federal.

§ 1º Dentro do prazo de dez dias, contados a partir do trânsito em julgado da decisão, a parte dispositiva será publicada em seção especial do **Diário da Justiça** e do **Diário Oficial** da União.

§ 2º A decisão será dotada de efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público.

Art. 12. A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido da representação interventiva é irrecorrível, sendo insuscetível de impugnação por ação rescisória.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto, inspirado em sugestão que nos foi feita pelo eminentíssimo Ministro Gilmar Ferreira Mendes, do Supremo Tribunal Federal, tem por objetivo disciplinar o processo e o julgamento das representações interventivas, previstas pelo art. 36, inciso III da Constituição da República com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004 (Reforma do Judiciário).

Elaborado com o rigor técnico-científico de um dos maiores especialistas brasileiros no assunto, o projeto resgata normas de procedimento corriqueiro no Supremo Tribunal Federal, sem descurar de estabelecer rígidos parâmetros para o deferimento de liminares e o acolhimento final do pedido, tendo em vista a grave repercussão da medida no pacto federativo.

É por isso que se estabelece que o deferimento de medidas liminares, salvo hipóteses excepcionais, ocorrerá apenas por decisão da maioria absoluta dos membros da Suprema Corte. Tal regra impedirá que se torne regra a situação em que apenas um Ministro, em decisão isolada e dissociada do entendimento de seus Pares, adote medida de amplo impacto nos pilares da República.

Por outro lado, a proposição não olvida que situações urgentes podem ocorrer. Assim, em seu art. 5º, § 1º, prevê a possibilidade de deferimento de medida liminar **ad referendum** do Plenário, que deverá confirmar ou cassar a decisão, a seu talante.

Trata-se, sem dúvida, de matéria relevante que não pode pender de regulamentação, razão pela qual conclamamos os nobres Pares a aprovarem-na, convictos que estamos de sua grande utilidade para a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 13 de março de 2006. – **José Jorge.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CAPÍTULO VI Da Intervenção

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

I – manter a integridade nacional;

II – repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;

III – pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;

IV – garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;

V – reorganizar as finanças da unidade da Federação que:

a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;

b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei;

VI – prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;

VII – assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;

b) direitos da pessoa humana;

c) autonomia municipal;

d) prestação de contas da administração pública, dieta e indireta.

e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:

I – deixar de ser paga, sem motivo de força maior por dois anos consecutivos, a dívida fundada;

II – não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;

III – não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29 de 2000)

IV – o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

Art. 36. A decretação da intervenção dependerá:

I – no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;

II – no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral;

III – de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembléia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas.

§ 3º Nos casos do art. 34, VI e VII, ou do art. 35, IV, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembléia Legislativa, o decreto limitar-se-á

a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

§ 4º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, DE 2006

Dá nova redação ao *caput* e revoga o § 1º, ambos do art. 5º, da Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para dispor sobre a concessão de liminar na argüição de descumprimento de preceito fundamental.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 5º da Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 5º Salvo no período de recesso, a medida liminar na argüição de descumprimento de preceito fundamental será concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do Tribunal.

..... (NR)”

Art. 2º É revogado o § 1º do art. 5º da Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto tem por objetivo melhor disciplinar o deferimento de medida liminar em argüição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).

A atual redação do **caput** e do § 1º da Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, autoriza que a decisão sobre o deferimento ou indeferimento de medida liminar recaia exclusivamente sobre o relator do processo, ainda que **ad referendum** do Plenário daquela Corte.

O dispositivo está a merecer aperfeiçoamento, com a finalidade de harmonizá-lo com a consagrada experiência das ações diretas de constitucionalidade (ADIN), de modo que a concessão ou denegação da medida liminar nas ADPFs seja necessariamente submetida ao crivo do Plenário do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, por similar, vale a remissão ao *caput* do art. 10 da Lei nº 9.868, de 10 de dezembro de 1999.

É evidente que deve ser feita a ressalva, como propomos, de que, nos períodos de recesso forense, em que não há reuniões do Plenário do STF, a medida liminar poderá ser concedida pelo relator da matéria, pois, nesses casos, dada a inequívoca relevância

transcendente das consequências jurídicas e sociais do provimento jurisdicional que se persegue, há de existir disposição excepcional.

Trata-se, sem dúvida, de matéria relevante, razão pela qual conclamamos os nobres Pares a aprovarem-na, convictos que estamos de sua grande utilidade para a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 13 de março de 2006. – Senador **José Jorge**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999

Dispõe sobre o processo e julgamento da argüição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

Art. 5º o Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na argüição de descumprimento de preceito fundamental.

§ 1º Em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, *ad referendum* do Tribunal Pleno.

§ 2º O relator poderá ouvir os órgãos ou autoridades responsáveis pelo ato questionado, bem como o Advogado – Geral da União ou o Procurador-Geral da República, no prazo comum de cinco dias.

§ 3º A liminar poderá consistir na determinação de que juizes e tribunais suspendam o andamento de processo ou os efeitos de decisões judiciais, ou de qualquer outra medida que apresente relação com a matéria objeto da argüição de descumprimento de preceito fundamental, salvo se decorrentes da coisa julgada.

§ 4º (VETADO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, DE 2006

Acresce o art. 30-A à Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, para estabelecer a aplicação de suas disposições às ações diretas de constitucionalidade por omissão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, passa a vigor acrescida do seguinte art. 30-A:

“Art. 30-A. À ação direta de inconstitucionalidade por omissão aplicam-se, no que couberem, as disposições desta lei relativas ao processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto tem o singelo objetivo de estabelecer expressamente que as disposições da Lei nº 9.868, de 1999, são aplicadas, no que couberem, às ações diretas de inconstitucionalidade por omissão.

A proposição tem a nobre razão de solucionar questão que se põe todas as vezes que a Suprema Corte se debruça sobre tais ações. O entendimento que vem se firmando é que o procedimento da Lei nº 9.868, de 1999, se aplica por analogia. Assim, estabelecer expressamente essa aplicabilidade teria o efeito de trazer maior segurança jurídica ao sistema, evitando-se discussões desnecessárias sobre qual o procedimento a ser aplicado.

Trata-se, sem dúvida, de matéria relevante, razão pela qual conclamamos os nobres Pares a aprovarem-na, convictos que estamos de sua grande utilidade para a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, em 13 de março de 2006.
– José Jorge.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999

Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 30. O art. 80 da Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, passa vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os projetos lidos serão publicados e remetidos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, primeiro orador inscrito da sessão de hoje.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, com a prorrogação de mais cinco minutos de tolerância.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, hoje, venho falar de um direito que repto fundamental, constitucionalmente previsto: o direito à educação. E reporto-me, neste momento, à educação universitária pública, essa que vem sofrendo um imenso processo de desestruturação, embora saibamos que o melhor ensino superior em nosso País se processe nos **campi** das universidades criadas e mantidas pelo Poder Público.

Sabemos que a educação, sozinha, não pode mudar o mundo, mas que ela tem papel fundamental na evolução do indivíduo, da sociedade e da humanidade como um todo. Como disse Kant: “A educação é o maior e mais árduo problema que pode ser proposto aos homens”.

Nesse aprimoramento do ser humano, as universidades possuem a responsabilidade de formar profissionais qualificados e cidadãos capazes de exercer uma multiplicidade de atividades. As salas de aula são os locais ideais para a produção do saber e do pensamento crítico, nas mais diversas áreas do conhecimento.

Mas, independentemente dessa consciência ser compartilhada pelos responsáveis pela educação em nosso País, temos ainda um longo caminho a percorrer, obstáculos burocráticos a suplantar para que os problemas de ordem administrativa, de infra-estrutura e de recursos financeiros não se transformem em algo que turbe o real objetivo das universidades ou que se torne superior à função social da educação. Afinal, o que se busca com a formação desses milhares de jovens e adultos que ingressam em uma universidade é o desenvolvimento sócio-cultural e econômico, para um mundo melhor.

E é com grande pesar que subo a esta tribuna para dizer que a Universidade Federal do Amapá, a nossa Unifap, foi apontada pelos indicadores qualitativos do Ministério da Educação como uma instituição deficiente e, portanto, passível de rebaixamento à categoria de núcleo de educação de ensino superior. A Unifap poderá perder seu **status** de universidade, conquistado com muita luta e perseverança dos que acreditam e confiam na formação séria dos nossos jovens amapaenses.

Confesso-me estarrecido. E trago na expressão dos meus sentimentos a angústia compartilhada pela comunidade acadêmica, que, sem saber a quem recorrer, clama por ações mais fortes por parte da Bancada federal do Amapá em Brasília, como também dos Parlamentares estaduais.

Minha ligação com a Universidade Federal do Amapá é umbilical. Meu irmão Geovani Borges, quando Deputado Federal, apresentou o projeto de criação da Universidade Federal e lutou por mais de três longos anos até ver o seu sonho consubstanciado na Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, promulgada pelo então Presidente da República e atual Senador pelo nosso Estado, José Sarney.

A Unifap, que goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, que obedece ao princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, conforme seu próprio Estatuto, este ano completa 16 anos de sua fundação e corre o risco do rebaixamento.

Tal como acontece sempre que um grande problema se ergue diante da sociedade, também aqui diferentes explicações são dadas, sem que nenhuma tire dos professores e dos alunos o constrangimento e a ansiedade diante da ameaça velada, cabendo lembrar que a sua simples divulgação, ou seja, o simples anúncio de que aquele centro acadêmico não está atingindo o grau de excelência a que foi destinado já é bastante para embaraçar e constranger seus professores, pesquisadores, alunos e a todos aqueles que viram o Amapá entrar na década de 90 com o orgulho e a alegria de ver criada a nossa Universidade Federal.

Vejam, pois, os senhores, o conjunto de sonhos, esperanças, valores e conquistas que o fato reúne. Num mundo tão cheio de diversidades comportamentais e com tamanha variedade de pensamentos, pelo menos uma coisa alcança unanimidade: a educação, que é mesmo a única chama legítima contra o obscurantismo, a desigualdade e a submissão dos seres humanos.

Estamos assistindo – e revivendo – à saga dos heróis que conseguiram olhar além do limite do horizonte, olhar o futuro projetando as transformações que seus atos seriam capazes de incidir como elemento de mudança social. Fico feliz em ver o Brasil vibrar e resgatar seus heróis por meio da saga de Juscelino Kubitschek.

A Unifap ultrapassou a fase do sonho e é uma realidade concreta. Hoje, as justificativas diversas para a atual crise, como a proliferação de faculdades particulares em Macapá, são inadmissíveis, insubsistentes, especialmente porque sabemos que a competitividade entre instituição e o crescimento das opções de ensino superior são fenômenos naturais de todo o mercado. Tampouco podemos atribuir à acomodação do Governo Federal a atual conjuntura da Unifap, ainda que a ele essa proliferação de cursos particulares interesse, na medida em que o Estado se afasta da obrigação de manter um de seus deveres precípuos e constitucionais: o de garantir ensino gratuito e de qualidade.

O corpo acadêmico reclama, com razão, da insuficiência de políticas públicas de incentivo à ciência, ao reaparelhamento das instituições acadêmicas, à pesquisa, ao aperfeiçoamento do corpo técnico e do núcleo intelectual da instituição, freando o estímulo para a criação cultural e do desenvolvimento do espírito científico e da reflexão.

O baixo número de mestres e doutores é apontado como a causa principal do risco de rebaixamento do **status** da Unifap. De fato, é sabido que a instituição possui hoje um número reduzido de mestres e doutores, inclusive abaixo do que é exigido pelo Ministério da Educação, mas esta não é uma questão irremediável. Citam-se as mudanças constantes no quadro de educadores, já que os mestres e doutores que são aprovados em concurso para o Amapá passam muito pouco tempo ali e, de acordo com as conveniências de cada um, são redistribuídos para outros Estados.

Notem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que os problemas listados refletem deficiência de gerenciamento, e cumpre-nos lembrar da responsabilidade política e social e do compromisso democrático que o dirigente de uma universidade deve ter para realizar as mudanças estruturais necessárias ao atendimento das exigências legais. O dirigente é escolhido num processo democrático, o que não afasta seu dever de competência e eficiência de gerenciamento. Parecemos que há uma lamentável falha, uma triste incompetência e inapetência da atual reitoria da Unifap no cumprimento de seu múnus público.

Tenho consciência que tal como ocorre com outros centros acadêmicos, o clamor pelo investimento na pesquisa, no corpo científico, nos núcleos de prática acadêmica e na própria valorização dos docentes ainda se faz ouvir por todas as partes. O investimento na educação e a valorização dos profissionais do ensino continuam sendo uma imensa lacuna social.

Mas, decerto, deparamo-nos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, com um claro problema de má gestão administrativa na Unifap. Não se espera milagre de um reitor, mas a eficiência no trato da coisa pública, pois o gerenciamento inteligente de recursos – mesmo quando estes não são o que se espera – é o final dos bons administradores. A criatividade, a visão, a capacidade de mobilização são traços de um bom executor.

Não obstante a evidência desse fato, estarei trabalhando ao amparo da nossa Universidade, como sempre estive. Mais do que nunca, temos de arregaçar as mangas e lutar para que os recursos que já foram empenhados cheguem a se transformarem no resultado das obrigações legalmente impostas.

O Amapá é rico em reservas naturais, mas somos ainda um Estado pobre em investimentos. Não

adianta negar essa evidência. Enfrentamos vicissitudes, carências e dificuldades que não pesem sobre os ombros de outras federações na mesma proporção. Mas a adversidade nos faz crescer. Robustece-nos, endurece-nos a marcha.

Estaremos empenhados e mobilizados politicamente para evitar esse humilhante retrocesso. A Unifap é um legado, fruto do esforço, do empenho, da vontade e da coragem de homens e mulheres que lutaram para que os amapaenses tivessem sua própria Universidade, tivessem a oportunidade de permanecer no Estado, perto de suas famílias sem mais ter que pegar o barco e partir em busca de formação acadêmica superior em outras paragens, em outros Estados.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, permitir o retrocesso seria jogar um borrão em cima de cada página escrita de uma bonita e valorosa história, rasgando-se o diploma de homens e mulheres que, ao longo dos últimos 15 anos, depositaram ali seus esforço intelectuais e as projeções de um futuro melhor.

A interrupção do sonho dos jovens hoje se distribui entre os 14 cursos oferecidos pela Universidade, fechando-lhes as portas para o futuro melhor, tirando do povo do Amapá a garantia do direito sagrado ao saber, ao desenvolvimento, à integração do conhecimento, à titularidade de um segmento profissional.

Sr. Presidente, concluo permitindo-me mencionar uma parábola: se V. Ex^{as}s se deparassem com uma muda de árvore rara penando num solo ressecado, o que fariam? Acabariam de matá-la? Iriam pisoteá-la? Não. Tenho certeza de que V. Ex^{as}s a regariam para terem o prazer de vê-la reerguer-se, crescer e produzir belos e bons frutos. E isso o que estamos pedindo. Ajudem-nos a cuidar da nossa árvore, a Unifap, celeiro avançado das inteligências amapaenses.

Sr. Presidente, apelo ao Ministro, a fim de que S. Ex^a providencie esforços para o apoio técnico desse projeto, com o intuito de que possamos reestruturar a universidade, contratar doutores e dar seqüência aos atendimentos que são exigidos pela LDB e pelo Ministério da Educação.

Para encerrar, Sr. Presidente, registro lamentáveis episódios de violência no Estado do Amapá, onde o Deputado Eider Pena, sua esposa Edna, seu assessor Gerson, o professor Paulo Guerra, ex-reitor da Universidade, e sua esposa Marieta foram vítimas de assaltos seqüenciados e planejados, à mão armada, recheados de violência. Registro isso e peço providências ao Governador Waldez Góes, para que acelere e implemente um plano de segurança urgente, pois esses grupos estão aterrorizando o Estado do Amapá.

Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer que, recentemente, almocei com as pedagogas Lia e Ana

Tércia e falávamos sobre educação. Por esse motivo, quero mandar um abraço a toda comunidade acadêmica do Amapá e dizer que estamos aqui, na luta. Já estou pedindo uma audiência ao Ministro da Educação para que os procedimentos de socorro e assessoramento cheguem à Universidade Federal do Amapá.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Sérgio Zambiasi.

V. Ex^a dispõe de dez minutos com a tolerância de mais dois minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, venho à tribuna, no dia de hoje, para fazer um pronunciamento a pedido do Movimento Sindical brasileiro.

A meu ver, a idéia foi interessante, porque o Movimento Sindical muitas vezes é mal entendido, é como se apresentasse apenas reivindicações no âmbito da sua corporação. E o pronunciamento que vou fazer, Sr. Presidente, refere-se à matéria que foi capa da revista **IstoÉ** da semana passada, com o título “Pandemia – A gripe do frango está chegando”. E está na capa: “Especialistas dão prazo de 18 meses para o vírus contaminar todo o planeta e estimam em 50 milhões o número de mortos”.

O que queremos saber, Sr. Presidente? Quais os planos do Brasil no combate à pandemia e o que se está fazendo no mundo, como podemos nos preparar para enfrentar essa doença e quais os sintomas, os efeitos e o tratamento disponível.

Sr. Presidente, comentando essas manchetes que estão na capa da revista **IstoÉ**, que também são a indagação do Movimento Sindical, venho ao plenário demonstrar a preocupação de todos nós, do conjunto da população brasileira, com os efeitos produzidos pela chamada “onda da gripe aviária”.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Porto Alegre, a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, mediante correspondência enviada ao nosso gabinete, demonstraram toda a sua preocupação.

Dizem eles que, embora ainda não tenhamos registrado, no Brasil, algum caso da gripe aviária, epidemia que afeta os animais e é causada por uma variedade de vírus *influenza* (H5N1), ela já infectou pessoas e aves em diversos países e tem prejudicado a vida, a saúde, a economia e o emprego no setor avícola brasileiro e internacional.

Só como exemplo, dizem eles, a empresa Avipal S.A. – Avicultura e Agropecuária, sediada no Rio Gran-

de do Sul, já demitiu 120 trabalhadores nos últimos 40 dias. No mês passado, segundo dados divulgados, as exportações caíram 7,8%, o que significou redução de 50 mil toneladas embarcadas. A previsão é de que o setor perca US\$525 milhões ainda neste ano.

Lamentavelmente, a receita para que as empresas suportem a crise todos nós sabemos: diminuição da produção e demissão em massa de trabalhadores.

Conforme cálculos da Embrapa, a cadeia produtiva do frango gera 4 milhões de empregos no País, dos quais 400 mil podem desaparecer devido à repercussão da gripe aviária no mundo e, naturalmente, no Brasil.

Os dados que apresentamos, Sr. Presidente, e as expectativas dos técnicos são assustadores. O fato de o vírus H5N1 ter sido registrado no Hemisfério Norte e de existir uma rota migratória para a América do Sul pode vir a ser fonte de risco para a chegada do vírus em nosso País nos próximos 10 meses.

Dante desses fatos, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento elaborou, em parceria com os demais segmentos envolvidos com a avicultura brasileira, um plano de contingência para tentar evitar a entrada da *influenza* aviária no País. O plano também prevê as medidas que devem ser tomadas caso seja localizado algum foco da doença.

Destaco que já foram atingidos pelo vírus 30 países. Além das vidas perdidas, os prejuízos já são de US\$10 bilhões, fato real e preocupante que merece, de imediato, a atenção desta Casa.

A Organização Mundial da Saúde e a comunidade científica internacional temem que o vírus sofra mutações e atinja outros países, contaminando milhões de pessoas.

Não há mais tempo para esperar.

Assim, Sr. Presidente, solicito, juntamente com o Senador Cristovam Buarque, a realização de uma audiência pública conjunta da Comissão Permanente de Assuntos Sociais com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a tratar da questão da gripe aviária.

Queremos, Sr. Presidente, abrir o debate sobre a mortalidade e a pandemia mundial que se vislumbra, sobre os seus reflexos no agravamento da questão socioeconômica mundial e, especificamente, sobre o resultado no Brasil.

O Governo precisa estar preparado para enfrentar esse desafio. Não nos esqueçamos da gripe espanhola.

A queda nas exportações de frango já atinge toda a cadeia produtiva e ameaça a tranquilidade social e econômica e, principalmente, a vida de milhões de pessoas em todo o mundo. A redução do consumo

externo, especialmente na Europa, avança a cada dia que passa.

Sr. Presidente, esse tema deve ser debatido. Evidentemente, no pronunciamento, explorei tanto o viés econômico como o social, mas, na conclusão, quero falar a respeito das vidas.

Repto: trata-se de uma gripe mortal e planetária. Como diz a revista **IstoÉ**, especialistas afirmam que a pandemia ameaça matar 50 milhões de pessoas e que a doença deve se espalhar nos próximos 18 meses. No Brasil, prevê-se que o vírus chegue em setembro. Segundo a revista, nem o Brasil nem o mundo possuem estrutura para enfrentar o vírus fatal.

Por isso, Sr. Presidente, espero que as Comissões de Saúde, que está vinculada à Comissão de Assuntos Sociais, e de Direitos Humanos e Participação Legislativa promovam não só uma audiência pública, mas um grande debate sobre o tema.

Senador Mão Santa, V. Ex^a, que é médico, e a Senadora Heloísa Helena, que é da área de Enfermagem, com certeza estão preocupados com o problema.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, o País já se acostumou a ver V. Ex^a trazer ao Senado os temas mais importantes em defesa do trabalhador, do aumento da distribuição de riqueza pelo salário mínimo, em defesa dos excluídos, dos deficientes, dos velhinhos, dos aposentados, dos analfabetos, dos índios e dos negros. Agora, V. Ex^a nos surpreende com a sensibilidade diante da gravidade de uma pandemia. A História registra a gripe espanhola e os números que V. Ex^a cita são idênticos, para se ver a sua gravidade, aos da Segunda Guerra Mundial: 50 milhões. Matematicamente, no Brasil, há a perspectiva da morte de 1,5 milhão de pessoas. Quis Deus estivesse na Presidência o Senador Papaléo Paes, que preside a Subcomissão de Saúde do Senado. V. Ex^a, que tem mostrado uma inteligência ímpar diante dos problemas de saúde e que minorou muito os sofrimentos causados por eles, deve convocar uma audiência pública da CAS, da Subcomissão de Saúde, a qual preside com muito estoicismo, muita clarividência e muita competência, chamando as autoridades, principalmente da área da saúde pública, que têm experiência em epidemia. É lastimável dizermos que se tirou do Orçamento o dinheiro destinado à saúde. Não sou contra o Programa Fome Zero, não, porque sou bíblico: “Dai de comer a quem tem fome”. Acredito que deva haver essas bolsas e esses auxílios. Embora eu seja bíblico, não sou apaixonado por essas teses, não. A minha tese é a de Deus: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”, aperfeiçoada pelo Apóstolo Paulo, que disse: “Quem não trabalha não merece comer”. Isto,

sim, dá dignidade ao homem. Por intermédio de V. Ex^a faço um apelo – e quis Deus que presidissem esta sessão o Presidente da Subcomissão de Saúde do Senado, Senador papaléo Paes – para que se faça realizar uma audiência pública naquela Subcomissão a fim de preparar este País quanto a essa calamidade que pode chegar até nós.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, primeiramente, quero agradecer a V. Ex^a por me lembrar. Eu estava na dúvida, Senador Papaléo Paes, se V. Ex^a era ou não médico, mas o Senador Mão Santa me salvou aqui.

Tenho certeza absoluta de que V. Ex^a, que está presidindo a sessão neste momento, presidirá, inclusive, essa audiência pública não apenas porque o Senador Cristovam Buarque e eu encaminhamos esse requerimento. Sei do apoio de V. Ex^a, que será o coordenador principal desse evento.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, ele não é apenas médico; ele fez, das ciências médicas, a mais humana delas: a cardiologia. Ele é cardiologista. Sou mais S. Ex^a do que o Enéas, que recebeu cinco milhões de votos. O Senador Papaléo Paes tem perspectiva de obter muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Paulo Paim, permita-me interrompê-lo.

Já estava eu com um requerimento pronto sobre esse tema para levar à Comissão de Assuntos Sociais – e até surpreendi-me com a coincidência. Peço que V. Ex^a subscreva esse pedido, a fim de que possamos, na quinta-feira, tomar as providências para discutir esse assunto tão importante para a saúde pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se V. Ex^a permitir, faremos conjuntamente: a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão que V. Ex^a preside, que é da área da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Parabéns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Gilvam Borges, já lhe vou passar a palavra a V. Ex^a, não sem antes dizer ao Senador Mestrinho que fiquei muito feliz com o seu parecer sobre o Dia International dos Povos Indígenas, que espero, a Comissão vá aprovar amanhã.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, primeiro quero me congratular com V. Ex^a e parabenizá-lo por assunto tão importante. V. Ex^a realmente está chamando a atenção das autoridades e

buscando esse instrumento das audiências públicas para que tenhamos condição de, debatendo o tema, nos prevenir, porque isso pode ser uma guerra na qual poderemos perder milhares de vidas. Portanto, só quero parabenizar V. Ex^a e me congratular pelo tema, tão importante e oportuno. É assim que se faz, é assim que se atua!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges, pelo seu aparte, que vem fortalecer a iniciativa do Senador Cristovam, minha e também do Senador Papaléo Paes, que está com o requerimento ali já na mesa, visando a realizar as duas audiências em conjunto.

Gostaria de receber, ainda em tempo, Sr. Presidente, o aparte da nobre Senadora Heloísa Helena.

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Primeiro, eu quero igualmente saudar o pronunciamento e o requerimento de V. Ex^a. Eu sabia que o Senador Papaléo já estava trabalhando nesse sentido também. Acho que é muito importante que aconteçam as audiências públicas, e talvez pudéssemos nos valer delas também em relação a muitos outros fatos, como o perfil de morbi-mortalidade no nosso Brasil, que é muito grave; muito, muito, muito grave mesmo. Quem analisa questões relacionadas à tuberculose, à hanseníase, à mortalidade por diarréia, ao choque hipovolêmico por diarréia em uma criança imagina o que é o significado disso. O Senador Papaléo e o Senador Mão Santa, como médicos, sabem também. O problema, Senadores Mestrinho e Gilvam, como sabemos todos nós – e é até repetitivo falar sobre isso, mas o faço por ser da área – é que determinados temas só sensibilizam as autoridades governamentais depois do caos instalado. Muitos especialistas têm demonstrado que hoje ainda não é possível a contaminação de humanos pelo vírus da gripe aviária em função mesmo das rotas migratórias das aves silvestres, que não costumam migrar para o Hemisfério Sul. Se fosse entre as Américas, seria até mais fácil que isso acontecesse. Mas há muitas coisas importantes a serem analisadas. Por exemplo, no Brasil, a questão relacionada ao trato com aves silvestres, porque, mesmo que não seja esse vírus, existe uma infinidade de vírus que pode ou não contaminar as pessoas. Então, o contato com aves silvestres, o consumo de carne importada de regiões onde há um quadro grave de contaminação, especialmente na Europa e na Ásia; a questão das fronteiras; tudo isso seria importante para que pudéssemos saber o que está sendo feito. O que está sendo feito? Nessa questão, entram os colecionadores de aves exóticas, a importação de carne, o contato com aves silvestres, o acompanhamento, que é importantíssimo que seja feito, do aparato de saúde do ponto de vista das barreiras

sanitárias que são necessárias, da análise dos fluxos migratórios de aves e do comércio, da troca de mercadorias. São procedimentos muito importantes para que especialmente o Governo – e todos nós estaremos sugerindo também ações nesse sentido – disponibilize para a sociedade de forma geral o que deve ser feito também para auxiliar nessa orientação. O problema é que não faz. Sabe V. Ex^a o problema gravíssimo do Brasil em relação à tuberculose e à hanseníase, porque já banalizou. O que existe hoje de pessoas que sequer reagem à droga, que foi um avanço maravilhoso na área de fármacos, que é justamente aquela destinada ao tratamento da tuberculose. Não existe um acompanhamento domiciliar, da família; as pessoas que interrompem o tratamento várias vezes, fazendo resistência aos fármacos que são utilizados. Há uma confluência de outros fatores que são gravíssimos. Então, não é uma coisa simples o quadro de morbi-mortalidade do Brasil e como o sistema de saúde do Brasil se prepara para isso. É muito importante que tenhamos a oportunidade de fazer essa audiência pública em relação a esse tema essencial e que possamos também estar alertas a outros quadros que são gravíssimos e que estão matando todos os dias milhares de pessoas. Não se trata de uma coisa qualquer: crianças no Brasil morrendo de choque hipovolêmico por causa de uma diarréia, Senador Gilberto Mestrinho! Não é uma coisa qualquer. Os postos de saúde sequer terem as quatro clínicas básicas funcionando não é uma coisa qualquer! Viver num Brasil onde hoje as populações mais pobres morrem ao mesmo tempo das doenças que eram caracterizadas como da pobreza e do subdesenvolvimento – tuberculose, hanseníase e outras – e das que, antes, eram consideradas de rico, que são as crônico-degenerativas, as cardiovasculares, pois o pobre, por exemplo, não trata a hipertensão leve. Quando procura auxílio médico, já vem com acidente vascular cerebral. Não trata o diabetes no início e já vem com cegueira, com uma lesão, com amputação de um membro. Já vem com um quadro gravíssimo. O serviço de saúde sequer prepara as unidades intermediárias do mesmo jeito. O caos está instalado. Espero que possamos fazer esse debate, que é necessário e importante. Marca muito o nosso coração que apenas essas doenças de alta taxa de letalidade, ou seja, que matam com muita freqüência os que adoecem, acabem criando mais repercussão pública e até amedrontando. Vejam, até nos aeroportos, a influenza aviária. Tem gente que não sabe o que é influenza. Sabemos nós o que significa. Acho muito importante essa audiência pública e espero que realmente possamos realizar várias outras, a fim de fazermos um balanço do perfil epidemiológico do Brasil, que é muito grave,

sem falar da violência, do acidente de trânsito, da falta de preparo do serviço de saúde, que é um inferno. Que possamos tratar do perfil de morbi-mortalidade do Brasil, que é grave e de alta complexidade, e de quais as ações que estão sendo desenvolvidas para cada uma dessas áreas, tanto do ponto de vista preventivo, como do ponto de vista curativo. Isso porque houve um tempo em que nós, da área de saúde – o Senador Papaléo Paes sabe disso –, fazíamos o debate até dos que defendiam a medicina preventiva e a medicina curativa. Hoje é preciso defender as duas, porque as ações de saúde preventiva são essenciais, mas o quadro de morbi-mortalidade da população já é tão complexo que é necessário alta tecnologia dos serviços de referência para o atendimento das populações mais pobres, que, pela ausência de outros serviços primários, acabaram desenvolvendo um quadro muito mais dramático. Desculpo-me com V. Ex^a e com o Senador Papaléo Paes – agradecendo a delicadeza – por ter-me estendido no aparte, porque me senti mesmo na obrigação de fazê-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pelo contrário, Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a enriquece o debate do tema da saúde e fortalece a idéia de uma audiência pública conjunta, Comissão de Direitos Humanos e Assuntos Sociais, como nós, junto ao Senador Papaléo Paes, estamos propondo.

Senador Gilberto Mestrinho, confesso que, logo que chegou, dirigi-me a V. Ex^a, porque fui informado agora sobre o seu relatório, com o qual fiquei muito feliz.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Senador Paulo Paim, é elogiável a preocupação de V. Ex^a com as prevenções ou as medidas que se pode tomar no Brasil em relação à gripe das aves. No entanto, penso que a nossa preocupação maior deveria ser com os 500 mil casos de malária que tivemos na Amazônia, no ano passado, e com a dengue, que recrudesceu e para a qual não há verbas.

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – E o pior – desculpe-me por fazer um aparte no aparte – ...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Fico feliz, porque o debate da saúde é este mesmo.

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – ... é que o problema da dengue, que V. Ex^a trouxe, é gravíssimo, porque a probabilidade da dengue hemorrágica, que é algo muito complexo e muito difícil, aumentou muito mais. V. Ex^a tem toda a razão.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Aumentou. E isso é fundamental para o povo, porque essas são doenças que atingem exatamente as classes pobres, aqueles que estão expostos à falta de saneamento, à falta de cuidados de higiene etc. A malária

tem sido uma peste terrível na Amazônia. A Amazônia se compara com países africanos, onde milhões de pessoas morrem por ano de malária. E na Amazônia não só morrem milhares, como ficam inválidos, gerando um custo alto. A malária é uma doença terrível. Falo isso porque já tive malária três vezes e sei o que é isso, sei as consequências, sei os males que ela causa na pessoa. Até agora, a gripe aviária causou, supostamente, 95 mortes no mundo todo. Não há um conhecimento pleno e científico de que essas mortes tenham sido causadas pela gripe aviária. No entanto, há um conhecimento pleno dos milhares de pessoas que, no Brasil, morrem anualmente de malária, de dengue, de doenças que afetam os menos favorecidos. Cumprimento V. Ex^a. Vamos alargar essa preocupação para as doenças que são tipicamente nossas, tropicais, ou amazônicas até, e cuidar de encontrar saídas, melhorias para essas doenças. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Gilberto Mestrinho, Senadora Heloísa Helena, agradeço V. Ex^as.

V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, propõe que se debata a provável gripe que, infelizmente, segundo a revista, vai matar 50 milhões de pessoas no mundo, mas que não nos esqueçamos – quero dar o destaque que V. Ex^a deu – de que, no Brasil, temos algumas doenças que devem ser enfrentadas, como a dengue, a malária e outras.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Senador Paulo Paim, quando a cólera chegou ao Brasil, eu assumia o Governo do Amazonas. A doença entrou pelo Peru. A Organização Mundial de Saúde previu que haveria 250 mil casos de mortes por cólera no Amazonas. Ocorreram cerca de mil mortes. Adotamos todas as providências, todas a medidas, e a cólera desapareceu. Até brinquei dizendo que se a cólera descesse o rio Amazonas iria morrer de tédio e solidão. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Gilberto Mestrinho, fico feliz com o seu aparte. Este era o objetivo: trazer o debate da questão da saúde ao Plenário. Tomara e queira Deus que a gripe aviária nunca chegue aqui. Tomara que outras doenças que estão no mundo nunca cheguem aqui, mas temos de debater o sistema de saúde. Que esse debate da gripe aviária que estamos propondo eu e os Senadores Papaléo Paes e Cristovam Buarque seja o eixo do grande debate da saúde no País e que possamos, efetivamente, combater essas chamadas pandemias que podem levar milhões de pessoas à morte.

Vamos acelerar para que a audiência pública aconteça, no mais tardar, na semana que vem, já que, quinta-feira, a Comissão de Assuntos Sociais deve vo-

tar os requerimentos com essa lógica: a gripe aviária e as outras doenças que atingem diretamente o povo brasileiro. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Paulo Paim, convido V. Ex^a, inclusive, a subscrever o nosso requerimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

Como orador inscrito, V. Ex^a terá dez minutos para seu pronunciamento e cinco minutos de prorrogação, caso necessário.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes, por permuta com a Senadora Heloísa Helena.

V. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – S. Presidente, inicialmente gostaria de agradecer a gentileza da Senadora Heloísa Helena em fazer a permuta, dando-me oportunidade de fazer logo o meu discurso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, já ouvimos aqui dois discursos que consideraram como base principal a questão da saúde: o do Senador Paulo Paim e o do Senador Alvaro Dias.

Apesar de não combinarmos isso, também tratarei de um assunto extremamente importante na área da saúde: o Sistema Único de Saúde, principalmente na questão ligada a honorários.

Sr. Presidente, segundo a Federação Brasileira de Hospitais – FBH, entidade que congrega 1.200 hospitais filantrópicos e 1.700 instituições privadas, que atendem pelo Sistema Único de Saúde, o conhecido SUS, a defasagem das tabelas de preços do SUS poderá provocar brevemente uma crise sem precedentes em quase toda a rede pública do País.

A Federação adianta que a dívida dos hospitais privados é uma verdadeira bola-de-neve que aumenta a cada dia. Não resta dúvida de que a situação é uma das mais graves e exige providências imediatas para evitar mais sofrimento às camadas mais pobres da nossa população, que se valem dessas unidades de saúde em busca do atendimento médico.

Lamentavelmente, o Governo tem negligenciado o problema e procura sempre ignorar os reiterados apelos que são feitos pelos hospitais filantrópicos e pelas instituições privadas. O próprio Ministro da Saúde reconhece que existe uma importante defasagem nas tabelas dos preços do SUS, mas tem repetido que o reajuste provocará certamente sérios prejuízos ao orçamento de sua Pasta.

É importante destacar que a rede hospitalar privada é responsável por cerca de 85% dos atendimentos à população, realiza, em média, um milhão de intervenções cirúrgicas por mês e 60% dos atendimentos ambulatoriais pelo SUS. Em 2000, por exemplo, mais de quatro mil hospitais privados atendiam pelo SUS. Em contrapartida, hoje, esse serviço é prestado por uma rede de pouco mais de três mil hospitais. Como podemos perceber, Sr. Presidente, em cinco anos, cerca de mil unidades deixaram de receber pacientes. Os maiores prejudicados com essa situação foram os usuários de baixa renda, que viram centenas de hospitais encerrarem suas atividades. Vale dizer que a maioria fechou as portas ou pediu o descredenciamento por conta da defasagem das tabelas do SUS.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, no final de outubro de 2005, a Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB) foi recebida em audiência concedida pelos Ministros Jacques Wagner, Ministro, das Relações Institucionais, e Paulo Bernardo Silva, do Planejamento, Orçamento e Gestão. Aliás, segundo notícias veiculadas pela imprensa, o eminente Senador Flávio Arns esteve presente a essas reuniões. E S. Ex^a conhece em detalhes as enormes dificuldades que estão sendo enfrentadas por essas entidades.

Aos Ministros, a Confederação entregou documentos que revelaram a dimensão da crise que atinge o setor filantrópico prestador de serviço ao SUS e apresentou três sugestões básicas para minorar os pesados prejuízos que vêm sendo acumulados há vários anos.

Em resumo, os principais pleitos estudados na ocasião foram os seguintes:

1 – Abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde para suplementação dos recursos orçamentários da Assistência Ambulatorial e Hospitalar (Média e de

Alta complexidade) do exercício de 2005, no montante que possibilitasse ao Ministério da Saúde dispor de recursos suficientes para recuperação dos reajustes concedidos pelo ex-Ministro Humberto Costa, e que permitiriam o aporte emergencial aos Hospitais Filantrópicos de R\$40 milhões, nos meses de novembro e dezembro de 2005;

2 – Destinação de recursos, no Orçamento do Ministério da Saúde para 2006, em montante suficiente para permitir a recomposição dos preços do SUS em níveis compatíveis com os custos dos procedimentos;

3 – Inclusão, via medida provisória, de dispositivo que permitisse aos hospitais integrantes da rede assistencial do SUS parcelarem seus débitos previdenciários nas mesmas condições previstas para as prefeituras municipais, ou seja, 240 meses.

Durante os encontros com os Ministros citados, a CMB deixou claro que as Santas Casas estão morrendo a cada dia porque não conseguem mais funcionar com as atuais tabelas do SUS. Lembrou igualmente que o ex-Ministro Humberto Costa, ao entregar o cargo ao atual Ministro da Saúde, Saraiva Felipe, havia autorizado a liberação de R\$402 milhões para corrigir a tabela e de R\$40 milhões para socorrer emergencialmente os hospitais filantrópicos, a partir de julho de 2005. Entretanto, ao assumir o cargo, o Ministro Saraiva Felipe tratou de suspender as decisões assumidas pelo seu antecessor. Como já foi dito no decorrer deste pronunciamento, o próprio Ministro da Saúde reconhece a defasagem nas tabelas dos preços do SUS e sabe perfeitamente que ela é, no mínimo, de 110%.

Na maioria dos hospitais, segundo dados contábeis, para cada R\$100 de custo na assistência de um paciente, o ressarcimento é, em média, apenas de R\$55.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me um aparte, Senador Papaléo Paes?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes e Presidente Ney Suassuna, V. Ex^a, que é muito arejado, leve esse apoio, essa contribuição que quero dar, do PMDB, de entendimento das coisas. Senador Papaléo Paes, é uma lástima. Eles estão tontos em todos os sentidos. Não sou contra o médico de família, o programa de saúde familiar. Mas, Professor Suassuna, a civilização é velha. Temos de ver. Jack Welch, o grande administrador da GE (General Electric), disse que não se pode inventar, temos de ver. Ele colocava técnicos no mundo, e o que tinha de bom ele copia-

va. Daí ele ter sido o empresário do século. Esse programa, fizeram-no na Inglaterra e acabou. Por quê? Estamos vendo no Brasil. As taxas dos especialistas estão paradas. Uma consulta médica é R\$2,50. Atentai bem! Para o sujeito fazer um diagnóstico, descobrir uma doença complexa, clínica médica, recebe R\$2,50. Uma cesariana custa R\$100. Paguei aos engraxates dos meus sapatos R\$5,00. Um corte de cabelo custa R\$20,00. Não estou contra os barbeiros, estou apenas constatando uma realidade. E uma cesárea não se restringe à cirurgia. O médico tem de acompanhar a paciente por nove meses, fazer o pré-operatório, o pré-natal – quando se pode prever qualquer complexidade – e o pós-operatório. Atentai bem, Senador Ney Suassuna! Estou falando isso a V. Ex^a porque V. Ex^a é inteligente. O núcleo duro – eu sempre disse – é burro! Nenhum irá adentrar pelo tapete azul. A profecia já foi feita. Veja a desgraça que houve na Inglaterra: a pediatria chegou a ser a pior do mundo, em razão do médico de família, do generalista, e os especialistas foram desaparecendo. E o que está havendo no Brasil? Com essas tabelas, os especialistas que trabalham nesses hospitais, que se mantém na Santa Casa... Eu me mantive. Na minha cidade há uma Santa Casa, onde recebi no peito, com orgulho, a maior comenda em comemoração aos cem anos da instituição. A gente operava, e o hospital ganhava. Hoje, as taxas são tão pequenas que os hospitais empobrecem. Então, os bons especialistas não estão conseguindo renda, estão se transformando em estagiários, nivelando-se por baixo, como médicos generalistas, como médicos de família. Portanto, a Medicina, no Governo Lula, por essa cegueira, está caindo de padrão. E o médico está com esse nível de salário! Nunca vi tanta indignidade e tanta injustiça! Senador Ney Suassuna, o Poder Judiciário, com esse Jobim – e o Poder Legislativo se acocorou –, estabeleceu para seus membros um salário de R\$27 mil! E o médico está com esta tabela vil onde a consulta médica custa R\$2,50!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelo aparte.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Concedo um aparte ao nobre Senador Flávio Arns, com muita honra.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador Papaléo Paes, não quero atrapalhar o pronunciamento de V. Ex^a, porque o tempo está correndo, mas o assunto é da mais alta relevância. V. Ex^a é Presidente da Subcomissão de Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais, da qual tenho o prazer de também fazer parte. Aliás, assuntos debatidos nessa Subcomissão são da mais

alta importância. Em relação aos três aspectos – até gostaria que V. Ex^a me confirmasse –, o primeiro diz respeito à verba suplementar de R\$40 milhões que V. Ex^a mencionou. Ao que me consta, isso teria sido liberado no ano passado. Quanto ao segundo aspecto, a construção de alternativas para o financiamento, o parcelamento do débito, aprovamos aqui, recentemente, o Projeto de Lei da Timemanía, que retornou para a Câmara dos Deputados, pelo qual as Santas Casas e hospitais filantrópicos de uma maneira geral poderão parcelar os débitos, inclusive utilizando um percentual pequeno da Timemanía. Permite-se com isso o parcelamento. Se bem que acho uma tremenda injustiça – e me manifestei neste sentido – acharmos uma solução para times de futebol e não encontrarmos uma solução definitiva para hospitais, creches, idosos, excepcionais e assim por diante. Quanto ao terceiro aspecto da tabela do SUS que V. Ex^a mencionou, aprovamos, no ano passado, na Comissão, um requerimento de audiência pública para uma discussão desse assunto, porque realmente a defasagem é mais de 100%, como V. Ex^a afirmou. Poderíamos, com fulcro no pronunciamento, dedicar-nos a chamar os Ministérios, os hospitais e as pessoas envolvidas nessa questão para analisarmos o tema na Subcomissão. Parabenizo V. Ex^a porque é incrível o Brasil ter toda a condição de fazer transplantes de órgãos, pagar bem por eles, fazendo com que não causem prejuízo, o País ser referência no mundo no que se refere ao tratamento de doenças como a Aids, e pecarmos tanto no combate à malária e à dengue e em termos do cotidiano dos pacientes. Desculpe-me por ter-me alongado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Solicito a V. Ex^a que providencie o requerimento para começarmos a realizar as audiências públicas.

Concedo, com muita honra, um aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sra. Heloísa Helena (PSOL – AL) – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, o Senador Papaléo Paes presidia a sessão quando todos nós, tanto os da área da saúde, como o Senador Mão Santa e eu, quanto os Senadores Gilberto Mestrinho e Paulo Paim, acabamos debatendo a questão da saúde. V. Ex^a, Senador Papaléo Paes, traz esse debate novamente. Há um problema muito grande tanto na porta de entrada do sistema, como eu disse logo a princípio, que vai desde o sistema de vacinação, às quatro clínicas básicas, como nas unidades intermediárias, e aos serviços de alta complexidade. E qual é o gravíssimo problema, Senador Flávio Arns? Ao longo da História recente do País – no Governo passado e no atual Governo –, houve claramente uma privatização

do setor saúde. E o que isso significa? Praticamente 87% do dinheiro público vai para os hospitais da rede privada ou conveniada. E tem uma dependência do serviço. Por quê? Como o setor público não investiu na alta complexidade, o setor privado, a rede conveniada – tem alguns que fazem filantropia mesmo e outros não – optou pelos serviços de alta complexidade, que são os procedimentos mais remunerados. E o usuário pobre, o dependente do setor público, que precisa de uma hemodiálise, de um serviço de alta complexidade, procura a rede conveniada. O que acontece? Uma mistura explosiva: a tabela absolutamente medíocre, que não paga o procedimento, em conjunto com o teto estabelecido para o setor público e para a rede conveniada. Um hospital universitário, uma maternidade pública, qualquer setor público, pode atender duzentos pacientes, mas se o teto estabelecido para ele for de sessenta pacientes, ficará no déficit dos outros pacientes. Não adianta! Portanto, há os problemas relacionados a isso, porque, em vez de o pagamento ser pelo procedimento, é pelo procedimento até o teto. É diferente na rede conveniada, que pode impedir a demanda, ou seja, negar a demanda, negar o atendimento. O setor público não pode. Então, está ocorrendo uma situação gravíssima. O atual Governo imitou o Governo anterior até nisto: não investiu nos serviços de alta complexidade para impedir a dependência da rede conveniada. Ao mesmo tempo, não estabelece um tabelamento para o pagamento do procedimento compatível com a possibilidade de sustentação do serviço além do teto do atendimento do setor público. Então, sobra para quem? Para o usuário pobre. Não sobra para nós. Não sobra para o Presidente da República nem para o Ministro da Saúde. Sobra para o usuário pobre, porque a rede conveniada fecha as portas. Ela diz: "A tabela não está compatível com a necessidade que eu tenho para manter o serviço e, assim, fecho a porta, faço uma paralisação". E o usuário pobre é quem fica, de fato, sem o atendimento, inclusive naqueles setores em que a ausência do atendimento de alta complexidade ou o atendimento feito de forma irresponsável e ineficaz leva à morte de muitos desses pacientes. Portanto, saúdo V. Ex^a pelo pronunciamento. Espero que possamos fazer a discussão na Comissão que V. Ex^a tão bem preside, dando conta da necessidade de investimentos para que a lei seja cumprida, ou seja, a rede conveniada deve entrar com um caráter complementar, de complementariedade ao serviço, e não que acabe usando mais de 90%, porque o setor público compra o serviço e acaba gerando uma situação gravíssima como essa para o usuário pobre. Repito: é o usuário pobre quem acaba penalizado quando o setor público diz que não pode atendê-lo, quando

o setor privado ou filantrópico, a rede conveniada diz que não pode atendê-lo porque a tabela é muito pequena. Então, quem realmente paga, mais uma vez, é o usuário pobre que necessita do serviço e que tem esse como única possibilidade de atendimento. Ele é demanda do setor público. Portanto, parabenizo V. Ex^a e espero que possamos fazer esse debate na Comissão tão bem presidida por V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senadora Heloísa Helena, agradeço a V. Ex^a a sua participação muito esclarecedora sobre esse problema grave por que passa a saúde do País, exatamente ligado a essas consequências de mau gerenciamento e malversação de verbas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a mais um minuto para encerrar o meu pronunciamento.

Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena.

Na maioria dos hospitais, segundo dados contábeis, para cada R\$100,00 de custo na assistência de um paciente, o ressarcimento é, em média, de apenas R\$55,00. Mais ainda, a contrapartida financeira do Governo para compensar os valores dos procedimentos de média e baixa complexidade representa um dos maiores problemas para os hospitais. O SUS cobre apenas 60% do total das despesas nessas faixas de atendimento, o que deixa essas unidades em situação crítica.

No tratamento de acidente vascular cerebral (AVC), por exemplo, no qual os dispêndios para o hospital são da ordem de R\$1,037 mil, o SUS repassa apenas R\$315,00. Por uma operação de vesícula, Sr. Presidente, o Governo repassa apenas R\$288,00, e o hospital paga R\$1,489 mil. Para cada parto, o SUS paga R\$356,60, enquanto o procedimento corresponde a R\$600,00.

De acordo com informações da CMB, apesar das inúmeras tentativas visando à adequação das tabelas do SUS à realidade que estamos vivendo, a bem da verdade, até o momento atual o Governo acenou apenas com medidas paliativas. Diz ainda que no Orçamento de 2006, mais uma vez, está claro que não há previsão de reajuste das tabelas do SUS.

Recentemente, o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, do PSDB, destacou na imprensa que o Governo do Presidente Lula não tem política clara de saúde e engrossou o coro dos que defendem a imediata correção na tabela dos serviços prestados ao SUS. Afirmou que o Sistema sofre de um sério problema de gestão, de financiamento e de falta de coordenação, que atrapalha, de maneira significativa, o seu funciona-

mento e a sua eficiência. Segundo ele, o Governo não dedica a devida atenção à realidade hospitalar brasileira, o que causa vergonha à imagem do País.

Finalmente, no que se refere às Santas Casas de Misericórdia e às entidades filantrópicas, na situação em que se encontram, resta conviver com o endividamento bancário, com a inadimplência junto aos fornecedores e com o desgaste patrimonial progressivo, e com um verdadeiro elenco de problemas gerenciais que compromete seriamente o desempenho dessas entidades prestadoras de um serviço de utilidade pública que atende cotidianamente milhões de pessoas necessitadas.

Ao terminar este pronunciamento, é importante frisar que o objetivo dos hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia é o de sensibilizar a União para que ajuste urgentemente os valores da tabela do SUS. Se tal decisão não for tomada a tempo pelas autoridades, o atendimento será prestado de maneira cada vez mais precária, e novos hospitais haverão de fechar as portas. Tenho certeza de que a maioria da sociedade brasileira não deseja que o sistema chegue a enfrentar tal situação.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, conforme o art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, algo nos obriga a interromper esta sessão do Senado para fazer uma comunicação, como vou fazer, muito lamentável.

No Estado do Amapá, hoje pela manhã, o Deputado Eider Pena, um que é uma grande liderança do PDT do Estado, um grande líder ruralista, um homem de grande prestígio na sociedade, teve sua casa assaltada por várias pessoas que o espancaram violentamente, de tal modo que ficou como morto, na presença de sua família, sua esposa e seus filhos, e neste momento está na UTI do Hospital São Camilo, no Amapá.

Quero dizer a V. Ex^a e a esta Casa que vou pedir ao Senhor Ministro da Justiça todas as providências necessárias, inclusive que ele coloque a Polícia Federal também a serviço de desvendar esse lamentável crime.

Não quero fazer hipóteses apressadas, mas deseo dizer a V. Ex^a que devemos examinar a todas.

Pode ter sido um episódio de violência urbana, desses que, na realidade, todos nos acostumamos a presenciar diariamente, mas não posso excluir, Sr. Presidente, o fato de, sendo ele um líder ruralista e que tem sido muito ameaçado por pessoas ligadas ao Incra, esse episódio tenha alguma conotação política, que não desejo nem espero que tenha. Mas o Presidente da Assembléia Legislativa, Dr. Jorge Amanajás, do PSDB, correligionário do nosso ilustre colega Senador Papaléo Paes, já há cerca de uns vinte dias, foi ameaçado e obrigado a andar escoltado pela cidade, porque pesavam sobre ele as mesmas ameaças que hoje se concretizaram na pessoa do Deputado Eider Pena, que, juntamente com ele, está ligado à causa do campo e a setores que, neste momento, têm certo atrito no Estado do Amapá.

Sr. Presidente, não sei se V. Ex^a faria, mas faço-lhe um apelo também para que, com o prestígio institucional de Presidente desta Casa, V. Ex^a também se dirigisse ao Ministro da Justiça pedindo a ele providências para este lamentável fato.

Também quero me solidarizar com todos os Deputados do Amapá e com toda a família do Deputado Eider Pena, que neste momento vive um instante de grande angústia, de grande dor.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Sarney, o Sr. Ney Suassuna, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Farei o que V. Ex^a pede, Senador José Sarney, com muita satisfação. Encaminharei ao Exmº Sr. Ministro as notas taquigráficas do seu pronunciamento.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, gostaria de fazer uma breve comunicação à Casa. A convite do então Presidente do Senado chileno, Senador Sérgio Romero, comparecemos, neste sábado, à posse da Presidenta Michelle Bachelet.

Sras. e Srs. Senadores, foi uma cerimônia emocionante, que marcou o grande momento democrático de um país que soube superar, de forma notável, 17 anos de regime de exceção e que hoje, sem dúvida alguma, é um modelo de liberdade e de dinamismo econômico.

A responsabilidade de Bachelet, a primeira mulher a chegar à Presidência do Chile e a primeira também a ocupar o mais alto cargo executivo, por meio do voto, na América Latina, é ainda maior diante da popularidade de seu antecessor, Ricardo Lagos.

Na cerimônia de sábado, o ex-Presidente foi ovacionado por, pelo menos, dez minutos ao entrar

no plenário do Congresso chileno. Ele deixa o cargo com mais de 80% de aprovação de popularidade, uma popularidade facilmente justificável: os resultados conseguidos na economia e na modernização do Chile têm sido exemplares. O crescimento econômico e sustentado do Chile tem alcançado a casa dos 8% ao ano durante a última década. O crescimento agrícola, de 11% em 2005, é resultado do pragmatismo e da competência dos produtores chilenos de explorar ao máximo as próprias potencialidades e aproveitar todas as oportunidades oferecidas pela economia mundial. O reencontro do Chile com a democracia tem sido também modelo de maturidade política, uma obra de engenharia política, como a nossa aqui, no Brasil, de que tanto nos orgulhamos hoje, quando a democracia também entre nós está consolidada.

Sras. e Srs. Senadores, a Presidenta Michelle Bachelet, que nomeou um gabinete formado metade por homens, metade por mulheres, tem uma bela história pessoal: é filha de um auxiliar próximo do Presidente Allende, o General de Brigada da Força Aérea Alberto Bachelet, que morreu na prisão do governo militar. A própria Bachelet viveu vários anos no exílio. Como Ministra da Defesa no governo Ricardo Lagos, promoveu uma reconciliação definitiva entre civis e militares, cicatrizando velhas feridas com o pensamento no futuro. É responsável também por um programa de saúde para o Chile, que estará implantado definitivamente até 2010.

A aproximação com o Brasil, é bom lembrar, sempre foi fator fundamental para a diplomacia chilena, que tem no nosso País um aliado estratégico. O Chile já deu seu apoio ao projeto brasileiro de constituição da Comunidade Sul-Americana de Nações, assim como à aspiração brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O comércio entre os dois países cresceu mais de 35% no ano passado e há, sem dúvida, um crescente interesse na realização de investimentos de parte a parte. Dois acordos importantes estão sendo negociados no momento: um memorando de entendimento sobre energia e mineração e um acordo sobre cooperação jurídica em matéria penal.

Esperamos que o Chile, em futuro não muito distante, torne-se membro pleno do Mercosul, ao qual já é associado. O dinamismo econômico do país será, sem dúvida, de grande importância para a consolidação do bloco econômico da América do Sul.

Quero, enfim, informar a V. Ex^{as}s que teremos a honra de receber a Presidenta Michelle Bachelet no Brasil, provavelmente no próximo mês de abril – ou em junho –, quando deverá também comparecer ao Senado brasileiro.

Estou certo de que Michelle Bachelet encontrará entre nós todo o apoio e o diálogo que o seu país e o seu governo merecem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, de acordo com o disposto no art. 7º, § 2º, do Regimento Interno, a partir desta data integrarei a bancada do PMDB.

Atenciosas saudações. – **Geraldo Mesquita Júnior.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento, eu gostaria de associar-me à preocupação do Senador José Sarney, a propósito do fato lamentável ocorrido com um Parlamentar no Estado do Amapá. Assim como S. Ex^a, quero pedir que providências sejam tomadas no sentido de cabal apuração.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, “a boa vida sempre sorri, o adeus sai suspirando”. Não são minhas essas palavras, Senador Mão Santa, que tanto gosta de citações, mas são as que me vêm à mente no momento em que me filio a uma nova legenda em minha já longa militância política e na ainda breve atividade parlamentar.

Não foram muitas as filiações, mas, ainda assim, não me parecem poucas. Elas dependeram menos de mim que dos caprichos do tempo, que, na vida pública, torna-se não poucas vezes senhor de nosso destino. Ele sempre tarda e é lento quando, jovens e adolescentes, ansiamos tomar nas mãos as rédeas de nossas vidas, mas torna-se rápido e fugaz quando, na maturidade, olhamos com saudade o próprio passado.

A diferença que separa a vida soridente do adeus suspirando a que acabo de aludir é fruto da insuperável comparação do maior e mais genial dos poetas da língua inglesa, em uma de suas menos conhecidas e menos celebradas obras. Segundo Shakespeare, o tempo se assemelha aos estalajadeiros, em moda em

sua época, que, de, braços abertos, tratavam de abraçar os que chegavam; na hora da partida, apertavam de leve a mão dos hóspedes. Daí a irônica, mas verdadeira lição de que nunca me esqueci: "A boa vinda sempre sorri, o adeus sai suspirando".

A diferença, Sras. e Srs. Senadores, é que sempre me filiei por convicção, jamais por conveniência. E jamais saí seja por fisiologismo e menos ainda por cooptação. Por isso, sempre repeli o papel e a postura do estalajadeiro de Shakespeare, a repugnante figura que, de braços abertos, acolhe os que chegam e usa a ponta dos dedos para se despedir dos que saem.

Quando estudante em Brasília, abracei, ao lado de tantos outros jovens como eu, a crença de que vivíamos num mundo injusto. Jamais abandonei essa visão. Era e ainda é a minha convicção. Sempre acreditei que as idéias movem a ação, como ensinou Hegel, e que só a ação, como pregaram Marx e Engels, é capaz de transformar a realidade. Nunca renunciei a essas idéias e, a partir de então, troquei o pensamento pela ação. Paguei duras penas por isso, mas aprendi úteis e proveitosas lições. Continuo acreditando que o pensamento precede a ação, mas nunca renunciei à crença de que só a ação é capaz de influenciar o pensamento. Daí o empenho de minha constante pregação. Os exemplos de meu pai, que nunca desistiu da ação e nunca renunciou à força do pensamento e das convicções, levaram-me da pregação à ação.

Quando o PMDB se transformou no estuário que abrigou, sem restrições e sem distinção, todos os que dissidentiam do estado de coisas a que tínhamos sido levados em 1964, filiei-me ao Partido, com a certeza de que nunca seria discriminado por minhas idéias, nem repudiado por minhas convicções. Fiz-me pemedebista até o momento do fastígio de seu poder, quando, amparado numa postura de resistência e de pregação democrática de duas décadas, tornou-se o senhor incontestável de 53% das cadeiras na Câmara dos Deputados e do governo de 22 dos 23 Estados brasileiros então existentes.

Na trajetória de nossa precária e sempre frágil democracia, nenhum outro Partido conseguiu tal preeminência e tanta preponderância na vida pública do País. O que o Partido logrou na Oposição, porém, não foi suficiente nem bastante para lhe assegurar o poder. Por isso, pude dizer como Bernardo Pereira de Vasconcelos, em 1837: "Não fui trânsfuga, não abandonei a causa que defendo, no dia dos seus perigos, da sua fraqueza. Deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo, que até o excesso a compromete".

As mesmas crenças que me levaram a esse gesto conduziram-me ao PSB e à aliança de esquerda que deu suporte, sustentação e alento à ampla coalizão

eleitoral responsável pela expressiva vitória de 03 de outubro de 2002, no Acre e no Brasil. Sempre acreditei que a troca de poder no País, operada pela força do desencanto e do desalento, pudesse ter o dom de dar a essa mudança o caráter transformador das revoluções e não o mero e reles sentido de uma troca de lideranças, sem compromissos com a modernização institucional, com a evolução econômica e com a redenção social. O que julguei que pudesse ser uma revolução pacífica e transformadora logo se revelou simples contrafação e mera dissimulação. O radicalismo político, o uso imoderado do poder, a intolerância com o pluralismo, a discordância democrática e, por fim, os métodos heterodoxos que contaminaram os vários estamentos do poder deixaram claro até onde iríamos chegar, quando eclodiu a mais profunda, a mais ampla e a mais devastadora das crises institucionais contemporâneas, que ainda hoje se arrasta, choca e estorrece o País. Antes que ela se instalasse, tomei a dura, mas inevitável decisão de sepultar mais um sonho e de me afastar de mais uma quimera. Fi-lo, no entanto, sem recorrer ao denuncismo e sem levantar o dedo acusador de Torquemada para quem quer que fosse, mesmo tendo sido vítima de tais métodos.

Não mudei de idéias, de ideais, nem de convicções. Com elas, ajudei, modesta, mas devotadamente, a construção do P-SOL em meu Estado, auxiliando, nas escassas medidas de minhas forças, sua estruturação em nível nacional. Não são, contudo, as idéias nem as discordâncias que levaram ao meu afastamento dos que ainda penso poder considerar companheiros de ideais e de aspirações. Fui impelido pelo desejo de não permitir que a exploração deliberadamente montada de um ato de fraqueza de uma criatura de caráter fraco pudesse ser utilizada de forma tão mesquinha quanto nefasta contra minha dignidade e, o que é pior, contra minha probidade e contra minha integridade moral, meus maiores patrimônios até hoje.

Nunca acreditei que subterfúgios mesquinhos dessa natureza pudesse ter lugar na vida pública contemporânea, mas também nunca duvidei de que a solerça, a ambição e a astúcia não tivessem limites, quando se trata da luta pelo poder. Como esse não é, nem nunca foi o meu caso, pois não estou na vida pública em busca de ganhos de qualquer natureza, não hesitei em afastar-me do Partido, que tem a esclarecida liderança da Senadora Heloísa Helena, para não provocar nem dar causa a constrangimentos e a ressentimentos de qualquer natureza. Deixei o Partido também no preâmbulo do que espero seja o seu triunfo, com sua candidatura própria à Presidência da República, que há de lhe garantir novos logros e auspiciosos sucessos.

Como já tinha feito tempos atrás, aceitei o convite para me acolher, novamente, à legenda a que pertenci, num momento decisivo de minha modesta vida pública, transmitido aqui publicamente por nosso colega Senador Ney Suassuna, em nome da Direção Nacional do PMDB, e ratificado pela sua Direção Regional em meu Estado.

Dou esse passo sem ódios, sem prevenções como as que se voltaram contra mim e sem preconceitos de qualquer espécie. Tal como da outra vez, acolho-me à tolerância do Partido que já me abrigou no passado e à certeza de que minha consciência e minhas convicções não serão violentadas, de que meu voto não será cobrado em questões de consciência e de que minha liberdade não será tolhida. Mas também não faltarei às minhas responsabilidades partidárias, como político, como parlamentar e como cidadão.

Chego sem exigências. Chego com humildade, mas disposto a colaborar para que o PMDB se reencontre com um grande projeto nacional e possa colocar-se, mais uma vez, como instrumento do avanço e das transformações há muito ansiadas pelo sofrido povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, pela Liderança do PMDB, por até sete minutos, e, a seguir, eu a concederei à Senadora Heloísa Helena, como oradora regularmente inscrita.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a fica inscrito após a Senadora Heloísa Helena.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, passei, como de costume, o fim de semana no meu Estado. Está chovendo em algumas partes, mas não em todas, Senadora Heloísa Helena. No meu Estado, como no de V. Ex^a, como no Piauí e como na Bahia, as chuvas não estão regulares em todo o território. Em Curimataú e em boa parte do Cariri, os Municípios ainda estão em estado de calamidade, embora muito menos do que dias atrás.

As chuvas em algumas regiões foram boas, mas uma outra calamidade surgiu: faltam sementes. Este

é um clamor geral: sementes para se aproveitarem as chuvas que estão caindo!

Fico pasmo, porque devo ter feito discurso semelhante a este em quase todos os anos desses dois últimos mandatos. Não é possível que não nos possamos programar para ter um estoque de sementes disponível, na chegada das chuvas – e essa época está chegando –, para serem cedidas aos menos aquinhoados.

Ocupo esta tribuna para pedir que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento faça chegarem sementes, rapidamente, não só ao meu Estado, mas a todo o Nordeste, a fim de que se possam aproveitar o solo úmido e a grande vontade do nosso povo e, dessa forma, produzir-se alimento em poucos meses, pelo menos o suficiente para o sustento, como milho, feijão, jerimum e tudo que se possa plantar.

É uma lástima, é uma pena que, todo ano, Senadores, além de mim, venham à tribuna para clamar: “Gente, começou a chover. Cadê as sementes?”. É uma coisa impressionante!

Hoje, quero fazer também um agradecimento. Na semana passada, falei sobre o problema da insegurança no meu Estado, pedindo às Polícias Federal, Civil e Militar que, unidas, tomassem providências para localizar as quadrilhas que estavam assaltando, nas estradas, com fuzil AR-15, os ônibus e os passageiros privados. Nesta semana, em uma ação conjunta, oito pessoas foram presas, e isso me deixou muito satisfeito. Quem dera isso pudesse acontecer por todo o Brasil!

O Presidente José Sarney acaba de trazer mais uma dessas narrativas horripilantes que estamos acostumados a ouvir, mas eu gostaria de agradecer por esse fato que ocorreu na Paraíba, porque pelo menos essa quadrilha já foi desbaratada.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena, com a permissão do Sr. Presidente.

A Sra. Heloísa Helena (PSOL – AL) – De fato, quero falar sobre o tema anterior – não que o problema de segurança pública não seja horripilante e catastrófico em todos os Estados, embora acabe tendo maior repercussão pública em alguns deles, em função da complexidade do aparato da segurança pública das populações. Em meu Estado, Alagoas, e em todos os Estados acontece o mesmo. Quero tratar do setor agrícola. V. Ex^a, o Senador Mão Santa e vários outros Senadores que de alguma forma se dedicam a tratar do tema apresentam alternativas para o problema. O Congresso Nacional, a cada dia, está mais desmoralizado perante a opinião pública, que o vê como o império da impunidade, como a república do mensalão, ou seja, como um covil. Todos os dias, surgem expressões como essas na Internet, por mais que a generalização seja perversa e dolorosa para quem não é do covil,

entendemos a indignação do povo brasileiro. Além disso, há um problema básico como esse. Não sei se no Estado de V. Ex^a está ocorrendo a mesma situação que acontece no Estado de Alagoas, que, além que não dispõe daquilo a que V. Ex^a se referiu...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – As sementes.

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – As sementes, a assistência técnica, o zoneamento agrícola para que todos não passem a plantar os mesmos grãos e, portanto, o preço caia, a política de preço e de abastecimento, ou seja, tudo aquilo que é o óbvio em relação à política agrícola, agora, as instituições de crédito estão fazendo a maior pressão de todos os mundos para a execução das dívidas dos pequenos e dos médios produtores rurais. Como o Presidente vetou o projeto aprovado pelo Congresso Nacional, a nova medida provisória não dá conta sequer de pequenos e médios produtores rurais. Então, por imaginar que talvez algumas alterações na medida provisória aqui sejam feitas, no Estado de Alagoas há pânico. Os pequenos e os médios produtores estão sendo procurados, como se bandidos fossem, pelos oficiais de justiça. Porém, o problema não é do oficial de justiça, mas das instituições de crédito que estão fazendo uma pressão gigantesca. Sabe V. Ex^a que, primeiro, atender aos pequenos e aos médios produtores rurais é algo de outro mundo, porque o banco atende àquele que tem um político famoso do lado, o grande proprietário, mas, quanto ao pequeno e ao médio produtor, há um problema seriíssimo. Segundo, para ele receber assistência técnica para preparar o projeto, Senador Ney Suassuna, com a desestruturação de todas as empresas de assistência técnica, conforme ocorreu nos Estados, é difícil. E o pior é que tem o debate do calendário agrícola.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Que é inexorável.

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Exatamente. Então, o banco diz assim: “Ah, mas você chegou com o projeto e já choveu”. E ele diz: “Sim, doutor, mas eu me endividei; eu pedi a um agiota e plantei; vá lá ver, está plantado; eu plantei alguma coisa”. E isso também não serve para absolutamente nada. Então, eu quero me solidarizar com V. Ex^a pelo pronunciamento que faz. Sei que não devemos perder a esperança nunca, mesmo que a realidade implacável diga não, mesmo que fiquemos com exaustão física e emocional, porque leva à exaustão todos os dias repetirmos a mesma cantilena, todos os anos, e continuar a mesma irresponsabilidade governamental. É um misto de insensibilidade, de incompetência e de irresponsabilidade. E quem paga realmente, quem mais sofre não

são só o pequeno e o médio produtor rural, mas toda a economia dos Municípios dessas regiões que estão diretamente vinculadas à existência ou à sobrevivência desses pequenos e médios produtores. Portanto, queria somente compartilhar a preocupação e saudar o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a a complementação que faz desta minha intervenção. Na Paraíba, não está diferente a situação. Lá também está havendo uma pressão enorme por execuções. Enorme. É muito grande, Senadora Heloísa, a pressão. V. Ex^a precisa ver como está. Em todas as cidades por onde passei eram embaixadas de pequenos agricultores dizendo que estão sendo executados, que vão tomar suas terras – uma terrinha de nada – e eles não vão ter do que viver.

Então, nós estamos realmente preocupados. A medida provisória já chegou, e o PMDB não vai abrir mão de dois anos de carência, de 25 anos para pagar, de rebote. Nós vamos discutir isso aqui, vamos ver tudo o que temos de fazer, mas fiquem na certeza de que vamos buscar as soluções.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a gentileza de V. Ex^a, dizendo que urge chegarem sementes e apoio às regiões onde choveu e, nas outras, carro-pipa é o clamor. Precisamos ajudar essas regiões onde não choveu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa. A seguir, falarão o Senador Sibá Machado e a Senadora Heloísa Helena.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sras. e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado; Senador Sibá Machado, que teve a honra e o privilégio de nascer no Piauí, embora represente com grandeza o importante Estado do Acre, que tem na Presidência, neste momento, Tião Viana, um dos seus representantes; Senador Tião Viana, 13 de março de 2006. Senador Flávio Arns, esta talvez seja a mais importante data do Brasil. Os poderosos escrevem a História, o Governo. Senador Arthur Virgílio, o 13 de março foi contra os poderosos e contra o Governo. Senador Flávio Arns, este Brasil grandioso, descoberto pelos portugueses, tentava sua independência. Ninguém pode esquecer a história de Minas Gerais: “Libertas quae sera tamem”, Joaquim Xavier, o Tiradentes. E aquilo tudo, a história se repete, era porque o Brasil vivia explorado por impostos. Os portugueses, Senador Sibá, cobravam um quinto do ouro que daqui se tirava. E reagimos no

dia da cobrança, que seria o dia da derrama. Houve o sacrifício de Tiradentes.

Atentai bem, Antonio Carlos Magalhães, era um quinto. A Globo, do amigo de V. Ex^a, Roberto Marinho, fez até uma minissérie: O Quinto dos Infernos. Era o imposto para o português. E agora, Antonio Carlos, não é um quinto, é uma banda, é a metade. Naquele tempo, o mineiro se levantou, e era um quinto. Lembram-se da minissérie O Quinto dos Infernos? Agora, é uma banda, é a metade dos infernos do PT.

Senador Antonio Carlos Magalhães, é sabido que são 76 impostos, que aumentaram aceleradamente neste Governo. Então, são 40%, e 40% de doze são cinco meses. Mas não fica aí, caro Antonio Carlos. Temos os juros dos bancos. Ninguém pode viver sem banco. E somos vítimas do mais alto imposto.

Então, você que está aí e quem está trabalhando, homem e mulher: neste País, dos doze meses trabalhados, seis são para o Governo. Cinco meses são para os 76 impostos, e mais um para as transações bancárias. Todo mundo é vítima das máquinas dos bancos. Portanto, são seis meses, e o Governo não nos devolve.

Norberto Bobbio, Senador vitalício da Itália, disse que o mínimo que se tem de exigir de um governo é a segurança. Que segurança? Agorinha, o Senador José Sarney falou de um Deputado quase esquartejado. O mínimo que um Governo tem de oferecer e que o povo tem de exigir é a segurança. A vida, a liberdade e a propriedade. Ninguém vai entrar na saúde, precária, que é privada. Um sistema de saúde que paga R\$2,50 ao médico para fazer uma consulta... Ô, Tião Viana, agradeça a Deus por V. Ex^a estar sentado aí, numa boa, na Presidência do Senado. Se exercesse a Medicina, V. Ex^a que é um médico bom e qualificado, concursado, teria que dar duas mil consultas de clínica para ganhar R\$5.000,00! Em 20 dias, são 100 consultas por dia.

Senador Antonio Carlos Magalhães, um médico dar 100 consultas por dia para ganhar R\$5.000,00! Isso é piada. Este é o Governo da ignorância audaciosa. Isso é simples matemática.

Amir Lando, duas mil consultas tem que dar um clínico por mês. São cem por dia porque tem sábado e domingo.

Senador Tião Viana, V. Ex^a é que deveria estar no Ministério e não o seu partido vendendo para o Lula. Vou pedir o *impeachment* do Lula por estupro da democracia. Se eu levar uma menina para o motel, eu vou ser processado. E o Código Civil está aí, e ele quer levar o PMDB para apoiá-lo, na marra, comprando. Isso é estupro à democracia. Ninguém quer.

Houve uma convenção, e querem candidato próprio, houve uma reunião, e atentai que a sua ignorância audaciosa é demais. Isto é estupro da democracia: forçar acabar com a prévia.

Senador Antonio Carlos, a democracia é do povo e foi o povo que a construiu. Liberdade, igualdade e fraternidade. D. João VI disse: "antes que algum aventureiro coloque a coroa, filho, coloque-a". Era Simón Bolívar que queria entrar e acabar. Aquele grito da França iria chegar aqui. Aí, ele passou: o filho ficava com o sul e ele ficava com o norte. Bahia, Maranhão. Mandou seu filho e afilhado. É por isso estou falando, Senador Antonio Carlos Magalhães. E quis Deus um baiano estar aí, porque não abrimos nem para baiano. Rui Barbosa está lá. Mas temos Evandro Lins e Silva, igual a Rui Barbosa. Foi ele que, na ditadura, libertou todos contra os canhões. Que presidência do Supremo Tribunal Federal? Atentai bem, Ministro! Não precisa buscar fora. Evandro Lins e Silva iguala. É o Piauí.

Então, o dia de hoje, Senador Antonio Carlos, é o dia da Batalha de Genipapo. O Norte do Brasil iria ficar com Portugal. E nós o recebemos na minha cidade. Por isso sou assim, sou descendente dos Tremembés, o índio do Delta. Gritamos a independência, independente de Pedro II. E ele saiu da capital para sufocar o movimento.

O Maranhão invadiu minha cidade com três navios, aliado a Portugal. Nós é que somos do Piauí. E o rico Simplício Dias da Silva foi para o Ceará, Viçosa e Granja, e o esperou de volta. O povo de Oeiras tomou o Palácio; nós o tomamos dos portugueses em 24 de janeiro. Em 19 de outubro de 1922, foi o Movimento de Parnaíba. E a Câmara, com dignidade maior do que esse Senado, que não tem coragem de fazer um veto – que a Constituição nos permite – proclamou a independência, e botou Fidié para fora. Ele veio, e o pegamos de volta, em Campo Maior, em 13 de março, com alguns cearenses. Nós o levamos para o Maranhão, para Caxias.

Estava a nascer Gonçalves Dias. Inspirado nisso, criou a Canção dos Tamoios.

Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar;
A vida é combate,
Que os fracos abate
Que os fortes, os bravos
Só pode exaltar.

Forte e bravo foi o piauiense. Nasceu lá em Caxias. Os portugueses foram para lá. O Maranhão era de Portugal. Nós, não. Então, foi no dia 13 de março.

A Bahia também fez, mas foi em julho. Foi depois, mas fez. Continuaram dando veracidade aos portugueses. Queriam fazer do País um pavilhão. O Norte era deles. E lá continuaram o movimento baiano em dois de julho. Essa foi a história. Então, esse é o dia, Senador Sibá.

Alberto Silva, no governo revolucionário, fez um monumento no local. As mulheres piauienses venderam suas jóias para comprar foice, martelo, espingarda e combater o exército de Fidié. Fidié era um homem de moral, um homem digno, um português. Reconheceu e foi. Está em sua biografia, Senador Antonio Carlos Magalhães, que em sua aposentadoria pediu o soldo da batalha. Eles ganharam e nós perdemos. Mas ele não pôde voltar a Oeiras, ao palácio do Governo, porque o povo de Oeiras tinha tomado o Palácio do Governo em 24 de janeiro. Então, ele cobrou. Eu li. Ele voltou, foi diretor do Colégio Militar e na aposentadoria ... Nós perdemos, mas afugentamos e tiramos. Não podíamos. O Piauí tem coragem demais, mas esse Brasil é gigante de antes. Indo ao Maranhão, invadiu a minha cidade com três navios. Essa, Senador Amir Lando, tem que ser conhecida. E o Presidente Castelo Branco reconheceu, Senador Antonio Carlos Magalhães, essa batalha. E hoje é o Exército que comemora. Ela é bem mais bonita.

Hoje se falou aqui que o Lula ia pedir investimentos dos ingleses. Oh, Lula, essa dívida começou com os ingleses. Senador Antonio Carlos Magalhães, quando se deu essa independência, aí a Inglaterra disse que só reconhecia o Brasil se parte da dívida do português fosse o nosso início da dívida. O Lula não sabe das coisas. E depois os ingleses nos meteram em outra fria: a guerra do Paraguai, Senador Antonio Carlos, a mais vergonhosa ignomínia. Eu canto...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...Genipapo com as condições adversas. O piauiense botou o português para fora, mas a Guerra do Paraguai... o Paraguai tinha uma indústria têxtil, confecção de tecidos, estava se industrializando, e os ingleses não queriam permitir, porque a política econômica, vamos dizer, é muito mais perversa do que até a nossa. A nossa tem o ideal de melhorar a vida, a qualidade de vida, um mundo melhor. E eles deram dinheiro para nós, vergonhosamente, para o Uruguai e para a Argentina para destroçarmos o irmão, o Paraguai, para vivermos fregueses da Inglaterra.

Lula, atentai bem! Vossa Excelência está perdendo a História do mundo. O exemplo está ali, na Índia, Senador Amir Lando. Em 1947 é que ela se tornou independente, Senador Sibá Machado. Ninguém viu isso

e, de repente, eles dominam a tecnologia de comunicação. Porque facilitam, se o povo trabalhar.

Aqui é o País onde tenho é pena de empresário. Ó, Senador Tião Viana, está muito bom para o Lula, está muito bom para a Marisa, muito melhor para o Lulinha, mas para o empresário está duro! Quem é que tem coragem de ser empresário neste País?

V. Ex^a tem que agradecer a Deus, V. Ex^a está na boa, Senador Tião Viana. De médico escapou, de dar duas mil consultas para ganhar R\$5.000,00. Atentai bem! Trabalhar, 76 impostos; uns Delegados do Trabalho que só prendem gente que trabalha, mas os bandidos estão todos soltos, os ladrões estão todos soltos, estão perambulando aí.

(*Interrupção do som.*)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... Senador Antero Paes de Barros, eu não vou naquela CPI...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Mais um minuto, e solicito que V. Ex^a conclua, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois é, antes da úlcera. Porque outro dia eu fui, e perguntaram: "Mas, Mão Santa, eu não o vejo nas CPIs". Eu digo: não vou, não. Não vou porque tenho uma gastrite e dá úlcera. Por quê? Outro dia vi um descarado lá, eles falam em cinco milhões, dez milhões, como a gente fala em cinco reais, dez reais. Um chegou e disse: "E esse cheque?". "Não me lembro. De quanto é? Quatrocentos mil eu não olho, não. Eu dei aí, para um corregedor. Eu só olho acima de R\$500 mil". Então, são essas coisas.

Mas nós somos a guerra e a luta, expulsamos os portugueses, porque muitos deles, mandados para as nossas capitâncias hereditárias, moralmente, não eram pessoas boas. Por isso, nós, piauienses, somos diferentes e, por isso, um Senador do Piauí está exigindo isso. Essa guerra foi contra a derrama, foi contra o imposto, e o imposto está aumentando...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex^a que conclua, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... foi contra a corrupção dos portugueses.

As minhas últimas palavras são para dizer que mandamos para o Piauí um homem, para dar esse exemplo de virtude, de coragem e de dignidade. E lhe daria um exemplo. Sei que este Brasil tem uma história, mas nenhuma se compara à do Piauí. Do período revolucionário – temos aqui o testemunho de Antonio Carlos –, lembremos Petrônio Portella, que disse, contra os canhões, quando fecharam o Parlamento: "É o

dia mais triste da minha vida!" João Paulo dos Reis Velloso esteve dez anos à luz do desenvolvimento, sem nenhuma indignidade, imoralidade ou corrupção. Virtude do Piauí. Carlos Castello Branco foi o mais puro e corajoso dos jornalistas.

Essa é a homenagem do Senador Mão Santa à bela história do Piauí e o agradecimento a Deus por ter nascido naquele Estado, terra querida, filha do sol do Equador.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado para uma comunicação de Liderança.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC). Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Senador Mão Santa fez um comentário muito rico de informações sobre a resistência brasileira contra a Coroa Portuguesa, o grito de liberdade, saudando a contribuição do Estado do Piauí nos episódios da Batalha do Jenipapo.

Sr. Presidente, trago aqui uma pequena reflexão sobre o programa do Governo Federal de energia para o campo, o que considero um dos investimentos mais importantes para contribuir para a geração de emprego, de oportunidade de trabalho e principalmente para a distribuição de renda do campesinato brasileiro.

Mais de 2,4 milhões de pessoas de todo País foram beneficiadas com o programa do Governo Federal Luz para Todos. Este programa, lançado no ano de 2004, leva energia elétrica para brasileiros que vivem no meio rural e realiza, em média, uma ligação residencial por minuto. Além disso, o programa foi responsável pela criação de 89 mil novos postos de trabalho.

Até o momento, o Governo Federal liberou R\$1,23 bilhão reservado a este programa, para obras de eletrificação rural, instalação de pontos de luz e tomadas nas residências do campo brasileiro.

De fundamental importância são as obras do programa que estão em quase todos os Estados e, até o final deste ano, o acesso à energia elétrica será universalizado nos Estados de Sergipe, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. A meta do programa é acabar com a exclusão elétrica do Brasil até o ano de 2008, quando vai chegar a cerca de 10 milhões de pessoas.

Ao garantir o acesso a energia elétrica a milhões de pessoas, o programa contribui para o desenvolvimento econômico de comunidades rurais, porque a energia elétrica possibilita o aumento da produção agrícola; favorece ainda um melhor atendimento à população no que diz respeito aos serviços básicos, como saúde, educação e abastecimento d'água.

Outro exemplo interessante: no assentamento São Francisco, em Cerro Corá, no Estado do Rio Grande do Norte, com a chegada da energia elétrica para 150 famílias, os moradores montaram um centro de beneficiamento e comercialização de caju e mel. Já na comunidade de Degredo, em Linhares, interior do Espírito Santo, a energia levada aos 490 moradores do local permitiu a criação de núcleos de corte e costura, apicultura e artesanato.

Sr. Presidente, no meu Estado, o Acre, diversas cooperativas partem para o processo de industrialização, como a cooperativa de leite Copel, integrada por quase 200 famílias, que compraram uma usina de leite falida, recuperaram esse laticínio, pagaram suas dívidas e, com o advento da energia elétrica, começa o processo de substituição da coleta do sistema de botijão para o sistema de refrigeração.

Além dos benefícios diretos às comunidades rurais, o programa provocou a reativação e ampliação de fabricas de postes, o reaquecimento da indústria de materiais elétricos e o incremento na venda de eletrodomésticos. Já foram utilizados, em decorrência do programa, quase um milhão de postes, 136 mil transformadores e 172 mil quilômetros de cabos elétricos.

Qualquer morador rural que não possui energia elétrica em casa deve procurar o escritório ou representante da concessionária de energia em seu Município e solicitar a instalação da energia. As obras serão realizadas de acordo com os critérios de prioridades definidos nos programas, que são:

a) Projetos de eletrificação rural paralisados por falta de recursos, que atendam comunidades e povoados rurais;

b) Municípios com Índice de Atendimento a Domicílios inferior a 85%, calculado com base no Censo 2000;

c) Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano inferior à média estadual;

d) Comunidades atingidas por barragens de usinas hidrelétricas ou por obras do sistema elétrico;

e) Projetos que enfoquem o uso produtivo da energia elétrica e que fomentem o desenvolvimento local integrado;

f) Escolas públicas, postos de saúde e poços de abastecimento d'água;

g) Assentamentos rurais;

h) Projetos para o desenvolvimento da agricultura familiar ou de atividades de artesanatos de base familiar;

i) Atendimento de pequenos e médios agricultores;

j) Populações do entorno de Unidades de Conservação da Natureza; e

I) Populações em áreas de uso específico de comunidades especiais, tais como minorias raciais, comunidades remanescentes de quilombos e comunidades extrativistas.

Sr. Presidente, aproveito esses dois minutos para dizer que, nesses últimos dias, andando pelo nosso Estado, verifiquei a grande expectativa em relação a V. Ex^a. Isso é muito bom e muito rico. Por si só, o efeito disso deve levar-nos a uma excelente reflexão, aprofundada, dos processos feitos até agora. O nome está posto. O nome de V. Ex^a é uma unidade no Estado. Disso eu trato internamente, com os colegas, com grande orgulho. E, mais que orgulho, com extremo cuidado e respeito às coisas que têm sido feitas. Então, todos têm feito uma torcida muito grande, com a esperança de um resultado que nos possa ajudar por mais um novo período lá no Estado do Acre. Falo isso pela Presidência do nosso Partido. Temos a convicção das nossas responsabilidades quanto a isso tudo. E, de todas as pessoas com quem pude conversar, há o entendimento de que esse é o nosso caminho.

Então, que V. Ex^a possa levar isso para os seus momentos de reflexão. Ressalto que é muito importante o resultado que veio até aqui, com essa experiência no Senado Federal, uma Liderança construída novamente no dia-a-dia do nosso trabalho lá no Estado do Acre. Não é pequeno um brinde como este: o espaço conquistado, hoje, pelo Senador Tião Viana na política nacional.

Espero possamos dar as mãos e construir com muito carinho e cuidado o processo de sucessão também do Presidente Lula. Creio que temos, lá em nosso Estado do Acre, de colaborar ao máximo, sem medir esforços. Sei que V. Ex^a já demonstrou isso em 2003, quando assumiu a liderança de nosso partido e, ao mesmo tempo, a relatoria da emenda à Constituição sobre a reforma previdenciária e também o curso de doutorado, cuja defesa de tese e conclusão, se não me engano, ocorreram no mesmo ano. São três elementos que pareciam não se misturar, mas que geraram um produto hoje chamado Tião Viana.

Como a tarde de hoje está bastante calma, aproveito para dizer que também estou com a expectativa de que possamos tomar, em prazo hábil, essa grande decisão. Que cheguemos ao Estado do Acre fazendo aquilo que hoje, com certeza, a grande maioria daquela gente quer e espera de nós e, especialmente, de V. Ex^a.

Parabéns por tudo isso.

Vamos à luta! Com a ajuda de Deus, vai dar tudo certo!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a a generosidade das palavras.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães e, em seguida, aos Senadores Antero Paes de Barros e Arthur Virgílio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, pode-se condenar o ex-deputado Roberto Jefferson por muitas coisas, entretanto é justo que se diga que graças a ele o País tomou conhecimento do maior escândalo da República. Graças a Roberto Jefferson, que teve coragem de dizer ao Presidente Lula o que se passava no País – algo de que ele era testemunha e até partícipe –, nós chegamos a esse escândalo que tanto macula a situação nacional.

Desde ontem, os jornais trazem matérias sobre o ex-deputado Roberto Jefferson. Entrevistado, com a inteligência que lhe é própria, ele disse que “Okamoto é o Fiat Elba do Presidente Lula”. Nada mais apropriado, embora ainda haja o Land Rover do Silvio – e quase houve o do Dr. Jaques Wagner, que não chegou a tempo, porque o assunto foi desfeito apesar de o Land Rover já se encontrar numa garagem, na rua 7 de Setembro, para ser entregue ao Dr. Jaques Wagner, que correu para desfazer o mimo que iria receber da GDK.

Hoje não há mais dúvidas neste País. Diante do que publicou **O Estado de S. Paulo** ontem, diante do que também publicou a **Folha de S. Paulo** e diante do que a **Veja** está publicando, não há mais dúvidas: Okamoto é a principal figura a vir ao Senado. Faço um apelo à CPI dos Bingos para que faça um requerimento bem feito que, pelas mãos de seu Presidente, chegue ao Ministro César Peluso, que é das figuras melhores da magistratura brasileira e hoje honra a posição que ocupa no Supremo Tribunal. Tenho certeza de que, se o requerimento estiver bem formulado, Okamoto virá rapidamente à Comissão e, aí sim, vamos conhecer coisas que jamais pensávamos que existissem.

Esse título também é muito bom: “Okamoto é tipo O, doador universal” – do seu partido, Presidente, não de V. Ex.^a. O doador universal é o célebre Okamoto. Quando o convoquei para comparecer à CPI dos Bingos, fui muito atacado, porque diziam que se tratava de um homem pobre, de um rapaz simples, bondoso, um homem caridoso – talvez seja mesmo, mas com o PT.

As caridades que ele fez foram volumosas, foram grandes, Sr. Presidente, por isso ele é o doador universal desse partido. Não podemos abrir mão de que ele venha a esta Casa. Vamos acertar com o Supremo Tribunal como se faz o requerimento para que ele

venha com fatos concretos. E os fatos concretos estão denunciados em todos os jornais do fim de semana e nesta revista, que é uma revista séria. São mostradas as doações que ele fez, inclusive a partidos que ainda não foram citados no mensalão. Todos têm o direito de saber quem recebeu ou não o mensalão.

Temos de trazer o Bertoldo, que disse que vai confessar tudo. Estou tranqüilo; V. Ex^a também; os Senadores, em sua grande maioria, também. Mas nem todos estão com a nossa calma; há muita gente torcendo para o Okamotto não vir aqui. A realidade é que este Governo já deveria ter exigido que o Okamotto abrisse seus sigilos fiscal, telefônico e bancário para dissipar não mais as dúvidas, mas as certezas que já temos quanto à sua personalidade deletéria no sentido da corrupção que campeia principalmente no Partido dos Trabalhadores.

E o que se faz? Ainda ontem, o Ministro Ciro Gomes defendia a classe política com muita coragem. A classe política, composta por todos nós, é mal vista pela sociedade; porém, na realidade, não são todos os políticos que estão envolvidos com o mensalão ou que se beneficiam dos recursos espúrios que o PT há tanto tempo movimenta. A grande surpresa foi ter surgido de 2002 para cá, porque isso já vem de longe. Mesmo os petistas sérios, como V. Ex^a e outros que estão nesta Casa e, faço justiça, até os que já abandonaram o PT, jamais souberam disso. V. Ex^a está realmente fora desse jogo, mas há muita gente jogando com esses recursos do PT.

E agora aparece alguém que envolve também o PMDB nessa história. Fico pensando num homem como Pedro Simon, cuja característica de honestidade nunca foi posta em dúvida; homem com quem já debati várias vezes nesta Casa e que respeito. Como estará hoje Pedro Simon diante da afirmativa do Sr. Bertoldo de que o dinheiro também foi para o seu partido?

Apurar é um dever. A imprensa deve ter paciência inclusive com as apurações. Nada se faz às pressas bem feito. Vamos fazer com cuidado. Não vamos ter medo de prorrogar a CPI. Vamos até o fim neste assunto, porque vão surgir outros mais graves, inclusive na Petrobras.

Ao dizer a V. Ex^a que um Município na Bahia recebeu agora R\$40 milhões para fazer um viaduto, o Município de Simões Filho, sinto-me à vontade para fazer esta denúncia, porque os senhores disseram aqui que a firma vencedora tinha ligações comigo. Então, estou muito à vontade para que se apure tudo isso. Foram R\$40 milhões. Vejam quantas obras se fariam no Acre com esses recursos! Vejam Alagoas e Sergipe abandonados e a Bahia se sustentando sozinha, sem recurso do Governo Federal, enquanto os recur-

sos vão para um prefeito que está ligado ao PT, com os fins que já sabemos.

Sr. Presidente, os okamottos são muitos, mas precisamos pelo menos pegar o próprio para chegarmos a outras conclusões, como o desvio, apontado pelo Tribunal de Contas, de R\$10 milhões em Furnas em um projeto. Queremos apurar tudo, e será apurado.

Essa campanha contra o ACM Neto está acontecendo porque ele está apurando as irregularidades graves dos fundos de pensão com as corretoras, que vêm de longe. Hoje, já aparecem empréstimos do Banestado. Ninguém sabia disso, que essas relações eram antigas; ninguém sabia. Hoje, aparece isso e surgirão mais ainda, Sr. Presidente. É nosso dever fazer essas apurações. Enquanto não a fizermos, estaremos mal-vistos perante a opinião pública. Quando a fizermos e punirmos os culpados, estaremos realmente com a fronte erguida perante os eleitores do Brasil.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos Magalhães, o binômio me parece que é Okamotto e Instituto da Cidadania Brasil, segundo denúncia bastante consubstanciada que me chegou à mão há um bom tempo. Disseram-me: "Insistam na quebra de sigilo, porque tem coisa grave ali". V. Ex^a expõe muito bem a situação do Presidente da República. Ele está diante de duas possibilidades: a melhor, para ele, é perder a eleição e morar na Nova Zelândia; a pior, é vencer a eleição e ficar recebendo, no outro Governo, o rescaldo de tudo que já foi aprontado ao longo da história do seu Partido, ao longo da sua própria história e ao longo desses quatro indigitados anos de Governo. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço, mais uma vez, a V. Ex^a, eminente Senador Arthur Virgílio, pelo seu prestígio, pela sua voz, que sempre engrandece este Senado quando usa a tribuna.

Mas, veja bem este caso: Okamotto já pagou claramente para Lula no Banco do Brasil; Okamotto pagou um calote da filha de Lula; o filho de Lula – e nunca ninguém fala disso – tem relações com a Telemar. Nunca houve uma explicação da Telemar nem do Governo sobre o Lulinha. Lulinha paira, já, com R\$15 milhões. Quinze milhões, três de cinco. Não sei se o Presidente da República faz essa conta de multiplicar. E isso é o que nós sabemos, Sr. Presidente. V. Ex^a até sabe e finge que não sabe, com a habilidade que lhe

é própria. V. Ex^a é, realmente, desses Senadores que temos de respeitar pela inteligência, pela competência, pela seriedade e, sobretudo, pela habilidade.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muita honra.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Gostaria de destacar três aspectos. O primeiro deles é que todos nós, do Partido dos Trabalhadores, consideramos essencial, em termos de Brasil, que todos os fatos – relacionados ao Partido dos Trabalhadores ou não – sejam amplamente investigados, seja pela Justiça, pelo Ministério Público, pela Polícia Federal ou pelas CPIs. O segundo aspecto que gostaria de enfatizar é que questionamos sempre a propriedade desses fatos serem analisados pela CPI dos Bingos. Essa é a questão. Não é que não devam ser investigados. Têm de ser investigados. Pessoas têm de ser punidas. Agora, qualquer notícia nova que surja nos meios de comunicação deve ser objeto de discussão na CPI dos Bingos? Também prezo muito a figura da CPI, que é essencial para a democracia e para a investigação. Estaríamos criando, nesse sentido, dificuldades para a própria consolidação do instituto da CPI. Quanto ao terceiro aspecto, Senador Antonio Carlos Magalhães, quero destacar a luta, a garra, a determinação de tantas pessoas do Partido dos Trabalhadores pelo Brasil, particularmente ligadas a movimentos sociais, movimentos de base que lutam pela democracia, por uma vida melhor. Sempre tento, não apenas em relação ao Partido, mas em relação a qualquer aspecto, dizer que há muitas pessoas boas e que, infelizmente, não concordo, de maneira alguma, com aquilo que V. Ex^a relatou, ou seja, que lideranças grandes do Partido fizeram. Mas, sim, penso que é importante guardar realmente a importância, a bravura, a garra, a luta e a determinação de um Partido que contribuiu tanto e vai continuar contribuindo para a vida democrática justa e com desenvolvimento em nosso País. Nesse sentido, agradeço a possibilidade deste aparte.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu é quem agradeço V. Ex^a. Quando chegamos aqui nos olhávamos com um pouco de diferença, que nunca existiu, porque as minhas ligações com seus familiares sempre foram excelentes, principalmente com o cardeal, a quem tenho o maior respeito até pelas injustiças que sofreu e pela dignidade com que se apresentou à vida pública. Hoje, somos amigos. Tenho muito respeito pela sua atuação.

Agora, pergunto a V. Ex^a duas coisas: o PT tem esse grupo que V. Ex^a falou, no qual V. Ex^a está incluído. Sendo assim, por que expulsaram outros tantos que

pensam como V. Ex^a e que não queriam o PT nessa situação que aí está? Naquela ocasião, V. Ex^a deveria ter também reclamado para que não perdessem figuras importantes dos seus quadros tanto no Senado Federal como na Câmara dos Deputados e na intelectualidade do Partido. Esse é um ponto.

O segundo ponto é que, se não formos apurar pela CPI, vamos apurar como? Se V. Ex^a me der uma outra fórmula qualquer neste minuto, ficarei com a tese de V. Ex^a. Senão, quero que se apure na CPI dos Bingos, na CPI da Petrobras, na CPI dos Correios, seja em qual CPI for, contanto que se apure. Porque se tivéssemos apurado na CPI do Banestado, talvez hoje a situação não estivesse como está, já estaria esclarecida a situação e muita coisa não teria vindo à tona como veio, ou teria vindo naquela ocasião, e o desastre, a catástrofe petista estaria hoje já diminuída, porque, infelizmente, o povo tem memória curta. Mas temos a obrigação, aqui, nesta tribuna e no País, de mostrar a este povo o que tem acontecido, e nós vamos fazê-lo, até para atender a um homem de caráter, como é o Senador Flávio Arns.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me concede outro aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sras. e Srs. Senadores, o tempo do Senador Antonio Carlos Magalhães está esgotado. Pelo número de Senadores que pedem um aparte, a Mesa vai estender o tempo do orador, mas pede a justa objetividade.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Preciso apenas de trinta segundos, Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Quero fazer um esclarecimento bastante técnico, Sr. Presidente. Que o Sr. Okamoto precisa ser ouvido por uma CPI, acho que ninguém, em sã consciência, pode dizer o contrário. Tentou-se aprovar o requerimento de convocação do Sr. Okamoto na CPI dos Correios, mas não se obteve êxito. Levando em conta a ligação dele com tantas prefeituras e o caráter sistêmico, foi aprovado o nome dele naquela Comissão com base no fato de que ali se apuravam denúncias sobre crime organizado, ou seja, até na Prefeitura de Santo André ele esteve. Em outras palavras, o que precisamos agora é saber por que um homem público – e ele é um homem público – aferra-se tão denodadamente à idéia de não ter os seus sigilos quebrados. Essa é uma pergunta que não fica bem para a família dele, que deve estar constrangida em casa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Concordo com V. Ex^a, e poderia, inclusive, fazer

um apelo à Liderança do PT: que ele abra os sigilos bancário, fiscal e telefônico, e serei o primeiro a pedir, na CPI dos Bingos, que ele não seja convocado! Se abrir esses sigilos, ele não precisará vir aqui. Mas, da forma como está fazendo, ele tem de vir aqui. Se não vier aqui, nós é que estaremos mais desmoralizados perante a opinião pública brasileira.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos, a verdade deve ser buscada. Quando eu governava o Piauí, estourou no Nordeste todo esse crime organizado. No Piauí, havia o Coronel Correia Lima. Como é natural, ele era coronel, e meu Palácio tinha um relacionamento com ele. Senador Tião Viana, atentai bem e aprenda! Quiseram meter meu nome ali. Realmente, havia um coronel da Polícia Militar. E, para chegar a coronel, Correia Lima passou por muitos governos. Eu já o peguei por lá. Quando salientaram dúvidas de que o Governador tinha relacionamento, peguei um papel, como o Senador Antonio Carlos, de chofre, e entreguei à Polícia Federal, para o Dr. Roberto Rios, a fim de ele que vasculhasse toda a minha vida financeira, desde o primeiro cheque, do antigo Banco da Lavoura – o primeiro que transacionei. Não era desde o tempo de Governador, mas desde o tempo do primeiro cheque que recebi nas minhas atividades profissionais. E dei por escrito logo de imediato. Pedi que se fizesse isso em relação não apenas ao período de Governador, mas à minha vida toda. Todos nós, políticos, devemos oferecer isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Concordo com V. Ex^a e, por isso, ofereci meu sigilo ao Senador Pedro Simon há mais de cinco anos. Dessa maneira, estou à vontade nesse ponto e aceito qualquer repto dos meus adversários.

Concedo um aparte ao Senador Amir Lando. Depois encerrarei, Sr. Presidente, porque tenho o maior respeito pela autoridade de V. Ex^a.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, o assunto realmente é estrepitoso. É um assunto sério que merece um diálogo e, sobretudo, um debate profundo nesta Casa. V. Ex^a aborda vários temas sobre o que está acontecendo no País em termos de denúncias e de eventuais desvios de recursos públicos. V. Ex^a traz à tona o que foi denunciado nos jornais e nas revistas sobre o PMDB. Não há denúncia mais danosa e mais perversa, não há balela maior do que essa denúncia genérica que envolveu o PMDB, Partido que tem a maior Bancada no Senado e a segunda Bancada na Câmara dos Depu-

tados. A denúncia não é de V. Ex^a, mas é importante que, como deseja V. Ex^a – e, por isso, eu o parabenizo –, investiguem-se os fatos para que sejam esclarecidos, a fim de que não apassivem a verdade. Queremos que a verdade venha a lume e, com ela, as eventuais punições de quem quer que seja. É muito importante que se esclareçam os fatos, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, e que a CPI tenha o tempo necessário para fazê-lo, porque senão a suspeita recairá sobre todos nós, do PMDB. Isso é ruim, sobretudo para quem zela o seu nome, o seu patrimônio moral e a sua reputação, como tenho feito ao longo de minha vida pública. Por isso, sou solidário com V. Ex^a em determinados aspectos, especificamente neste, para que a CPI faça os devidos esclarecimentos e puna os culpados, se houver.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É claro que quem não tem culpa no cartório, como V. Ex^a, quer sempre a apuração. E até pelo olhar das pessoas, sabemos aquelas que querem e que não querem que Okamoto venha dizer as verdades que sabe.

Sr. Presidente, encerrarei meu discurso. Amanhã, retornarei à tribuna para mostrar que os produtores da Bahia estão abandonados, perdendo seus produtos, por falta de estrada. Foi publicada hoje uma reportagem completa sobre o assunto na **Folha de S.Paulo**.

Quero defender minha terra, sobretudo porque eu disse tudo isso ao Ministro dos Transportes, que está agora dando um banho de dinheiro neste País para atender ao seu Partido e, mais do que ao seu Partido, ao Partido dos Trabalhadores. S. Ex^a cumpre ordens, e, cada dia que aparece na televisão, sua cara fica mais feia do mentiroso que está no Ministério dos Transportes dizendo que está salvando o País, quando está malversando o dinheiro público, que é do contribuinte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, por permuta com o Senador Arthur Virgílio. Em seguida, terão a palavra a Senadora Heloísa Helena e o Senador Amir Lando.

Faço uma correção: cedi o tempo a V. Ex^a, Senador Antero, portanto o Senador Arthur Virgílio tem sua fala preservada.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente, agradeço ao Senador Tião Viana a gentileza de me conceder esta oportunidade, mesmo sabendo do assunto que eu iria tratar. Defenderei, mais uma vez,

a minha honra e colocarei muitos pingos nos is com relação ao Partido dos Trabalhadores. Não me refiro genericamente a todo Partido, mas àqueles que manipularam os piores setores do Partido.

As pessoas sabem que sou jornalista e radialista; sou uma pessoa de classe média; sou filho de professor. Não me coloco entre os pobres. Coloco-me entre as pessoas da classe média. Tenho como maior patrimônio os ensinamentos que os meus pais e o meu avô me deixaram.

Meu primeiro emprego foi com meu avô, quando comecei a fazer apontamentos de jornalista. Quando perdi o primeiro lápis, eu me voltei para ele e falei: "Vovô, estou precisando de um outro lápis". Ele falou: "Peça para o seu pai. Compre com o seu dinheiro". Meu avô administrava as finanças do Estado assim. Para receber uma caneta, as pessoas tinham de devolver a caneta com a carga seca. Eu fui educado assim.

O meu pai foi Diretor do Departamento de Terras do Mato Grosso, quando se distribuíam terras do Mato Grosso à vontade. E me lembro de uma vez em que um parente meu dizia para meu pai: "Por que não temos terra?". E ele falou: "Um dia você vai aprender que é assim que a gente trata da coisa pública".

Eu me lembro do meu pai dizendo: "Meu filho, nunca peça cargo público. Seja honrado com cargo público. No máximo, dispute cargo público. Não peça cargo público".

E tenho a felicidade de que o Mato Grosso, Estado onde nasci, conhece-me. Portanto, não será o aparelhamento petista, esteja ele onde estiver... A pior coisa que o PT produziu no Governo Lula foi o aparelhamento petista, esteja ele no Judiciário ou na imprensa.

Como jornalista, não posso sequer esconder que, ainda menino, quando era transmitido na TV Tupi de São Paulo o programa "Abertura", eu cheguei a admirar o jornalista Mino Carta. Como jornalista e Senador hoje, consigo até entender o porquê do nome **Carta Capital**, não apenas pela edição da última semana, mas também pelas últimas edições da revista. A **Carta** é escrita para agradar ao Governo, e o **Capital** é de nós outros para financiar a revista.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA). Fora do microfone.) – E das corretoras.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Isso ocorre dentro de um aparelhamento petista.

O PT me conhece muito mal, apesar de eu ter sido filiado ao Partido dos Trabalhadores. Eu saí do Partido e sou a prova provada, portanto, de que as pessoas evoluem.

A matéria publicada na **Carta Capital** em que tentam me atacar começa assim: "Na quarta-feira 8, a assessoria de imprensa do senador Antero Paes de

Barros (PSDB-MT) distribuiu um texto intitulado Velhacos e Bestalhões", etc e tal.

A origem da matéria não era distribuir texto. Eu publiquei um artigo no blog do Noblat com o título "Velhacos e Bestalhões", onde mostro que é uma velhacaria da República, inclusive do Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, agir como tem agido em relação à apuração de fatos neste País.

Por causa disso, não é o Governo que reage, não é o porta-voz do Governo que reage, não é o Líder do Governo no Senado que reage, é a revista. Aí eles me mandam uma série de perguntas, às quais eu respondo. E, ao final de cinco páginas, tentam ligar-me ao Comendador Arcanjo, em Mato Grosso.

Já cansei de dizer: é mais fácil eles conseguirem fazer um camelo passar no buraco de uma agulha do que me ligar ao crime organizado. E sobra, em cinco páginas de revista, a seguinte acusação: O Senador Antero recebeu R\$240 mil em agosto ou setembro de 2002, numa operação feita com a Vip Factoring, que irrigou as contas de campanha do Senador. Espalhafatosa mentira! E que isso foi descoberto pela Polícia Federal.

Eu estive frente a frente com o juiz petista aqui na CPI dos Bingos. Ele disse isso e tive oportunidade de desmenti-lo categoricamente. Por quê? Tentando até ser mais didático, como é que funciona isso? O PSDB é uma pessoa jurídica de direito privado e tem CNPJ. O Comitê Financeiro Único também tem CNPJ e é o responsável pela prestação de contas da campanha. O Comitê Financeiro Único promoveu um jantar e ofereceu o serviço de uma palestra de um renomado administrativista brasileiro. Cobrou R\$2,5 mil por cadeira nesse jantar. Alguns pagaram com cheque pré-datado. De um jantar que arrecadou R\$900 mil, R\$240 mil foram em cheques pré-datados. Pronto, esses são os fatos. Rigorosamente esses, nada mais que esses.

No tempo em que eu estudava, havia Lógica na escola. Que lógica teria uma candidatura com apoio do Comendador fazer jantar para arrecadar fundos para a campanha eleitoral? Lógica um, derrotada.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Um instante só, Senador Arthur Virgílio, apenas para concluir esse assunto.

Outro detalhe: cheque por cheque, Senadora Heloísa Helena – R\$2,5 mil da Construtora tal... –, declarado na Justiça Eleitoral. Esses R\$2,5 mil foram dados pela construtora, pelo Arthur, pelo João, pelo Mané, em cheque nominal, com número do cheque, número do banco, prestação de contas na Justiça Eleitoral protocolada, e no final da campanha, em outubro de 2002.

Não há um cheque desses, Senador Flávio Arns, que não tenha sido declarado na Justiça Eleitoral. Na votação da prestação de contas, o Relator, um juiz federal de Mato Grosso, votou favoravelmente à aprovação. E o que é que esse juiz fala? Que em 2004, dois anos depois, a Polícia Federal descobriu uma operação de desconto desses cheques na Vip Factoring. Espalhafatosa mentira! Esses cheques foram descontados em setembro de 2002 pelo Comitê Financeiro Único da campanha eleitoral e, de cada cheque de R\$2,5 mil que era ali depositado, o Partido recebeu – o Comitê Financeiro – menos 5% do factor, porque é assim na operação de fomento mercantil, e 1% da taxa de administração. Então, recebia R\$2,5 mil menos 6%.

E essa insistência de falar que foi irrigada a conta de campanha do PSDB através do Comitê Financeiro Único para gastar na campanha do Senador Antero?

Ora, como pode ser atribuída à Polícia Federal a descoberta se isso está declarado desde outubro de 2002 à Justiça Eleitoral? Então, é mentira espalhafatosa de alguém que não consegue me enfrentar.

Sou inatingível moralmente! Tenho outros defeitos. Às vezes, sou mais intransigente do que outras pessoas, mas moralmente eu sou inatacável. Sou inatacável porque sou geneticamente honesto. Meu avô foi honesto. Meu pai era honesto. Eu sou honesto. E tenho a esperança de que meus filhos sejam e que minhas netinhas, criancinhas, também serão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio, para poder, na seqüência, concluir meu pronunciamento.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antero, eu percebo que há um método. Na semana passada, a revista tratava do Senador Antonio Carlos Magalhães e não podia dizer nada do mais do que jovem Deputado ACM Neto. Não podia. Coincidemente, tentava atacar o Senador, sob o tema de fundos de pensão, no momento em que o Deputado ACM Neto desnudava a caixa-preta dos fundos de pensão. Parece um método. Esta semana é V. Ex^a. Na semana que vem, não sei quem será. Mas parece algo muito bem organizado. O Okamotto não interessa. A revista não se preocupa com o Okamotto. A repercussão da revista é mínima – nós sabemos disso. Engana a quem isso? A ninguém. Os tarimbados jornalistas do Congresso Nacional sabem que não tem relevância, sabem que nada disso que está na revista é importante. Ninguém vai entrevistar V. Ex^a para saber alguma coisa a respeito do que diz a revista. Isso é bem claro. Nós sabemos, os jornalistas sabem, eu sei, tu sabes, ele sabe, nós sabemos, vós sabéis, eles sabem. Por outro

lado, se a repercussão é zero, se o método é esse, se a importância é relativa, eu pergunto: é prático? Isso resolve? Isso vai calar V. Ex^a? Não vai. V. Ex^a vai continuar o mesmo atrevido de sempre, a mesma figura irredenta, rebelde de sempre, e, acredito eu, até num tom a mais. Acredito eu que até perdendo ainda mais os freios. V. Ex^a é desse tipo. E o que me interessa mesmo é saber quando V. Ex^a vai entrar com processo. Entre logo com um processo, no cível. Não perca tempo nem com criminal, pois o criminal acaba não dando em nada. Entre no cível e exija, vá no bolso dos seus detratores, porque isso é o que interessa. Prefiro que V. Ex^a, que não tem nada a explicar aos seus colegas, que o conhecem bem, não perca tempo e trate aqui de Okamotto e de roubalheiras do Governo Lula. Vamos ao que interessa!

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB

– MT) – E vamos tratar na seqüência, Senador Arthur Virgílio. Quero dizer a V. Ex^a que vou processar no cível e no criminal.

Aliás, vou fazer uma proposta aqui para ser aprovada no Senado, Senador Flávio Arns. Quando se processa na defesa da honra, a queixa-crime... Vejam bem, o Tribunal Regional Federal acolheu a queixa-crime que fiz contra o juiz do PT que vazou isso para a imprensa. Por isso, vale a pena processar, mesmo o prazo sendo exígua, porque são apenas dois anos. Mas precisamos ter coragem aqui de ampliar esse prazo da prescrição e da decadência. Não é possível que, civilmente, eu possa me ressarcir por dano moral e que a queixa-crime prescreva em dois anos. E, ao citar testemunha daqui, testemunha dali, a queixa-crime prescreve. Acredito que o dano moral da honra é infinitamente maior do que a questão patrimonial.

Creio que temos de mudar essa lei, para que, em relação às questões de dano moral, tenhamos um prazo maior, a fim de que se possa prescrever o direito de ação.

Já falei com meus advogados; as partes mais importantes da revista estão sublinhadas por mim e foram encaminhadas aos meus advogados; vou entrar com a queixa-crime, vou entrar com a ação cível e, além disso, vou postular o direito de resposta, conforme garantia estabelecida na Constituição Federal do Brasil, porque sou contra ficar respondendo a esse assunto em outro veículo. Tenho de responder no próprio veículo, e é isso o que vamos requerer.

Quanto ao Zé Dirceu, que dizem ser muito ligado a essa revista – fui eu quem denunciou aqui o episódio Waldomiro Diniz –, não perca tempo comigo, Zé! Porque isso não vai diminuir em nenhum decibel a luta que travo e que vou continuar travando não contra o PT, de um modo geral, mas contra a roubalheira

institucionalizada e patrocinada pelos chefões do PT. O Palocci é chefão; Buratti, Poletto e Waldomiro são todos da turma do Zé Dirceu; o Okamoto é chefão, o Roberto Teixeira é chefão, e os aviões da Transbrasil correm o risco de voar de novo por causa do Roberto Teixeira. Essas questões todas serão minimamente apuradas.

Presidente Lula, é melhor Vossa Excelência ficar com essa história do nosso Delúbio e com essa turma do que tentar agredir quem tem honra.

Eu queria deixar este registro, Sr. Presidente, e deixar consignadas também as providências que vamos encaminhar com tranquilidade.

O meu Estado, o Mato Grosso, deve ter esta convicção absoluta: não há na política de Mato Grosso e na política do Brasil, como por ocasião da CPI do Banestado, quem mais tenha tomado atitudes em defesa de todas as providências que eram possíveis contra o Comendador João Arcanjo Oliveira.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Só quero dizer a V. Ex^a que tomei essas providências na segunda-feira passada pelos mesmos motivos que V. Ex^a está tomando agora.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

– Está certo. Parabenizo V. Ex^a e solicito inclusive o prestígio de V. Ex^a para lutarmos juntos aqui, para aumentarmos o prazo, a fim de que não prescrevam os crimes quando se trata de ofensa à honra.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Antero Paes de Barros, pelo seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 261, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 221 do Regimento Interno, seja aprovado voto de pesar pelo falecimento, 11 de março último, do Embaixador César de Faria Domingues Moreira, ocorrido na cidade de Oslo, Noruega.

Justificação

O Embaixador César Moreira ingressou no Serviço Exterior Brasileiro em 1969. Seu primeiro posto foi a Embaixada em Paris, em 1976. Foi, em 1988,

Ministro-Conselheiro em Madri. No Vaticano ocupou o mesmo posto em 1992. Desde 2003 chefiava a Embaixada em Oslo.

No Senado Federal, o Embaixador exerceu, com sua reconhecida competência e discrição, a Chefia de Gabinete da Presidência da Casa no período de 1997 a 2001.

Pela inequívoca contribuição que o Embaixador César de Faria Domingues Moreira prestou ao país e pela perda que representa a sua morte para a diplomacia brasileira, é que requeiro sejam prestadas as homenagens regimentais, em especial sejam apresentadas condolências à família.

Sala das Sessões, 13 de março de 2006. – **Antonio Carlos Magalhães.**

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Concedo a palavra ao Sr. Antonio Carlos Magalhães para fazer o encaminhamento desse requerimento e a sua justificação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é com muito pesar que apresentei essa moção relativa ao falecimento, sábado, ocasionado por um enfarte fulminante, do Embaixador César Moreira.

O Embaixador César Moreira foi um dos diplomatas mais preparados deste País e exerceu funções em várias embaixadas, sempre se destacando como um diplomata competente e, sobretudo, de conduta moralmente inatacável.

À sua família, eu queria levar a minha palavra de afeto e até de gratidão, porque, durante quatro anos, ele chefiou o meu gabinete, quando eu era Presidente desta Casa.

Daí por que quero que V. Ex^a faça chegar à Dona Lupe, sua esposa, e a seus filhos este voto de pesar, que é meu e, tenho certeza, de todo o Senado, porque o Itamaraty perde uma de suas melhores figuras, no momento em que o Brasil necessita de diplomatas capazes para realizar uma política internacional.

De modo, Sr. Presidente, que quero registrar o meu pesar e pedir a V. Ex^a que também transmita à Sr^a Lupe Moreira este meu sentimento, que, agora, passa a ser também da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome da Bancada de Senadores do PSDB, apre-

sento a mais sentida solidariedade à família do Embaixador César Moreira, figura cordial, competente e que representava o que havia de melhor em uma Casa de excelência profissional como seja o Itamaraty e como seja o Ministério das Relações Exteriores.

Portanto, a notícia fulminante que, de fato, a todos condói e maltrata, obriga-nos a cumprir, com dor, este dever de exaltar as qualidades do homem público, as qualidades do profissional, sobretudo do servidor público, de tanto trabalho oferecido ao povo brasileiro.

S. Ex^a foi alguém que honrou, todo o tempo, o Itamaraty e honrou, o tempo inteiro, a confiança de todos aqueles que o indicaram para exercer determinadas funções, que o enviaram ao exterior e que lhe deram missões aqui mesmo, no Brasil, no Ministério das Relações Exteriores.

Portanto, o PSDB se coloca de luto com a perda do Embaixador César Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço esta manifestação com muito pesar, porque, além do mais, julgo-me amigo pessoal do Embaixador César Moreira, que conviveu conosco no Senado, de forma estreita, por bons quatro anos. S. Ex^a era chefe de gabinete do então Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Como meu irmão é diplomata e também amigo dele, estreitamos uma amizade pessoal muito interessante, prazerosa. Eu o sabia na Noruega, em um posto vizinho ao posto que ocupa hoje meu irmão, e sou realmente surpreendido com o passamento de César, um diplomata de boa qualidade, um brasileiro de boa qualificação e um cidadão que nos vai fazer falta pelo seu significado.

Quero, com estas palavras rápidas, manifestar o apreço da Bancada do PFL. Todos nós, do PFL, apreciávamos e o tínhamos como amigo. Quero manifestar o apreço da Bancada do PFL, a saudade que todos guardaremos de sua figura e a manifestação sincera de pesar que apresentamos à Dona Lupe, aos seus filhos e à família.

Que Deus o guarde, e aqui estaremos, esperando a chegada do seu corpo para prestarmos nossas últimas e sentidas homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também desejo, neste momento, prestar minha solidariedade à família do Embaixador César Moreira, pessoa competente, muito afável, com quem tive oportunidade, aqui, de conviver, quando ele era Chefe de Gabinete

do Senador Antonio Carlos Magalhães, durante cerca de quatro anos. Portanto, posso testemunhar a sua lealdade e competência.

É com muito pesar que recebemos a notícia do seu falecimento.

Quero me associar a esta homenagem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Desejo também me associar às manifestações já externadas pelos Senadores, pelos Líderes do Partido e dizer que o requerimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, secundado pelas manifestações de todos em relação à figura ímpar do Embaixador César Moreira, cujas qualidades profissionais, pessoais e morais já foram bastante destacadas, será atendido com base no art. 221, vai ser atendido e serão enviadas à família as manifestações de pesar, de solidariedade e de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados pelo embaixador numa área, como já enfatizado, tão importante e necessária, como é o Itamaraty, mas principalmente pelas grandes qualidades, muito além das profissionais, pessoais, familiares, de amizade e de respeito que ele granjeou entre todos aqueles com quem conviveu.

Os votos de pesar serão enviados à esposa e aos filhos.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães, pela lembrança do falecimento do Embaixador César Moreira, ocorrido no dia 11 de março último, na cidade de Oslo, na Noruega.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 262, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos termos dos arts. 215, I, “a” e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado, ao Ministro de Estado de Transportes, Doutor Alfredo Nascimento, os Relatórios Físicos-Financeiros da BR-101 no Estado de Sergipe e da BR-156 no Estado do Amapá, a partir do ano 2000 até a presente data, bem como, os valores despendidos em pontes e viadutos nas Rodovias Federais dos respectivos Estados, neste período.

Sala das Sessões, 13 de março de 2006 – **Antônio Carlos Valadares**.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 263, DE 2006

Requer Voto de Apaluso ao atleta Carlos Alberto Dinelly, primeiro desportista do Amazonas a se classificar para o Ironman, a maior competição de triatlon do mundo.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao desportista Carlos Alberto Dinelly, primeiro atleta amazonense a se classificar para o Ironman, a maior competição de triatlon do mundo.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do atleta.

Justificação

Carlos Alberto Dinelly é o primeiro amazonense a se classificar para a Ironman, a maior competição de triatlon do mundo. Ele faz seu treinamento em Maués, com outros atletas da mesma modalidade, para participar, em 26 de maio, da etapa nacional da Ironman, em Florianópolis. Se vier a ser classificado, será um dos participantes da final, no Havaí. No entanto, com sua modéstia, Dinelly diz que sua preocupação maior é com os treinamentos, para que, mais cedo ou mais tarde, possa chegar ao Havaí, pouco importando se isso ocorrerá este ano ou no futuro.

Sala das Sessões, 13 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 264, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à jornalista Rebeca Garcia, pela edição do Caderno “Museu do Conhecimento”, suplemento dominical de elevada qualidade editorial do jornal O Estado do Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso à jornalista Rebeca Garcia, pela oportunidade criativa, no jornal **O Estado do Amazonas**, de que é Presidente, do suplemento dominical Museu do Conhecimento, aberto ao debate de temas relevantes internacionais e nacionais nos campos da política, da economia, da cultura, da ciência e dos costumes.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da jornalista e, por seu intermédio aos editores, repórteres, fotógrafos, ilustradores e gráficos e colaboradores do Suplemento.

Justificação

Mais do que oportuna, a iniciativa do jornal Estado do Amazonas de editar o Suplemento dominical Museu do Conhecimento deixa evidente a excelente qualidade do jornalismo amazonense. Nesse último domingo, por exemplo, a matéria de capa analisa os fatos que podem conduzir a Humanidade a uma terceira grande guerra mundial. A Presidente do jornal, Rebeca Garcia, e, pois, merecedora do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 13 de março de 2006. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 265, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao Escritor Membro da Academia Amazonense de Letras do Amazonas, Armando de Menezes, pelo lançamento de seu livro intitulado Casa da Dona Santa.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao escritor e Acadêmico amazonense Armando de Menezes, pelo Lançamento de seu novo livro, intitulado Casa da Dona Santa.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à Academia Amazonense de Letras.

Justificação

Armando de Menezes, mestre renomado no Amazonas, foi meu professor, a quem devo muito do que hoje sei. Além de integrar a Academia Amazonense de Letras, ele é também membro da Academia de Letras Jurídicas do Amazonas, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e da Associação dos Escritores do Amazonas (dela foi Presidente no biênio 2004/2005). É autor de onze livros, todos dedicados a temas do Amazonas e ligados, alguns, a seus familiares. É o caso de sua nova obra, Casa da Dona Santa, que relata a vida de sua mãe. Por tudo que representa na cultura e na sociedade do Amazonas, o Professor Armando é merecedor do Voto de aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 13 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 266, DE 2006

Requer ao Ministro das Minas e Energia informações acerca da anunciada venda, pela Petrobrás, de reservas gigantes de potássio no Amapá.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Ministro das Minas e Energia, informações sobre a anunciada venda das reservas de potássio da Petrobrás no Amazonas, nos termos seguintes:

1 – Por que a Petrobras vai se desfazer dessas reservas, consideradas gigantescas?

2 – Por que a própria Petrobras não as explora, tendo em vista que o Brasil importa grandes quantidades desse minério?

Justificação

A Petrobras abriu processo licitatório para se desfazer das gigantescas reservas de potássio, a 140 quilômetros de Manaus, no Estado do Amazonas, estimadas em 300 milhões de toneladas. Durante 15 anos, a empresa permaneceu com essas reservas, sem processá-las industrialmente, enquanto o País segue importando o produto. Só no ano passado, foram gastos US\$959 milhões com a importação de 5 milhões de toneladas de potássio, que é matéria prima para a produção de fertilizantes agrícolas.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta.

Sala das Sessões, 13 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 267, DE 2006

Senhor Primeiro Vice-Presidente

Em aditamento ao Requerimento de 08 de março de 2006, refere ao meu comparecimento às solenidades de posse da Senhora Michelle Bachelet como

Presidente do Chile, informo que estarei ausente do país no período de 10 a 12 de março.

Sala das Sessões, 10 de março de 2006. – **Renan Calheiros**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– O requerimento lido vai à publicação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero fazer apenas o brevíssimo registro de que participei do encerramento da campanha da chapa do PSDB à Prefeitura de Campos, no Rio de Janeiro, em que o vice era coligado conosco e o cabeça de chapa era o Deputado Paulo Feijó. Foi uma eleição tumultuada, talvez seja anulada mais uma vez, mas que se destacou pela coerência e pela limpeza de conduta do Deputado Paulo Feijó, o qual marcou a afirmação da sua liderança, embora não tenha sido classificado para o segundo turno.

O PSDB tem muito orgulho desse companheiro e sabe que ele sempre será, na sua região, um baluarte do que a política possa apresentar de melhor para a análise do povo brasileiro. Portanto, que Campos tenha orgulho desse seu grande filho.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, pela ordem de inscrição dos oradores. V. Ex^a também está inscrita pela Liderança, mas dessa forma terá um tempo maior.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Exatamente. Solicito, conforme possibilita o Regimento, falar sentada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Sim. V. Ex^a tem a permissão para se manifestar sentada.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, vou tratar do impacto da elevação do salário mínimo sobre a folha de pessoal no setor público, mas não poderia deixar de fazer uma brevíssima consideração sobre um assunto que também foi abordado pelo Senador Antero Paes de Barros.

Tenho dito, várias vezes, que posso ser injusta em não mais colocar a mão no fogo por ninguém. Repito que pode ser uma injustiça da minha parte, mas essa minha condição acabou sendo viabilizada por todas as angústias que passei na minha relação com o ex-partido, por tantas pessoas que defendi e, depois, descobri que eram não apenas sórdidas e pusilâminas,

mas sujas e corruptas. Então, certamente sou capaz de cometer injustiças.

Enquanto o Senador falava sobre o tema, como vários outros Senadores fizeram, fiquei pensando que se o Governo é capaz de, ardilosamente, articular campanhas, nos meios de comunicação ou no mundo da política, contra personalidades tão poderosas politicamente – sob o ponto de vista pessoal e das estruturas partidárias –, arrepiro-me ao imaginar o que pode ousar fazer comigo.

Toda vez que alguma personalidade política influente, representante de partidos políticos e de estruturas poderosas, vai à tribuna tratar disso, fico imaginando o que pode ser feito contra mim – não que eu não tenha vivenciado essa experiência. Já a vivenciei, inclusive num processo no qual eu era parte e em que, segundo comentários, um Senador e ex-Ministro poderoso, portanto a canalha do Palácio do Planalto, articulou de forma sórdida contra mim. Assim, já sei o que pode acontecer, mas de uma coisa os meus adversários políticos, quer do atual Governo, quer do passado, tenham certeza: se eu tiver que ir para o sacrifício nessa disputa presidencial, vou fazê-lo. E, quando digo sacrifício, não estou me lamentando ou me “vitimizando”, pelo contrário. Se eu tiver que ir para o sacrifício, eu irei com muita alegria no coração e muita combatividade. Ganhar uma eleição ou voltar à sala de aula, para mim, é coisa absoluta e igualmente honrosa, mas vou dizer uma coisa: conheço-me, sei a mulher honrada que sou e o quanto minha mãe me ensinou com as mais belas lições de honestidade.

Para V. Ex^a ter idéia, Senador Flávio Arns, minha mãe era costureira e ficávamos, no período de Natal e Ano Novo, em quartinhos nos quintais das casas onde ela ia trabalhar, em Maceió. Certa vez, eu peguei seis continhas azuis, daquelas bem lindas que enfeitam os vestidos bonitos, para colocar na roupa de uma boneca Susi que achei no lixo de uma casa. Nunca me esqueço que minha mãe as colocou em um saquinho e me obrigou a devolvê-las para a dona do vestido.

Dessa forma, sei como vivo em casa e como vive meu irmão. Ele dá plantões pelo interior de Alagoas como um condenado, arriscando a própria vida. Não vive pendurado no mundo da política, assim como acontece com minha mãe e meus filhos. Por isso, fico profundamente indignada quando vejo essa cumplicidade, esse conluio para não se investigar a situação do filho do Presidente Lula.

Sinto-me envergonhada e constrangida de conseguir um estágio para o meu filho. Não consigo, porque me sinto constrangida em fazê-lo. No entanto, o filho do Presidente Lula entrou em uma sociedade com um papel, como se fossem R\$20 mil, e ganhou R\$15

milhões de dinheiro público, porque a empresa é privatizada e tem dinheiro do BNDES, acionista de uma empresa que detém mais de 18% do capital da Telemar. O consultor que intermediou a negociação com a Telemar foi indicado pelo Presidente Lula para o Conselho de Ética da Presidência da República e, por sua vez, os outros sócios da empresa são os filhos do principal conselheiro do Fundo de Pensão Público.

Assim, pelo amor de Deus, falem dos meus defeitos, que são muitos, mas não ataquem minha honra pessoal, porque sei que sou uma mulher muito digna e, se o fizerem, não vou ter nenhuma paciência! Nenhuma! Terei zero de paciência, porque me sentirei à vontade para denunciar desde a podre vida privada até a igualmente putrefata vida pública dessa gente.

Pelo amor de Deus, falem do meu radicalismo, falem das teses que defendo, digam que são impróprias, ridículas, sonhadoras. Podem fazer tudo, mas não inventem de criar uma história, uma calúnia, porque, realmente, se alguém acredita que já me viu virando onça, não sabe, ainda, do que sou capaz se alguém tentar atacar a minha honra pessoal.

Sou mãe de família honrada. Se não o fosse, talvez nem partisse para a ofensiva como sou capaz de fazer.

Ouvi o Senador Antero, emocionado, como já aconteceu com outros Senadores. Fiquei imaginando o que aconteceria se fosse comigo, porque, pelo amor de Deus, não ficaria pedra sobre pedra dessas vidas pessoais podres e dessas igualmente putrefatas vidas públicas.... Ninguém mexa comigo, pelo amor de Deus, porque tenho filhos e não quero nenhum problema com eles. Sou realmente capaz de qualquer coisa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero falar mesmo sobre essa cantilena enfadonha e mentirosa. Há tantos fatos todos os dias sobre a república do mensalão, como o império da promiscuidade, o acobertamento dos mensaleiros; há tanta corrupção todos os dias que nem sabemos como tratar desses assuntos, e determinados temas acabam não vindo ao debate nesta Casa.

Já tive a oportunidade de participar, com o Senador Paulo Paim e com outros Senadores e Deputados, da Comissão Mista que busca alternativas para o salário mínimo. Nesta semana, vou querer trabalhar sobre o tema do salário mínimo, tanto em relação ao setor privado como em relação à Previdência e ao setor público. Na última reunião dessa Comissão Mista, houve realmente um debate muito grande. Sei que há muitos técnicos importantíssimos que debatem o tema. Foram citados inclusive muitos textos de brilhantes professores, como Anselmo Luís, Denis Gimenez, Reinaldo Gonçalves, Ricardo Antunes e César Benjamin. Muitos

professores e economistas brilhantes tratam do tema, apresentando alternativas concretas e eficazes para o aumento do salário mínimo, que não é efetivamente essa migalha dada pelo Governo e que, de fato, não atende sequer o compromisso de campanha do Presidente Lula, que era dobrar o poder de compra do salário mínimo. E, para isso, tinha de haver a recomposição de 19% das perdas inflacionárias e um aumento real de 26%, até o final do ano.

Foi criada uma polêmica muito grande em relação ao impacto do aumento do salário mínimo sobre a folha de salários do setor público. E há muitos dados sobre isso, que vou passar a apresentar agora, que desmontam claramente a tese de que não seria possível se pagar um salário mínimo maior do que a migalha estabelecida pelo Governo. E há vários dados relacionados à folha de salários do servidor público.

Os impactos no âmbito federal e estadual, está claro para todos, podem ser facilmente assimilados em função do pequeno peso do número de trabalhadores do setor público que ganha em torno de um salário mínimo ou um salário mínimo e meio, e do peso ainda menor da remuneração desses que ganham entre um salário mínimo e um salário mínimo e meio na folha de salários do setor público do ponto de vista global.

Na esfera federal, sabemos todos nós, o peso dos servidores com essa faixa de rendimento é menor do que 1%, e o peso das remunerações dos servidores que ganham um salário mínimo ou um salário mínimo e meio no total da folha de salários do setor público é de apenas 0,09%. Portanto, é absolutamente ridículo dizer que não podem pagar.

No caso do plano estadual, o peso dos servidores que recebem até um salário mínimo e meio é de 6% no total. Embora o número dos servidores da máquina estatal em nível estadual seja de menos de 6%, o peso do aumento em toda a folha de salários, de fato, é de apenas 0,9%. Então, o impacto do aumento do salário mínimo que estamos propondo, que não é a migalha apresentada pelo Governo, que, de fato, significa o cumprimento da promessa de campanha do Presidente em dobrar o poder de compra do salário mínimo, portanto, a recomposição das perdas inflacionárias de 19% mais os 26% de aumento real.

Em relação a um salário mínimo e meio, volto a repetir: embora o percentual desses trabalhadores do setor público esteja em torno de 6%, o peso na folha de salário é de 0,9%, portanto facilmente assimilado pelo setor público estadual.

Na esfera municipal em que, geralmente, os impactos nas contas públicas, de fato, são maiores, mesmo assim, sabendo que o peso da massa salarial dos servidores que ganham até um salário mínimo e meio

nos Municípios seja maior, é de fato mais elevado, está em torno de 25,5%. Todavia, o impacto é de apenas 7,1% do total da folha desses Municípios. Então, por mais que o número de servidores que ganham um salário mínimo e meio nas prefeituras atinja 25%, o impacto na folha de salários é de apenas 7%.

Alguns poderão dizer – e é verdade –, que, nas regiões Norte e Nordeste, o impacto do aumento do salário mínimo das prefeituras é muito maior. Do mesmo jeito que é fato concreto que o aumento do salário mínimo tanto para os aposentados e pensionistas quanto para os trabalhadores das prefeituras acabam sendo um instrumento concreto que dinamiza a economia local e gera emprego e renda. O pagamento do aposentado ou pensionista do INSS e o pagamento dos trabalhadores pobres dos Municípios mais pobres do Nordeste têm mais impacto na vida local, na dinamização da economia local do que mesmo a liberação do Fundo de Participação dos Municípios, o FPM. E isso é fato demonstrado até nas frias estatísticas oficiais dos governistas ou da base de bajulação dos Governos.

Então, é importante deixar claro que o impacto anual de uma elevação que estamos propondo sobre a folha de salários de todos os servidores da máquina pública municipal, que iria para 2,6% – e se fosse apenas a recomposição da inflação, como propõe o Governo, seria de 1,3% –, mesmo assim, mesmo que aparentemente signifique um gasto adicional de R\$190 milhões para atender mais de 400 mil pessoas no Brasil, fora o significado disso para os pequenos aposentados das regiões Norte e Nordeste, para as economias locais e para as famílias, mesmo assim, um estudo do BNDES mostrou que, nos cinqüenta Municípios com maior impacto na elevação do salário mínimo – uma elevação da folha de salários que oscilaria entre 16% e 19% –, este resultaria em valores absolutos que não ultrapassaria a R\$3,5 milhões. Então, imaginem o significado disso.

O próprio BNDES apresentou um estudo recente, mostrando que nos cinqüenta Municípios brasileiros...

(*Interrupção de som.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Senadora Heloísa Helena, vou conceder mais dois minutos para a conclusão do seu pronunciamento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

O próprio BNDES apresentou um estudo mostrando que nos cinqüenta municípios mais pobres das regiões Norte e Nordeste, onde o impacto na folha de salários estaria em torno de 16%, mesmo assim, isso não significaria nem R\$3,5 milhões de impacto anual. O

que poderia ser facilmente corrigido com uma simplória, pequena, ridícula alteração do Fundo de Participação dos Municípios ou, proposta de muitos, do Fundo do Servidor Público, para que, por meio deste, pudesse ser feita uma recomposição dos salários desses servidores. Isso sem falar que se aumentasse em 0,5% o Fundo de Participação dos Municípios ou se reduzisse 0,1% do superávit já possibilitaria que o salário mínimo fosse para R\$571,00 já agora em 1º de maio.

Apresento apenas esses dados técnicos, que não tem nada de componente ideológico, embora eu devesse fazer comentários sobre a declaração que o Presidente do PT deu ontem com glória, porque se eu fosse ele faria com vergonha, de que o setor empresarial mais conservador do Brasil tem mais medo do Serra do que do Lula. Como o Lula tem compromisso com a política econômica ortodoxa, a ortodoxia monetária que joga R\$840 bilhões para encher a pança dos banqueiros, teria mais medo do Serra.

Embora eu ache que o PSDB e o PT sejam as duas fases da mesma moeda e do mesmo modelo neoliberal, que privilegia o capital financeiro, o setor hegemônico do capital, fiquei impressionada com as declarações do Presidente do PT. Sei que o PT, com as exceções dos socialistas honestos que ainda lá estão, Senador Flávio Arns, por uma questão de honestidade intelectual, não é mais um partido de esquerda e sim a representação do triunfo neoliberal. Hoje é uma estrutura partidária que tem todo o direito de continuar existindo, como existem outras estruturas partidárias, mas, infelizmente, não é mais um partido de esquerda. É uma ferramenta da propaganda triunfalista do neoliberalismo que, ao mesmo tempo em que paralisou os movimentos sociais, que estatizou lideranças dos movimentos sociais, pela forma do clientelismo, do fisiologismo, além de tudo isso, ainda legitimou todas as teses da propaganda neoliberal.

Então, por mais que eu saiba de tudo isso, por mais que, por honestidade intelectual, eu tenha a obrigação de dizê-lo, realmente, fiquei muito, muito impressionada quando o Presidente do PT fala, como se fosse um triunfo, que o Serra é mais progressista do que o Lula. Então, realmente, estou impressionada com essa metamorfose ideológica e programática do Partido dos Trabalhadores. Fora as outras coisas – e essas são mais pusilâimes e podres – que vão das orgias sexuais com dinheiro público roubado à roubalheira e aos tentáculos dos roubos dentro da máquina pública. Isso tenha certeza de que dá angústia e sofrimento inclusive a muitos militantes que ainda estão no PT. Mas essa realmente é uma coisa ridícula, embora pode ser até que seja verdade da parte dele, mas, não poderia deixar de fazer esse brevíssimo comentário.

Tratarei, amanhã, mais uma vez, dos impactos do salário mínimo no setor privado, depois na Previdência pública, para deixar clara a farsa técnica e a fraude política do atual Governo, que copia o governo anterior, e que ostenta teses desqualificadas tecnicamente para impedir o aumento do salário mínimo, que privilegia, sem dúvida, às populações mais pobres do nosso País.

É só, Sr. Presidente. Agradeço a generosidade e a tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)
– Agradeço a V. Ex^a pelo pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Amir Lando. Só um minuto, Senador. Preciso esclarecer. (Pausa.)

Desculpo-me com o Senador Amir Lando. De fato, segundo a ordem de inscrição, é a vez do Senador Arthur Virgílio. Na seqüência, falará V. Ex^a, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Peça a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É só para inscrever-me como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)
– V. Ex^a está inscrito.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR.
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO,
SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Flávio Arns, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a será atendido no pedido de transcrição dos documentos a que se referiu.

O próximo orador inscrito é o Senador Amir Lando, a quem concedo a palavra. Em seguida, falará a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, tramita nesta Casa o projeto de criação da Receita do Brasil. Abordo esse tema, porque entendo que é o momento propício para que a imaginação, o engenho e a arte desta Casa Le-

gislativa possam brindar a Nação com uma instituição impensoal, que se baseie exatamente nesses princípios da eficiência e da decência.

Sr. Presidente, temos de pensar que é hora de o Brasil dar um salto de qualidade na gestão, e, para tanto, é preciso criar instituições de Estado, como alude o art. 37, inciso XXII, da Constituição, ou seja, instituições blindadas das ações de governo e de ações políticas.

Sabemos que a Receita é um órgão muito importante, essencial à captação de recursos pela cobrança de tributos. Ora, se não superarmos essas divergências, às vezes corporativas, que criam impasses e conflitos, possivelmente entraremos em uma rede de interesses pessoais, que fulminam totalmente o escopo legislativo.

Sei que essa matéria, que vem sendo discutida e apreciada na Comissão de Assuntos Econômicos, está sob a responsabilidade do impoluto e competente Senador Rodolpho Tourinho, que hoje está trabalhando em audiências públicas, ouvindo as partes interessadas. Tenho absoluta certeza de que S. Ex^a, com esse manancial de informações, produzirá um relatório capaz de dar a essa instituição os pré-requisitos a que me refiro agora, Sr. Presidente.

Não há dúvidas de que temos de despersonalizar as instituições do Estado, despolitizar as instituições do Estado e demonstrar, até as últimas consequências, a importância da administração tributária. A administração tributária, à qual alude a própria Constituição, é uma atividade essencial ao funcionamento do Estado, exercida por servidores de carreiras específicas. Mais do que nunca, temos de dar à matéria tributária uma qualificação diversa neste País para evitar a ação pessoal ou personalíssima do agente fiscal. O agente fiscal deve ser um executor da lei, não a lei em exercício, não um edificador de leis. É por isso que o fato gerador deve sempre ter a marca da legalidade. Só a lei pode instituir tributos; é uma reserva legal que vem desde a Magna Carta; é uma reserva legal preservada, ela não pode ser instituída por outros métodos que não a lei. Tanto é assim que sua eficácia, mesmo quando instituída por medida provisória, só decorre da lei de conversão.

É por isso, Sr. Presidente, que temos de aproveitar esta oportunidade para construir no País um sistema tributário justo, um sistema tributário que se funde nos princípios da legalidade, da impensoalidade, da publicidade e da eficiência, como quer a Constituição e como quer o Código Tributário. Se assim não for, o que acontece? A ação, sobretudo da administração tributária, fica mais na figura do agente fiscal, seja ele

auditor-fiscal ou não, seja ele auxiliar ou responsável pela implementação da política tributária.

Ora, é nisso que nós temos de avançar no Brasil. Hoje, nós sabemos que os autos de infração não surgem da lei, mas da vontade do próprio agente fiscal. Ele é que detém essa hegemonia absoluta de conduzir, do ponto de vista pessoal, o processo tributário. Não, Sr. Presidente, o tributo deve ser uma emanacão da lei. Justamente por isso é que temos de ter a capacidade de melhor definir os fatos geradores de tributos, sejam eles impostos, taxas ou contribuições. Não podemos, de maneira nenhuma, continuar com esse caos tributário, com essas disposições amplas, genéricas, que mais parecem disposições da época da Inquisição do que disposições que têm por objetivo dar ao fato gerador rigor que lhe proporcione similitude matemática, eficiência e delimitação clara da extensão da sua competência.

Hoje, não; hoje se legisla para criar embaraços, para criar disputas, para criar sobretudo querelas judiciais, com os prejuízos que advêm da luta constante que se estabelece nos foros a partir do trabalho inócuo de interpretação. A lei tributária deveria ser clara, a ponto de prescindir de interpretação.

Ouço-o com muito prazer, nobre Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a que está trabalhando essa matéria e que, com certeza, obterá um resultado que haverá de atender às nossas preocupações, não somente minhas, mas de todos os contribuintes.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Amir Lando, V. Ex^a tocou em um ponto que, segundo penso, justifica claramente o fato de termos derrubado a medida provisória aqui no Senado. Esse é um assunto que tem de ser estudado, não pode ser decidido rapidamente. Temos divergências corporativas levantadas por V. Ex^a que se transformam em conflitos de nível – o nível de auditor fiscal e o nível técnico – e de atribuição – do Ministério da Fazenda, da Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Previdência e também do Ministério do Trabalho. São conflitos dois a dois muito difíceis, até em matemática, de serem resolvidos. No fundo, o que se tem quando se analisa todo esse problema é uma inequação. De forma que quero saudar o pronunciamento de V. Ex^a e dizer que efetivamente o que precisamos é de tempo, porque se trata, como V. Ex^a bem lembrou, de um problema de Estado e não de governo.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Ao agradecer o aparte de V. Ex^a, quero dizer que muito me aliviam essas informações que V. Ex^a traz neste momento ao Plenário do Senado. Elas mostram a preocupação em dar unidade e dar mobilidade à articulação desse novo órgão tão importante para a Nação.

Temos ressaltado a capacidade tributária e a capacidade de instituir e de cobrar tributos. Quem cobra é exatamente a Receita, mas quem irá cobrar será esse novo órgão. É preciso dotá-lo de todos os instrumentos necessários para que isso se dê com eficiência e decência, para que o contribuinte seja preservado, para que a justiça tributária seja realizada sob o escopo da lei, segundo fórmula legal. E é por isso que concordo com V. Ex^a: não tem como aqui nos apresentarmos na solução desse tema. Temos de buscar o melhor, aperfeiçoá-lo, criar um órgão que tenha um caráter permanente, definitivo, na construção de um Estado moderno.

A gestão pública está a exigir órgãos dessa natureza, que sejam blindados contra as ingerências políticas, contra as ingerências de governo. Queremos um órgão de Estado, como também o Banco Central deve sê-lo, um órgão que deve preservar a integridade da moeda, deve gerir o futuro de um país independentemente do Governo que esteja atuando num dado momento. Por isso é que temos de criar essas instituições impessoais. Essas instituições devem visar ao bem do País, à grandeza da Pátria e, sobretudo, ao futuro e à ética na Administração Pública.

A gestão pública deve, cada vez mais, marchar para esse nível de profissionalismo, para um patamar de decência, volto a afirmar, onde a lei seja o senhor. A democracia é o governo das leis, e as leis devem governar instituições dessa natureza, para que elas possam responder aos interesses do povo, aos interesses da República, aos interesses da instituição, que é o Estado brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, conclamo todos a esse esforço coletivo: vamos aproveitar essa oportunidade e dar ao País um órgão com esse caráter, modelado na visão mais moderna da gestão pública, onde a eficiência e a decência estejam muito próximas para que possamos, dentro da harmonia e de interesses corporativos, construir o melhor para um País moderno e, sobretudo, para que se evite essa promiscuidade que hoje acontece entre o poder do arbítrio do agente e o contorno legal.

Devemos diminuir esse espaço para que o agente realmente execute os ditames estabelecidos nas leis e, assim, realizar-se-á a justiça tributária, a arrecadação dos tributos devidos, nem mais nem menos, nem complacência e nem rigor, exclusivamente a vontade efetiva e concreta da lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Senador Amir Lando. A próxima oradora inscrita é a Senadora Ideli Salvatti. Em seguida

o Senador José Jorge, pela Liderança da Minoria; e o Senador José Agripino, como orador inscrito.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo, quero somar as nossas condolências à família do Embaixador César Moreira e também os nossos respeitos ao Itamaraty pela perda incomensurável desse que é reconhecido por todos como uma personalidade que exercia com muita dignidade as suas tarefas diplomáticas e que na Casa teve a oportunidade da convivência durante um período significativo como Chefe de Gabinete da Presidência.

Então, não poderia deixar aqui de somar, em nome da Bancada do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, as nossas condolências à família e também ao Itamaraty por essa perda irreparável.

E nesta tarde, quase início de noite de segunda-feira, de início dos nossos trabalhos da semana, trouxe à tribuna o assunto que foi muito comemorado em Santa Catarina: a portaria que foi publicada na última sexta-feira, que credenciou 12 hospitais catarinenses em alta complexidade cardiovascular. Isso teve uma repercussão para nós, Senador Tião Viana – V. Ex^a que, quando falamos em saúde, já arregala os olhinhos porque, como médico, sabe da importância desse credenciamento em alta complexidade – muito positiva.

Tive a oportunidade inclusive de conversar com algumas das diretorias dos hospitais beneficiados, e a repercussão foi extremamente positiva. A maior parte desses hospitais realiza predominantemente o atendimento pelo SUS. São hospitais públicos e privados, estes últimos conveniados com o SUS, que aperfeiçoaram sua tecnologia, os seus equipamentos – alguns têm equipamentos inclusive de Primeiro Mundo. Assim, vão disponibilizar esses equipamentos ao Sistema Único de Saúde, ou seja, têm o equipamento que reduz o risco, reduz o contágio. A possibilidade de adquirir uma infecção hospitalar é algo muito triste, porque, cada vez mais, as cirurgias são feitas com instrumentos cirúrgicos que vão eliminando a necessidade de incisão, de corte, de aberturas. Muitas cirurgias, principalmente na área cardiológica, cardiovascular e vascular, são feitas com pequenas incisões, com introdução de cateteres. Tudo isso gera qualidade de atendimento e diminuição de risco. Portanto, não é qualquer coisa, Senador Roberto Saturnino, termos em uma única portaria doze hospitais de Santa Catarina credenciados.

E faço questão de fazer o registro. O primeiro deles é o Instituto de Cardiologia, no Município de São José.

Será o Centro de Referência de Alta Complexidade Cardiológica e Cardiovascular, em Santa Catarina. Em Florianópolis: o Hospital Infantil Joana de Gusmão, para assistência de alta complexidade em cirurgia cardiovascular pediátrica, localizado em Florianópolis, mas que atende a todo o Estado de Santa Catarina; o Hospital de Caridade, destinado a cirurgia cardiovascular e a procedimentos de cardiologia intervencionista; e o Hospital Universitário, da nossa querida Universidade Federal de Santa Catarina, para cirurgia vascular. Em Criciúma, dois hospitais foram credenciados: o Hospital São José, para cirurgia cardiovascular e procedimentos de cardiologia intervencionista e cirurgia vascular; e o Hospital São João Batista, para cirurgia cardiovascular e procedimentos de cardiologia intervencionista. Em Blumenau, há a Sociedade Divina Providência Hospital Santa Isabel para cirurgia cardiovascular e procedimentos de cirurgia de cardiologia intervencionista. Em Rio do Sul, a Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí também para cirurgia cardiovascular e procedimentos de cirurgia de cardiologia intervencionista. Em Joinville, há dois hospitais: o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, para cirurgia cardiovascular e procedimentos também de cardiologia intervencionista, e o Hospital Municipal São José, para cirurgia vascular. Em Tubarão, a Sociedade Divina Providência Hospital Nossa Senhora da Conceição, para cirurgia vascular. Em Itajaí, o Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen, também para cirurgia vascular. E como há pouco tempo também tínhamos o Hospital de Xanxerê credenciado pelo Governo Lula também para cirurgia cardiovascular e procedimentos de cardiologia intervencionista, temos praticamente todas as principais regiões de Santa Catarina com esse credenciamento de alta complexidade.

Estamos muito satisfeitos e comemorando porque é uma melhora de qualidade efetiva no atendimento do Sistema Único de Saúde no nosso Estado. Estamos muito gratos às determinações e decisões adotadas pelo Ministro Saraiva Felipe e também, obviamente, à determinação do Presidente Lula.

É bom deixar aqui registrado que o Ministério da Saúde, desde o início do nosso Governo, credenciou 82 serviços de assistência de alta complexidade cardiovascular. Portanto, se de 82, para todo o Brasil, Santa Catarina levou 13, volto mais uma vez a agradecer a atenção com que o Governo Lula tem se dedicado a atender os pleitos do nosso Estado.

Os recursos também têm sido muito significativos, porque, na questão cardiovascular do SUS, Santa Catarina teve 3.054 atendimentos em 2003, num dispêndio da ordem de R\$18,5 milhões; em 2004, os atendimentos ultrapassaram a casa de 3.600, chegando a quase

3.700 atendimentos, e os recursos foram da ordem de R\$22,423 milhões; e, no ano passado, 2005, pulamos de quase 3.700 para 4.681 atendimentos pelo Sistema Único de Saúde na questão cardiovascular numa disponibilidade de R\$27,357 milhões, apenas para essa área do SUS. Portanto, não poderíamos deixar de fazer o registro e o agradecimento.

E aproveitando que a área de saúde me trouxe à tribuna, eu queria já antecipar algo que considerei também extremamente relevante. Sexta-feira, o Ministério da Saúde, junto com essa portaria do credenciamento dos hospitais catarinenses em alta complexidade, também publicou a portaria que expande o Programa Farmácia Popular do Brasil, mas agora numa outra modalidade, não a unidade da Farmácia Popular, que já está sendo implementada desde 2004. Temos atualmente 115 unidades já inauguradas e em funcionamento. São 82 cidades em todas as regiões do País que já têm a Farmácia Popular. Temos mais 262 credenciadas, e há 377 adesões já sinalizadas. A meta é atingir, até o final do ano, 500 Farmácias Populares instaladas em todo o Brasil.

Nesses 21 meses de funcionamento, o Programa já atendeu sete milhões de pessoas com a oferta de mais de 10 milhões de medicamentos. E a Farmácia Popular funciona da seguinte forma: as cidades e essas parcerias – a Farmácia Popular funciona com parcerias – são credenciadas. Recebem R\$50 mil para reforma e adaptação dos locais que normalmente são cedidos, ou pelo Estado ou pelo Município, recebem R\$10 mil mensais também para a manutenção das unidades, e os medicamentos são ofertados com preços em média 90% menores do que os de mercado.

Só para dar a dimensão, se uma pessoa que faz um tratamento permanente de hipertensão comprasse o medicamento nas drogarias, gastaria, em média, R\$22,00 por mês. Na farmácia popular, esse mesmo medicamento sai por R\$6,00. Portanto, é uma redução significativa. O mesmo se aplica para outros medicamentos, como é o caso de diabetes.

A farmácia popular não vende todo e qualquer remédio, apenas os de grande utilização, para doenças de maior incidência. São aqueles voltados para o tratamento de doenças crônicas, como hipertensão, colesterol alto, diabetes e gastrite, e também medicamentos para asma, infecções, verminoses, cólicas, enxaquecas, queimaduras, inflamações e alcoolismo, além dos anticoncepcionais e preservativos, que são extremamente necessários e que devem estar disponibilizados a baixo preço.

A portaria publicada no **Diário Oficial** de sexta-feira refere-se aos remédios para hipertensão e diabetes que serão disponibilizados na rede normal, ou

seja, esses medicamentos a preços significativamente reduzidos não estarão apenas nas unidades da farmácia popular, mas também nas redes normais de drogarias. Haverá, inicialmente, medicação para hipertensão e diabetes com 90% de redução no preço.

Esse é o primeiro programa dessa dimensão no Brasil. O Governo Lula se baseia em experiências que já ocorrem com sucesso em outros países, principalmente na Europa (França, Alemanha, Espanha, Portugal) e no Canadá, onde, na rede usual farmacêutica, existe aquilo que se denomina “prateleira popular” – local onde há medicamentos de larga utilização pelas populações, principalmente aquelas que fazem uso continuado de medicamentos, gerando grande peso no orçamento familiar –, com preços absolutamente reduzidos e diferenciados.

A portaria também contém uma série de critérios para adesão das farmácias ao programa. É necessário atender a exigências sanitárias, fiscais e previdenciárias. Haverá uma fiscalização muito rigorosa do DenaSus, e o controle do DataSus, do Ministério da Saúde.

O Presidente Lula fará o lançamento dessa “prateleira popular” nas farmácias no dia 24 de março.

Portanto, já que eu trouxe o assunto saúde a esta tribuna, registro o que entendo ser um dos programas mais bem-sucedidos: a farmácia popular.

Tive a oportunidade de participar da inauguração da primeira farmácia popular em Santa Catarina, no Município de Rio do Sul, e realmente é um grande sucesso. Onde está instalada, há repercussão e o resultado é muito positivo. Portanto, estender o programa à rede normal das farmácias, com a “prateleira popular”, será mais um sucesso e obviamente benefício para a população, principalmente a de mais baixa renda.

Muito obrigada.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição como orador, representando o Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a fará uso da palavra intercaladamente com os oradores inscritos.

O próximo orador é o Senador José Jorge, que falará em nome da Liderança da Minoria, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, há cerca de duas semanas,

pouco antes do carnaval, chegou ao Senado Federal a emenda constitucional que cria o Fundeb, isto é, que transforma o atual Fundef no Fundeb.

Essa emenda foi para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde, por designação de seu Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, fui designado Relator.

Na semana passada, realizamos duas audiências públicas, com a presença de especialistas: uma na terça-feira e outra na quinta-feira. Para a próxima reunião, além dos membros da CCJ, foram convidados também os membros das Comissões de Integração Regional e de Educação, para que possamos discutir toda essa problemática na Comissão. Poderemos, então, elaborar um relatório de comum acordo para que, quando a emenda constitucional tramitar no plenário, já não seja mais necessária a apresentação de emendas. Dessa forma, a matéria poderá tramitar mais rapidamente para que possa ser implantada ainda este ano. Mas, tendo em vista...

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL. Fora do Microfone.) – Não definiu o prazo para entregar na Comissão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O que a Senadora Heloísa Helena está lembrando é que não encerramos o prazo para que se fossem apresentadas emendas na Comissão. A idéia é que se apresente o prazo até o final das audiências públicas. Está previsto para terça-feira. E ainda há algumas audiências pedidas que vamos discutir. Se forem aprovadas, terminaremos na quinta-feira, quando será o prazo final de apresentação das emendas.

Portanto, vim a esta tribuna para, primeiramente, divulgar aos Srs. Senadores a necessidade de que todos nós, membros e não-membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de outras Comissões por mim citadas, participem da audiência pública e examinem suas possibilidades de emendas, para que possamos, o mais rapidamente possível, elaborar o relatório para ser aprovado.

Gostaria também de dar uma explicação mais geral sobre as diferenças entre o Fundef e o Fundeb, para que os Senadores não especializados na área de educação, que não conhecem os detalhes desse mecanismo, possam ouvir as explicações e obter um conhecimento maior.

O Fundef foi criado por emenda constitucional em 1996, portanto vai completar dez anos. Inclusive, fui o Relator quando eu era Deputado Federal. O Fundef tinha duas funções. Em primeiro lugar, tinha-se a idéia de que o dinheiro da educação do ensino básico fosse para onde o aluno estivesse localizado. Ela era especializada somente no ensino fundamental e no

ensino fundamental regular. Então, o dinheiro deveria ir exatamente para aonde o aluno estivesse. Isto é, se o aluno estivesse na rede municipal, o dinheiro iria para a rede municipal; se estivesse na rede estadual, iria para a rede estadual.

E como esse mecanismo foi montado? Os Estados entrariam com 15% das suas principais receitas no Fundo, e os Municípios entrariam com 15% das suas transferências. Com isso, seria feito esse Fundo e, a partir daí – gerar-se-ia receita, e o Fundo era por Estado –, cada Município e cada Estado tiraria recursos de acordo com o número de alunos que tivesse. Enfim, colocaria pela receita e tiraria por número de alunos.

Daí, o que aconteceu? Isso funcionou muito bem, porque se transferiram recursos para os lugares mais pobres, para os Municípios mais pobres. Dessa forma, o salário dos professores melhorou e a escolaridade, principalmente do aluno de baixa renda, aumentou bastante.

O outro objetivo era a complementação feita pelo Governo Federal, para que houvesse uma melhoria no nível de investimento por aluno dos Estados pobres com os Estados ricos. Na verdade, na prática, não funcionou. O Governo Federal colocou, desde o outro Governo, mas principalmente neste, um valor que foi diminuindo cada vez mais. Basta dizer que, para cerca de R\$30 bilhões do Fundo, no ano passado, o Governo Federal colocou cerca de R\$400 milhões. Portanto, tornou-se um valor irrisório que não deu para igualar e fez com que as diferenças regionais – sempre citadas pelo Senador Cristovam Buarque – ainda continuassem.

Qual é a diferença básica para o Fundeb? O Fundeb incluirá todo o ensino básico. Qual é a diferença? É que o ensino básico é formado pela educação infantil, pelo ensino fundamental, pelo ensino médio e pela educação de jovens e adultos. Portanto, vamos aumentar de cerca de 30 milhões de alunos para cerca de 50 milhões de alunos, incluídos a Educação Infantil, a creche e a pré-escola, o Ensino Médio e toda a população de jovens e adultos.

Portanto, ele aumenta muito a complexidade do Fundo. Devemos procurar examinar, com muito detalhe, como isso vai funcionar. Estamos correndo o risco de o valor médio gasto por aluno com o Fundeb seja menor que aquele gasto com o Fundef, porque o dinheiro vai aumentar menos, haja vista que cada Estado disponibilizará 20% em vez de 15%, assim como os Municípios.

Há um artigo na emenda, Senadora Heloísa Helena, que garante que o valor relativo ao Ensino Fundamental não vai diminuir. Ora, se é preciso acrescentar um artigo prevendo que o valor não vai diminuir, é

porque ele pode diminuir. Precisamos estar atentos a esse problema.

Em princípio, considero que o Fundeb é uma evolução, um caminho de evolução, mas que deve ser analisado com muito cuidado para que, ao invés de simplificar, não compleique a operação do sistema.

Eu pediria, então, a atenção e a dedicação de todos para que o Senado possa efetivamente melhorar esse projeto, para que, ao ser implantado, realmente ajude a educação brasileira, porque ele vai cuidar da educação de nada mais nada menos que 50 milhões de crianças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador José Agripino.

Com a permissão do orador, prorrogo a sessão até às 19 horas para atender aos demais oradores inscritos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a, que foi Ministro de Minas e Energia, vai entender bem o que vou abordar.

Estava agora conversando com o Senador Sérgio Guerra, que está lá no fundo do plenário, com o Senador Marco Maciel, e olhando aqui para o Senador José Jorge. Os três pernambucanos estão presentes aqui na sessão desta segunda-feira. Eu tenho uma inveja danada, Senador Rodolpho Tourinho, desses três pernambucanos. Eu confesso a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, que eu tenho uma inveja danada desses três pernambucanos. Sabe por quê?

O Senador José Jorge promete a mim o título de cidadão. Não compensa a inveja que eu tenho, sabe por quê? Porque eles levaram para Pernambuco o sonho que era do Rio Grande do Norte: a refinaria de petróleo.

Senador Flávio Arns, durante anos e anos, o meu Estado, que é grande produtor de petróleo, acalentou a expectativa, que era real, de ter uma refinaria de petróleo implantada no seu território. E o Presidente Lula anunciou, ao lado do Presidente Chávez, da Venezuela, a refinaria em território pernambucano. Porque em Pernambuco existe uma cidade chamada Abreu e Lima, e o Presidente Chávez, porque é um bolivariano convicto – e Bolívar foi amigo de Abreu e Lima – resolveu, por capricho, instalar a refinaria em Pernambuco.

Não adiantou nenhum tipo de argumento, até porque a decisão veio do sócio que tem dinheiro, que é a Venezuela, dona da PDVSA, uma grande empresa petrolífera de produção, refino e comercialização de petróleo. A PDVSA, Senadora Heloísa Helena, dá ao

Presidente Chávez dinheiro para ele fazer o Governo dele. Chávez governa com o dinheiro da PDVSA, que ganha dinheiro com o petróleo da Venezuela. E, aí, entra o meu assunto. Frustração à parte, inveja à parte, entra o meu assunto, Senador Rodolpho Tourinho e é aí que quero que V. Ex.^a me ouça.

É a nossa Petrobras e uma coisa chamada qualidade de governo. Ando muito preocupado com a reflexão do povo brasileiro sobre qualidade de governo, percepção de qualidade de governo. O Governo do Presidente Lula está anunciando a auto-suficiência de petróleo para dentro de meses. Desejo que ela aconteça, acho que ela vai acontecer, mas é preciso dar a César o que é de César.

O primeiro ponto que é preciso explicar é como a auto-suficiência de petróleo ou o sonho brasileiro terá acontecido? É preciso que fique claro – eu vou dizer, vou repetir e o meu discurso vai ficar escrito – que a auto-suficiência de petróleo no Brasil é devida à Petrobras, que cresceu e cresceu bastante em matéria de exploração e produção de petróleo nos últimos dez anos.

Só que a verdade verdadeira é que, para compararmos três anos, com três anos, com três anos, nos três primeiros anos do Presidente Lula, a produção de petróleo no Brasil cresceu 12%, uma dúzia. Comparando com o mesmo período do último governo anterior, de Fernando Henrique, a produção de petróleo cresceu não doze, cresceu 33%. E comparando com os mesmos três anos do governo anterior, que também foi de Fernando Henrique, a produção de petróleo no Brasil operada pela Petrobras cresceu 26%. Então, no primeiro Governo de Fernando Henrique, nos três primeiros anos, a produção de petróleo cresceu 33% e, nos três primeiros anos do Governo Lula cresceu 12%.

Quando Lula assumiu, estávamos pertinho de atingirmos a auto-suficiência. Então, a auto-suficiência que estamos conseguindo é por mil razões, mas nunca porque o Presidente Lula tenha sido algum modelo de eficiência ou de competência na prospecção e na produção de petróleo. Essa é uma primeira constatação, mas apenas uma primeira constatação que eu gostaria de fazer.

A segunda constatação, essa sim me preocupa, é que a PDVSA, Senadora Heloísa Helena, é quem subsidia com recursos, porque ela gera lucros, é do Estado, seus dividendos vão para o Presidente Chávez, para ele fazer a política social dele.

A Petrobras, em grande medida, é pertencente ao Governo brasileiro, V. Ex.^a sabe quanto foi o lucro da Petrobras em 2005? Exatamente R\$23,7 bilhões. Sabe quanto foi em 2004? Foi de R\$16,88 bilhões. Vou repetir: o lucro da Petrobras, em 2005, foi de R\$23,7

bilhões. É a Petrobras que está operando a auto-suficiência de petróleo. Dentro de pouco tempo, seremos auto-suficientes em petróleo. Não vejo nenhuma ação social de monta especial da Petrobras, afora coisas que não são muito recomendáveis, à semelhança de como a PDVSA opera para o governo Chávez a proteção aos mais pobres, não vejo a Petrobrás, com o lucro que gera, com auto-suficiência que atinge, fazer coisa semelhante com a população brasileira.

E aqui queria pelo menos uma coisa: que contivesse o preço da gasolina, que administrasse corretamente o preço do álcool. Senador Rodolpho Tourinho, estou vindo do meu Estado e foi uma coisa surpreendente verificar a quantidade de pessoas, Sr. Presidente, que me reclamam do preço da gasolina. A explicação que o Governo pode dar é que o preço da gasolina está alto porque o preço do barril do petróleo no mercado internacional disparou. Mas o Brasil não é auto-suficiente em petróleo?! O Brasil não tem petróleo suficiente para abastecer suas refinarias e produzir a gasolina para abastecer os carros e os caminhões do Brasil que transportam cargas e que não geram inflação?! Onde está a Petrobras como instrumento de ação social, já que ela é uma estatal e pertence em grande medida ao povo do Brasil?!

A administração do preço da gasolina era o mínimo, Senador Sérgio Guerra, que o Presidente Lula poderia fazer, se quisesse fazer o que o seu áulico Presidente Chávez faz na Venezuela. Eles são almas gêmeas, são irmãos siameses, por que não copia um bom exemplo de Chávez? Já que não faz uma ação social, pelo menos contenha o preço da gasolina. Sabem como vem evoluindo o preço da gasolina no Brasil? Em janeiro de 2002 – preço em dólar; eu me dei ao trabalho de levantar esses cálculos, Senadora Heloísa Helena –, custava US\$0,66 o preço do litro; em janeiro de 2003, custava US\$0,62; em janeiro de 2004, US\$0,70 por litro; em janeiro de 2005, US\$0,99 – quase US\$1.00. Passou de US\$0,70 para US\$0,99. Em janeiro de 2006, US\$1.09. Está subindo o preço da gasolina, na medida em que o Brasil torna-se auto-suficiente e que produz todo o petróleo que consome. A Petrobras tem R\$24 bilhões de lucro. E esse lucro vai todo para aonde? Pelo menos para o povo brasileiro! Para baixar um pouquinho o preço do combustível.

Chávez distribuiu o lucro da PDVSA em benefício dos mais pobres da Venezuela. O Lula não disse que é o Governo dos pobres? Que não faça nada, que não construa uma creche, mas que contenha o preço da gasolina; que contenha o preço da gasolina, que paga o taxista, que paga quem transporta a carga. Com o transporte mais caro, sobe o preço da carga, o que contribui para a inflação.

Eu queria chamar a atenção para esses fatos porque eles traduzem qualidade de governo. Senador Arthur Virgílio, um Governo que se diga dos pobres tem de mostrar que é Governo dos pobres, e não dizer isso da boca para fora.

O lucro da Petrobras foi de R\$24 bilhões. Qual é o pobre do Brasil que recebeu uma prata desse benefício? E a sociedade, que poderia estar assistindo ao rebaixamento do preço da gasolina, está assistindo a uma escalada ascendente, de US\$0,66 para US\$1.09 o litro – estou falando em dólar quando me refiro ao litro da gasolina.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Onde está a ação social? Onde está a Petrobras? Daqui a pouco, Senador Arthur Virgílio, vão trombetear: “Atingimos a auto-suficiência em produção de petróleo”. E o povo? O que é que lucrou com essa auto-suficiência do petróleo, Senador Sérgio Guerra? E o povo, a quem se refere com tanta freqüência Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva? A Petrobras só serve para ganhar dinheiro para fazer o quê? Vou ficar de olho nessa resposta. Vou ficar de olho!

Ouço, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Agripino, a Petrobras, para mim, hoje em dia, é uma empresa bastante estranha. Tão estranha que o seu Presidente, o ex-Senador José Eduardo Dutra, pede demissão para virar Secretário Municipal em Aracaju. Se quiser uma coisa mais estranha do que essa, só mesmo um marciano descendendo à Terra! Não há nada mais estranho do que isso. Por outro lado, Lula é o Presidente que menos aumentou a produção de petróleo, percentualmente de Geisel para cá. Quem mais aumentou foi Figueiredo, não por ser Figueiredo, mas, porque, no governo dele, amadureceram-se certos investimentos que a Petrobras havia feito, há 20 anos, há 15 anos. O segundo foi Fernando Henrique, não por ser Fernando Henrique, mas, porque a quebra do monopólio foi boa e porque também, lá para trás, amadureceu no governo dele o investimento que foi feito pela Petrobras muito antes. Mas o fato é que foi neste Governo que se deu a menor taxa percentual de crescimento. Isso significa dizer que a auto-suficiência poderia ter sido anteriormente atingida, se tivesse havidocompetência. Muito antes mesmo. Mas volto a dizer o seguinte: se eu tivesse de definir a Petrobras hoje, eu diria que ela é uma empresa esquisita, porque um Presidente deixa o referido cargo para virar Secretário Municipal em Aracaju! É um fato que merece uma poesia de Carlos Drummond de Andrade. Pena que

esteja morto! Não é possível maior amor pela sociedade do que esse!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço, com muito prazer, o Senador Tourinho. Em seguida, ouvirei o Senador Sérgio Guerra.

Quero só relembrar, Senador Arthur Virgílio, que o crescimento da produção da Petrobras, nos três primeiros anos do Governo Lula, foi de 12%; nos três primeiros anos do primeiro Governo de Fernando Henrique, foi de 26%; e, nos três primeiros anos do segundo Governo de Fernando Henrique, 33%. A auto-suficiência está sendo atingida pelo esforço de muitos, mas o esforço menor foi o do Presidente Lula.

Ouço, com muito prazer, o Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador José Agripino, creio que é oportuno V. Ex^a trazer ao plenário o tema da Petrobras. Muita coisa tem sido dita, e é preciso que se diga claramente, Senador, que o Governo Lula está tentando transformar um fato operacional em um feito histórico. Basicamente é isso, porque a auto-suficiência da Petrobras é devida, há tempos, a vários presidentes da república, a vários presidentes da Petrobras e, sobretudo, à capacidade que a empresa teve, por meio dos seus técnicos, de desenvolver a tecnologia necessária para a prospecção em águas profundas. Esta é a primeira razão, digamos, de fato, da auto-suficiência do País: a capacidade dos técnicos da Petrobras. Em segundo lugar, quero lembrar que, em 1997, havia uma produção de 840 milhões de barris. Hoje, vamos para 1,9 milhão, mas é a partir daí que houve o grande crescimento. Em 1997, Senador José Agripino, o que aconteceu foi a quebra do monopólio da Petrobras. Hoje, o ex-Presidente José Eduardo Dutra e o Presidente da ANP, que foram totalmente contrários à quebra do monopólio, reconheceram que, efetivamente, o grande salto de produção da Petrobras ocorreu a partir daí. De forma que eu queria secundar o discurso de V. Ex^a e dizer que, efetivamente, o que não se pode é transformar esse fato operacional, fruto de tecnologia e da grande capacidade de seus técnicos, em um grande feito histórico. É importante, não tenho dúvida, mas é devido ao passado, e não a agora.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço o esclarecimento de V. Ex^a, que foi Ministro das Minas e Energia, foi um bom Ministro, competente, homem sério e que apresenta essas verdades.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Senador José Agripino, vou solicitar a V. Ex^a que encerre o seu discurso em dois minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Vou dizer a V. Ex^a, Senador Rodolpho Tourinho, pelo rigor do Presidente, muito embora no plenário não haja tantas pessoas, que a Petrobras é um patrimônio do povo brasileiro. Orgulho-me muito da Petrobras, da excelência, do seu desempenho, do seu corpo técnico, dos seus dirigentes, técnicos. Orgulho-me muito! Mas eu gostaria que os ganhos anunciados pela Petrobras estivessem voltados para o interesse do povo, até para sintonizar com o discurso da boca para fora proferido pelo Presidente Lula.

Ainda tenho uma consideração a fazer – e gostaria de fazê-la –, para ouvir, em seguida, o Senador Flávio Arns e o Senador Sérgio Guerra, se o Presidente permitir. Ainda no que diz respeito à qualidade de Governo, tenho em mão dados que são, no mínimo, periclitantes.

Senador Sérgio Guerra, em 1995, o Brasil pagou de juros R\$38,8 bilhões – em 95! Em 2005, pagou R\$129 bilhões de juros. Tudo bem, houve inflação, a política mudou, mas vamos fazer a relação com os gastos sociais. O Governo do Presidente Lula se diz um Governo do social. Vamos ver a relação juros/gastos sociais. O que são gastos sociais? É a soma de educação, saúde, seguro-desemprego, cultura, previdência, aposentadoria, transferência de renda. É isso tudo, é um mundo! É a previdência, educação, saúde, cultura, transferência de renda, Bolsa-Família, tudo isso **versus** juros.

Em 1995, o que o Brasil pagou de juros em relação ao que aplicou em gastos sociais foi de 28,3%. Ou seja, juros significaram 28,3% do total aplicado em gastos sociais. Em 2005, o Brasil gastou de juros 51,1%. Mais da metade de tudo o que o Brasil gastou, com educação, saúde, cultura, previdência, transferência de renda, gastou com os juros. Por isso é que não sobrou dinheiro para investimentos. Sabe quanto significou o Bolsa-Família em 2005 em relação a juros? Dez por cento. O programa carro-chefe do Governo Lula, o Bolsa-Família, investiu 10% do que o Brasil gastou com juros. Isso é Governo competente? Isso é qualidade de Governo? Isso é Governo que pensa no social? Por isso, é que os lucros anunciados dos Bancos são tão altos.

É necessário que a população brasileira reflita sobre esses dados para saber quem é nosso governante, qual é o viés fundamental da preocupação de Sua Excelência, qual é a preocupação fundamental de Sua Excelência, o Presidente Lula.

A Petrobras deveria fazer o mesmo que a PDVSA, que subsidia os programas sociais da Venezuela, e, no mínimo, segurar o preço do combustível, da gasolina, até para dar sua contribuição ao combate à inflação.

Os gastos sociais do Brasil, em relação ao que paga de juros, passaram da metade, ou seja, já se paga, em juros, mais da metade do que se gasta com tudo o que é social neste País.

É essa a preocupação que me traz à tribuna, Sr. Presidente, e que me impede, evidentemente, de conceder apartes, como eu gostaria de fazer, aos Senadores Flávio Arns e Sérgio Guerra, a quem peço minhas escusas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Senador José Agripino.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Flávio Arns, pela Liderança do Bloco de apoio ao Governo. S. Ex^a dispõe de cinco minutos, porque já estamos próximos do final da prorrogação do horário da sessão.

Falará, em seguida, o próximo orador inscrito, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria que fosse considerado como lido um pronunciamento a respeito do grande evento que está acontecendo em Curitiba sobre biodiversidade e biossegurança e que reúne ecologistas, militantes, Ministros, Secretários de Estado e membros de organizações não-governamentais de 187 países, os quais permanecerão na Capital do Estado do Paraná até o final deste mês, debatendo esses dois temas fundamentais para o futuro do planeta e da humanidade.

Quero também destacar, como já fez o Senador Alvaro Dias no início desta sessão de segunda-feira, os trabalhos que Curitiba tem desenvolvido nessa área, nos últimos 17 anos. Por exemplo, o programa “Lixo que não é Lixo” foi implantado na Capital do Estado do Paraná no ano de 1989. A preservação de áreas verdes em Curitiba é também uma das tópicos em termos do estudo e do trabalho com meio ambiente, e também há um projeto de muitos anos, na Capital paranaense, voltado para a educação ambiental e para a inserção, no currículo escolar, de iniciativas voltadas à preservação do meio ambiente.

Esse evento, neste momento, representa uma oportunidade não somente para Curitiba e para o Paraná, mas também para o Brasil mostrar iniciativas importantes para a comunidade mundial, ali reunida até o final do mês.

Assim, Sr. Presidente, eu gostaria que o pronunciamento fosse considerado lido e que constasse dos Anais da Casa.

Também quero destacar, nesses cinco minutos, a iniciativa que o Senado Federal vai lançar no dia de

amanhã, relativa às pessoas com deficiência, cujo título é: "Com as nossas diferenças, somos todos iguais".

O Senado está desenvolvendo esse trabalho por intermédio de duas Comissões já instaladas na Casa: a de Acessibilidade e a de Valorização da Pessoa com Deficiência. É importante destacar a atuação das duas Comissões. A Comissão de Acessibilidade foi instalada na época do Presidente José Sarney e continuou a funcionar com toda a ênfase e com o apoio do Presidente Renan Calheiros. Fez-se todo um levantamento em relação às pessoas com deficiência – física, visual, auditiva, motora e mental –, para que o prédio do Senado se tornasse acessível, de acordo com um cronograma de trabalho já estabelecido, do ponto de vista físico e arquitetônico, sem barreiras que impedissem o deslocamento da pessoa com algum tipo de deficiência.

Neste momento, infelizmente, para o deficiente físico dirigir-se a esta Mesa ou a esta tribuna é uma tarefa impossível. Todavia, faz parte da programação tornar o plenário acessível, assim como todo o Senado, não só do ponto de vista físico, mas também de trabalho. Há empresas terceirizadas que contratam pessoas, no âmbito do Senado, e há uma cota estabelecida em lei destinada a pessoas habilitadas e com deficiência.

Os meios de comunicação também já se estão tornando acessíveis. Várias iniciativas foram tomadas pelo Senado, e isso é algo importante. Em termos de atitudes, os funcionários da Casa já fizeram vários cursos para receber as pessoas com deficiência física, como cegos e surdos.

Existe um cronograma para esse importante trabalho que será feito pelas duas Comissões, mas devo ressaltar principalmente dois pontos dessa iniciativa.

Primeiramente, no Congresso Nacional e no Senado Federal, nós elaboramos as leis. No entanto, devemos ser conhecidos e reconhecidos, no Brasil, por também cumprirmos as leis. Que o Senado seja exemplo! Vamos elaborar e cumprir as leis!

O segundo aspecto é que o Senado seja uma referência para as Assembléias, para as Câmaras Municipais e para o Executivo, porque todos, no Brasil, devem fazer com que a lei seja cumprida. Aí, sim, o País será diferente. Há leis boas, mas, na área social, elas não são cumpridas. Quando isso acontecer, o Brasil será, sem dúvida, mais justo.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena, neste breve tempo que me resta.

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Flávio Arns, serei breve. Primeiramente, quero saudar V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Compartilho, com entusiasmo, de todas as considerações que V. Ex^a está

fazendo. Existem a Campanha da Fraternidade e as atividades que já vinham sendo feitas no Senado, mas vou fazer a V. Ex^a um apelo que já dirigi ao Senador Paulo Paim. Às vezes, pergunto-me: será que é porque o projeto é de minha autoria? Espero que não seja por isso. Evidentemente, tramitam na Casa projetos de minha autoria que tratam das pessoas com deficiência física – necessidades especiais temos todos nós –, mas há dois que estão diretamente vinculados ao Senado. Um deles refere-se à transmissão em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e ao vivo do que estamos dizendo aqui. Por mais que alguns televisores tenham dispositivo para legenda, todos que trabalhamos ou convivemos com surdos-mudos sabemos que, efetivamente, a ortografia, a gramática e a pontuação são diferentes. Tendo a TV Senado caráter educativo, nada mais democrático, educativo e socializante que isso. Para um dos programas da TV Senado, há transmissão em Libras, o que é muito importante, além de ser democrático e de facilitar a visualização para as pessoas. É importante que o programa de televisão apresente aquele quadrinho do lado, com a transmissão em Libras, pois isso socializa a linguagem e faz com que as crianças, os jovens e os idosos que estão assistindo à programação considerem natural aquela linguagem e aprendam algo. Sei algumas coisas, inclusive gíria, porque alguns amigos me contam. Senador Roberto Saturnino, para quando eu quiser falar mal de alguém sem a pessoa saber, eles ensinam quais são as gírias que podem ser feitas, os apelidos, tantas coisas. E a transmissão ao vivo em linguagem de Libras, eu acho que é muito importante. E há outra coisa também que eu peço muito: que cada Parlamentar tenha a sua cota em braile. Já repeti isso 500 milhões de vezes. Então, eu apelo a V. Ex^a. O que é que acontece hoje? Para que eu consiga fazer 100 exemplares em braile, eu abro mão de fazer 32 mil exemplares para quem não é cego ver. Então, isso dificulta ao Parlamentar fazer. É claro que não significa que a cota dele em braile ele não possa transformar em cota para quem não é cego, está certo? Mas é inadmissível, porque isso dificulta que o Parlamentar o faça. Estou há três anos sem fazer nenhuma publicação gráfica, porque eu não acho justo que eu faça a publicação para quem não tem deficiência audiovisual e não faça os meus 100 exemplares em braile. Então, eu fico tentando juntar cota, o que não é possível, porque de um ano para outro não se transfere. Então, faço um apelo a V. Ex^a: a transmissão ao vivo em Libras, para democratizar a linguagem, para que as pessoas a vejam com naturalidade, para ser educativo, para possibilitar o acesso, que a legenda não dá; e também que nós, Parlamentares, tenhamos uma cota de material em braile. Sabemos a dificuldade

da Gráfica, sabemos da boa vontade que têm, mas, se não houver o estímulo, apenas um ou dois Parlamentares farão a publicação em braile.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero dizer a V. Ex^a que as sugestões são altamente pertinentes. A questão da utilização de Libras também nos programas do Senado e transmissão das sessões plenárias, isso está previsto no cronograma de atividades a serem implantadas por esse grande projeto de acessibilidade; e também a sensibilização dos Parlamentares para a impressão de materiais em braile é algo fundamental. Isso tudo se relaciona ao grande projeto de todos nós, em relação a todos os brasileiros, de inclusão social.

Para concluir, Sr. Presidente...

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Flávio Arns...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Quero apenas destacar a campanha do Senado com o lançamento, amanhã, de um ato público no sentido de dizer: somos todos diferentes, mas com os mesmos direitos. Nesse sentido é que esse trabalho será desenvolvido. “Com as nossas diferenças, somos todos iguais” é o tema da campanha, ou seja, somos seres humanos, com os nossos direitos, com a nossa cidadania, com o nosso direito de sermos plenamente realizados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Apelo a V. Ex^a para ouvir o aparte do Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Ouço o aparte do Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Flávio Arns, é rápido o meu aparte e, pela importância do tema de que V. Ex^a trata, acho que devo fazê-lo. Sobretudo nessa questão dos direitos de todos, há o direito também de ter o acesso normal aos cargos públicos. Fico muito feliz por esse ser um projeto de lei meu, do qual V. Ex^a é o Relator. De forma que eu só queria, neste momento em que V. Ex^a traz um tema tão importante à discussão, lembrar também esse direito, que tenho certeza será muito bem tratado por V. Ex^a.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sem dúvida alguma.

Destaco que, durante a Campanha da Fraternidade, estamos fazendo o grande debate já sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é um projeto de autoria do Senador Paulo Paim, que está sendo relatado por mim e que já está acessível para toda a sociedade, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esperamos que todas as entidades, famílias, poderes públicos municipais e estaduais, poder público federal, o Conade, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que vêm se envolvendo, possam contribuir.

Então, “Com as nossas diferenças, somos todos iguais” é uma grande campanha do Senado Federal, com lançamento nesta terça-feira, pela Presidência naturalmente, com a participação de duas Comissões que vêm fazendo um belo trabalho no Senado, que é a Comissão de Acessibilidade e a Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ecologistas, militantes, ministros e secretários de estado e membros de organizações não-governamentais de 187 países estão reunidos em Curitiba para as Conferências da Organização das Nações Unidas sobre Biodiversidade e Biossegurança e permanecerão na cidade até o fim do mês de março. A Capital Ecológica está recebendo cerca de 6 mil visitantes de diversas partes do mundo que participam da 3^a Reunião das Partes Signatárias do Protocolo de Cartagena (MOP3) e da 8^a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP8).

Dentre várias cidades brasileiras, Curitiba foi escolhida para sediar o evento devido à infra-estrutura que possui para receber o volumoso número de participantes, pelo comprometimento e envolvimento das autoridades locais e da iniciativa privada, e, principalmente, devido às importantes iniciativas que possui na área ambiental, como reciclagem do lixo, educação ambiental e preservação de áreas verdes.

A grandiosidade dos eventos já pode ser percebida pelas ruas de Curitiba. Anúncios espalhados pela cidade, ônibus movidos com combustível ecológico especialmente preparados para o transporte dos participantes, exposições em diversos espaços culturais e exibições de filmes e documentários sobre os temas tratados durante as Convenções são algumas das mudanças mais perceptíveis aos curitibanos.

A familiaridade com o tema “meio ambiente”, entretanto, já ocorre na cidade há bastante tempo. Curitiba exibe para o Brasil e para o mundo uma grande quantidade de parques, áreas preservadas e soluções reconhecidas mundialmente na área de planejamento urbano.

Com uma área preservada de 80,753 milhões de metros quadrados somente no perímetro urbano, a Capital Ecológica ganha visibilidade mundial ao sediar as Conferências sobre Biodiversidade e Biossegurança.

Dentre as diversas ações de preservação ambiental presentes em Curitiba, merece destaque o programa de Coleta Seletiva e Reciclagem do Lixo Doméstico, relançado nesta semana pela Prefeitura Municipal. A

campanha “Lixo que não é lixo”, criada em 1989, incentiva a separação de materiais recicláveis por meio de mensagens educativas, com o objetivo de estimular a reciclagem e ampliar a quantidade de materiais separado, aumentando a vida útil do Aterro da Caximba, para onde é destinado todo o lixo produzido na cidade.

As iniciativas voltadas para a educação ambiental, pensando sempre no desenvolvimento ajustado às necessidades de conservação e preservação do meio ambiente, são alguns dos aspectos que Curitiba oferece em contrapartida aos grandes avanços que as Conferências da ONU trarão à cidade.

Embora saibamos que muitos são os desafios que se apresentam na busca por esta convivência harmônica – entre desenvolvimento e preservação ambiental – temos certeza de que a Capital Ecológica, hoje, Capital Mundial do Meio Ambiente, dá exemplo de como caminhar neste sentido.

Certamente, a COP8 e a MOP3 serão lembradas pelas conquistas resultantes das Conferências para o mundo e também pela excelente impressão que Curitiba deixará àqueles que lutam por um planeta consciente da importância da natureza para a vida humana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A solicitação de V. Ex^a será atendida, na forma do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.



Xu Virgílio



COMANDO NACIONAL DE GREVE DOS TRABALHADORES DA ANVISA.

COMANDO NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO DA FDENASPS.

Senhores (as).

AFENASPS, através do seu Departamento de Vigilância Sanitária (DEVISA), vem solicitar o apoio dos Senhores (as) Senadores (as) no sentido de garantir o pleito desta categoria, cujo êxito dependerá da aprovação de emenda apresentada à Medida Provisória 269/2005, em tramitação nesta casa legislativa. Segue em anexo os respectivos documentos para devido conhecimento e considerações pertinentes. Colocamo-nos à disposição para contatos pelos fones:

Giulio Césare da Silva Tártaro – (47) 8804-5537.

Luiz Carlos Torres de Castilhos – (51) 9915-2082.

Célio dos Santos – (82) 99 71 91 71.

José Roberto Batista Cunha – (61) 8418-6320.

José Carlos Ferreira da Silva – (71) 8124-2360.

**COMANDO NACIONAL DE GREVE DA ANVISA.
COMANDO NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO DA FENASPS.**

POR QUE OS SERVIDORES DA ANVISA ESTÃO EM GREVE

O Serviço de vigilância Sanitária ao longo dos anos passou por diversas transformações. No início, no governo de Tomé de Souza era chamado de corpo sanitário, em 1810 passou à inspetoria Sanitária dos Portos, mais tarde Diretoria de Defesa Marítima e Fluvial, duas décadas depois surgiu o Serviço de Saúde dos Portos.

Em 1970 as ações da Vigilância Sanitária foram absorvidas pelo Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia (SSNFMF), que mais tarde passou à Secretaria Nacional de vigilância Sanitária (SNVS) e por fim Secretaria de vigilância Sanitária (SVS).

Em 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso sob o comando do Ministro da Saúde José Serra a Secretaria de Vigilância Sanitária foi transformada na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Durante todo esse período os servidores vêm desempenhando atividades de controle sanitário nas áreas de portos aeroportos e fronteiras, visando proteger a saúde da população contra doenças e agravos que podem ser introduzidos no país através de viajantes, meios de transportes, cargas, produtos e vetores.

Quando da criação da ANVISA, os servidores concursados da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária foram automaticamente redistribuídos para a ANVISA e colocados em um Quadro Específico, transformado em Quadro Especial em extinção, por ocasião da greve de 2004, numa atitude discriminatória do governo. Com o aumento das atribuições e atividades foi necessário reforçar o quadro de pessoal, então dezenas de servidores foram requisitadas de outros órgãos públicos para a ANVISA.

Somente em 2005, foi realizado o 1º concurso público para a ANVISA, oferecendo aos novos servidores uma carreira contemplando os títulos (especializações, mestrados, doutorados etc.) e salários bem acima dos salários dos antigos. Desde então, os antigos servidores vêm tentando sensibilizar o Governo Federal para que se faça justiça e os requisitados sejam redistribuídos e que o Quadro Especial em extinção seja contemplado com uma carreira, tendo em vista que outros órgãos passaram por transformações e os antigos servidores foram redistribuídos e enquadrados nas novas carreiras.

Em setembro de 2005 foi assinado um termo de compromisso do governo firmado entre os Ministros: Paulo Bernardo e Nelson Machado, Saraiva Felipe, Luiz Marinho, a CUT, CNTSS/CUT, FENASPS e CONDISEF, garantindo a formação de um grupo de trabalho (GT) para resolver a situação dos cedidos e a reestruturação do Quadro Especial dos Servidores da ANVISA, sendo descumprido na íntegra pelo governo. Aumentando a discriminação, foi editada a MP 269/05, que instituiu novas gratificações de até 75% dos salários apenas para os novos servidores.

Por tudo isso, a categoria lançou mão do único instrumento de luta que é a “Greve” por tempo indeterminado reivindicando, a reestruturação do Quadro Especial, com uma carreira digna, com paridade de direitos e salário com a carreira dos novos concursados, melhores condições de trabalho e uma maior atenção à saúde do trabalhador, reconhecimento do quadro especial da lei 10.882/04 e da Lei 10.871/04 como carreiras típicas de Estado, capacitação com valorização do servidor e por uma barreira sanitária eficaz com a manutenção dos plantões de 24 horas e redistribuição dos cedidos.

Ciente do reconhecimento, justiça e solidariedade à categoria pedem compreensão e apoio de todos.

Brasília, DF, 11 de março de 2006.

COMANDO NACIONAL DE GREVE DOS FISCAIS DA ANVISA.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Prorrogo a sessão por mais cinco minutos para que o Senado possa ouvir a palavra do Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, pela tolerância, pela compreensão.

Trago um tema que considero importante e que foi hoje tratado pela quarta vez em editorial de **O Estado de S. Paulo**, ou seja, é a quarta vez que o jornal faz um editorial sobre a Lei do Gás. É um projeto de lei meu, que pretende, em última análise, não tenho dúvida disso, acabar quebrando o monopólio da Petrobras no transporte do gás.

Há pouco, falávamos aqui acerca do aumento da produção do petróleo depois da quebra desse monopólio. Não tenho dúvida nenhuma de que esse projeto de lei, que trouxe para análise e possível aprovação do Senado, é importante por isso.

Mas o que está colocado hoje no editorial de **O Estado de S. Paulo** “Melando o jogo”?

Diz o seguinte:

O Governo federal enviou terça-feira ao Congresso um projeto estipulando regras para regular a movimentação e a estocagem de gás natural no País. Na verdade, o projeto parece destinado a preservar o monopólio virtual da Petrobras sobre o transporte de gás – ou seja, sobre os gasodutos – para o que precisa sustar a tramitação do outro projeto sobre o mesmo assunto, de autoria do ex-ministro de Minas e Energia Rodolpho Tourinho (...).

O projeto oficial não esconde a oposição do governo à liberação desse mercado. No mês passado, em nota oficial, a Petrobras se insurgia contra o projeto Tourinho, sugerindo que ele poderia perturbar os investimentos no setor. Na prática, o que fez foi defender o controle quase absoluto que exerce sobre esse mercado.

Os projetos de Tourinho e do MME são antagônicos. O primeiro pretende reproduzir, no mercado de gás, a abertura registrada com a Lei do Petróleo, que atraiu grandes investimentos estrangeiros para o País.

Continua analisando ponto por ponto de conflito entre o meu projeto e o projeto do Governo, e diz mais:

O envio do projeto oficial mostrou o temor do governo de que o Senado lhe infligisse uma derrota, aprovando a Lei do Gás em tramitação. Isto ficou evidente, pois estava em curso uma negociação entre Tourinho e o líder do governo, Aloizio Mercadante [acrescento aí o Presidente da Petrobras, Sr. Sérgio Gabriele], para aparar arestas.

Efetivamente, tínhamos conseguido aparar várias arestas.

Alguns pontos de discórdia já haviam sido discutidos com a Petrobras e, em parte, removidos do projeto...

Inclusive com muita flexibilidade, acabávamos discutindo porque entendemos também que se trata de um projeto extremamente complexo e que precisava ser discutido.

Mas continua o editorial:

Mas o Governo não se satisfaz e parece ignorar que, com o mercado controlado pela Petrobras, o País estará mal servido de gás natural e de gasodutos”. Trata aqui do problema da Região Nordeste, que é gravíssimo, onde temos uma crise energética anunciada para 2008.

E ele diz que lá as termoelétricas já não podem gerar energia por falta de gás, como também nas demais regiões.

Continua o editorial:

Com a Lei do Gás, seria possível atrair grandes companhias estrangeiras, provavelmente as únicas com capacidade de obter crédito a baixo custo para investimentos de longuíssimo prazo para construir gasodutos. O abastecimento de gás tende a ser precário pelo menos até 2009, quando está previsto o início da extração nos poços da Bacia de Santos.

E encerra, depois de fazer outras considerações:

Sem regras tarifárias claras, o Brasil dá-se ao luxo de ignorar a vantagem de construir dutos com recursos de *project finance*, financiamentos de longo prazo que são pagos com a venda dos produtos gerados. Em síntese, o projeto do governo só faz retardar decisões de investidores privados em gás.

Solicito inclusive, Sr. Presidente, a transcrição desse editorial nos Anais do Senado.

Acrescento apenas, para concluir, que efetivamente vínhamos discutindo esse projeto com o Líder Aloizio Mercadante e com o Presidente da Petrobras. O Presidente da Petrobras nos tinha encaminhado um texto que nos propusemos a responder. E, enquanto estávamos respondendo, fomos surpreendidos pelo encaminhamento do projeto do Governo. Solicitamos, inclusive, ao Ministério de Minas e Energia que nos fornecesse uma cópia. Também não fomos atendidos.

Não quero nem tratar dessa deslegância do Governo, mas apenas dizer que, para o bem do Brasil, para o bem da própria Petrobras e do povo brasileiro, vou continuar negociando com o Senador Aloizio Mercadante. Também é de S. Ex^a a posição de continuar a negociar para que, afinal, não venhamos a ter, como

diz aqui **O Estado de S. Paulo** o jogo melado, isto é, feito de tal forma que nada seja aprovado.

Amanhã, responderei à Petrobras, por meio do Líder Aloizio Mercadante, as críticas e as dúvidas que havia mencionado. Sempre com flexibilidade, tentarei resolver pontos específicos do projeto. Farei amanhã, repito, para que possamos ter efetivamente o melhor desenlace em relação à questão da Lei do Gás.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente. Deixo aqui para registro nos Anais do Senado o artigo do jornal **O Estado de S. Paulo**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR RODOLPHOTOURINHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Melando o jogo

O governo federal enviou terça-feira ao Congresso um projeto estipulando regras para regular a movimentação e a estoquegem de gás natural no País. Na verdade, o projeto parece destinado a preservar o monopólio virtual da Petrobrás sobre o transporte de gás – ou seja, sobre os gasodutos – para o que preeisa sustar a tramitação do outro projeto sobre o mesmo assunto, de autoria do ex-ministro de Minas e Energia Rodolpho Tourinho, apresentado em 2005 e em discussão na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

O projeto oficial não esconde a oposição do governo à liberação desse mercado. No mês passado, em nota oficial, a Petrobrás se insurgia contra o projeto Tourinho, sugerindo que ele poderia perturbar os investimentos no setor. Na prática, o que fez foi defender o controle quase absoluto que exerce sobre esse mercado.

Os projetos de Tourinho e do MME são antagônicos. O primeiro pretende reproduzir, no mercado do gás, a abertura registrada com a Lei do Petróleo, que atraiu grandes investimentos estrangeiros para o País.

A questão central diz respeito ao acesso aos gasodutos existentes e à construção de novos, ou seja, à infra-estrutura física de transporte. O projeto oficial pretende que esse assunto seja disciplinado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Quanto aos gasodutos já construídos, em construção ou em fase de análise ambiental, os direitos de uso seriam reservados ao proprietário por até

35 anos. A Petrobrás controlará, até meados de 2030, o Gasoduto Bolívia-Brasil.

X O acesso aos gasodutos depende de autorização da ANP. Tourinho propôs substituí-lo pelo regime de concessão, que daria maior garantia à participação de companhias privadas.

X Quanto à construção de novos gasodutos, o projeto Tourinho propõe que seja feita, obrigatoriamente, por licitação, enquanto no projeto oficial o governo é que decidiria, em cada caso, se adota o regime de licitação ou de autorização para construir.

Em suma, o modelo da auto-

O País está malservido de gás natural e de gasodutos

rização mantém o poder discricionário do governo, como critica o ex-ministro do MME.

O governo evita criar um marco regulatório preciso, que teria de incluir regras básicas – como as relativas à fixação dos preços. Quer que as tarifas sejam fixadas pela ANP.

O envio do projeto oficial mostrou o temor do governo de que o Senado lhe infligisse uma derrota, aprovando a Lei do Gás em tramitação. Isto ficou evidente, pois estava em curso uma negociação entre Tourinho e o líder do governo, Aloizio Mercadante, para aparar ares das ações. Alguns pontos de discordia já haviam sido discutidos com a Petrobrás e, em parte, removidos do projeto, como a criação do Operador do Sistema Nacional do Transporte de Gás Natural (Ongás, à se-

melhança do ONS, que supervisão o setor elétrico). E o ex-ministro concordara em manter o gás no âmbito da ANP.

Mas o governo não se satisfez e parece ignorar que, com o mercado controlado pela Petrobrás, o País estará malservido de gás natural e de gasodutos. A malha de apenas 5,4 mil km de dutos é insuficiente para o abastecimento, não só da Região Nordeste, onde termelétricas já não podem gerar energia por falta de gás, como também das demais regiões.

Com a Lei do Gás, seria possível atrair grandes companhias estrangeiras, provavelmente as únicas com capacidade de obter crédito a baixo custo para investimentos de longíssimo prazo para construir gasodutos. E que não são isentos de risco, dada a dependência do Brasil do gás boliviano, situação que não vai mudar até a próxima década, na melhor das hipóteses.

O abastecimento de gás tende a ser precário pelo menos até 2009, quando está previsto o início da extração nos poços da Bacia de Santos. O gás terá de ser transportado dos campos marítimos para Caraguatuba e, de lá, para os grandes centros consumidores. Isto exigirá a construção de um duto de interligação. O acesso será definido pelo governo, a menos que seja aprovado o projeto Tourinho.

Sem regras tarifárias claras, o Brasil dá-se ao luxo de ignorar a vantagem de construir dutos com recursos de *project finance*, financiamentos de longo prazo que são pagos com a venda dos produtos gerados. Em síntese, o projeto do governo só faz retardar decisões de investidores privados em gás.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias, Juvêncio da Fonseca, Leonel Pavan, João Batista Motta, Luiz Pontes, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Pedro Simon e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar o editorial intitulado “A tática do despiste”, publi-

cado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 22 de fevereiro do corrente.

O editorial mostra que a máquina reeleitoral do presidente da República está funcionando a pleno vapor. Segundo o editorial, “O objetivo é desviar os olhares dos descalabros éticos praticados na esfera federal a favor do consórcio de poder do presidente Luiz Inácio Lula da Silva”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o editorial citado acima seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A 2 quarta-feira, 22 de fevereiro de 2006

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: LUIS FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO,
JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUIS NASSIF, CLÓVIS ROSSI,
CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES,
Luis FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETÁRIO)

EDITORIAIS
E-mail: editoriais@uol.com.br

A TÁTICA DO DESPISTE

O AUMENTO maior do salário mínimo, a operação tapa-buracos nas estradas, o subsídio à contratação de empregados domésticos, a corrida para espalhar “farmácias populares”. A máquina reeleitoral do presidente da República funciona a pleno vapor. Sua estratégia reúne a receita usual dos políticos em sua condição —acumular a toque de caixa “realizações” para exibir na campanha— e a tática do despiste.

Esta consiste em erigir entre o eleitorado e a recentíssima história política um anteparo repleto de slogans, cifras e comparações com o passado escolhidas a dedo. O objetivo é desviar os olhares dos descalabros éticos praticados na esfera federal a favor do consórcio de poder do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O governo se vale da fadiga de parcela da opinião pública com as notícias do escândalo de corrupção. Também se aproveita do momento em que o PSDB trava uma disputa interna para decidir seu candidato à Presidência.

Mas esse cenário em que o núcleo em torno de Lula exibe sua versão edulcorada da gestão sem ser contrastado não vai persistir. O aproximar da campanha vai trazer uma car-

ga decerto inédita de questionamentos do governo Lula no aspecto da moralidade pública.

Sob a gestão petista revelou-se a existência de um esquema de pagamento em dinheiro vivo a parlamentares governistas organizado pelo PT; o publicitário responsável pelas campanhas da legenda em 2002 —inclusive a de Lula— admitiu ter sido remunerado com dinheiro ilegal. Como se não bastasse, houve a anedótica prisão de um assessor petista que tentava embarcar em um vôo com US\$ 100 mil na cueca.

Em consequência do escândalo, o ministro tido como o mais forte do governo foi obrigado a deixar seu posto e teve o mandato parlamentar cassado; o presidente, o secretário-geral e o tesoureiro do PT caíram por ligações com o esquema criminoso; na fila das cassações está, entre outros, o deputado petista que, na condição de presidente da Câmara, saiu R\$ 50 mil do “valerioduto”.

Por mais que a propaganda governista tente evitar, o eleitor será instado a refletir sobre esses fatos antes de decidir em quem votar para presidente. E é bom para o amadurecimento democrático que assim seja.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “CPI vê aplicações suspeitas no Rural e no BMG”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 20 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), pretende apresentar nesta semana um estudo mostrando os investimentos feitos pelos bancos BMG e Rural pelos fundos de pensão investigados na CPI dos Correios. Segundo o deputado,

responsável pela sub-relatoria de fundos de pensão da CPMI, o “levantamento aponta uma concentração demasiada de investimentos em 2004”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESCÂNDALO DO “MENSALÃO”/FUNDOS DE PENSÃO

Segundo ACM Neto, houve ‘concentração demasiada’ de investimentos dos fundos de pensão nos bancos envolvidos nas denúncias

CPI vê aplicações suspeitas no Rural e no BMG

DAS CURSALS DE BRASÍLIA

O deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA) pretende apresentar nesta semana, provavelmente amanhã, um estudo mostrando os investimentos feitos nos bancos BMG e Rural pelos fundos de pensão investigados na CPI dos Correios.

Segundo o deputado, responsável pela sub-relatoria de Fundos de Pensão da CPI, o levantamento aponta uma “concentração demasiada” de investimentos no ano de 2004. Os dois bancos estão entre as instituições investigadas por parlamentares e acusadas de envolvimento no “valerioduto”.

“Aparentemente houve um direcionamento dos fundos para os bancos Rural e BMG”, afirmou ontem ACM Neto. Representantes dos fundos têm dito à CPI que não houve direcionamento para beneficiar instituições.

O deputado disse ainda que pretende ouvir hoje o doleiro e operador de mercado Lúcio Bolonha Funaro, ligado a empresas e corretoras suspeitas de desvio de recursos de fundos de pensão e de lavagem de dinheiro. Até a última

sexta-feira, a Polícia Federal não havia localizado Funaro para notificá-lo do depoimento.

ACM Neto quer entregar até o próximo dia 13 as principais conclusões da investigação relacionadas aos fundos de pensão ao relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), que pretende apresentar o relatório final entre os dias 15 e 20 de março.

Para o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), a CPI está entrando em um “momento sensível”. “Temos que evitar que a CPI seja desacreditada. A proposta é fazer um relatório com consistência.”

Telefones
Enquanto a CPI dos Correios

FRASES

“Aparentemente houve um direcionamento dos fundos de pensão para o Rural e o BMG”

ACM NETO (PFL-BA)

sub-relator da CPI dos Correios

entra na reta final para apresentação do relatório, a dos Bingos vem trabalhando com os dados de quebras de sigilo telefônico de as-

sessores próximos ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Reportagem publicada ontem no jornal “Correio Braziliense” mostra que Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor do ministro, recebeu entre outubro de 2003 e março de 2004 cerca de 70 ligações telefônicas de Marcelo Fransine, ex-diretor da Leão Leão. A empresa teria pago, entre 2001 e 2002, propina à Prefeitura de Ribeirão Preto (SP), ainda na administração Palocci. O dinheiro seria para caixa-dóis do PT.

As ligações, segundo o levantamento, foram feitas para um celular em nome da Presidência da República que fica com Silva.

Além disso, o assessor recebeu ligações do empresário Roberto Colnaghi, entre 2003 e abril de 2004, de acordo a CPI dos Correios. Colnaghi é dono do avião em que o ministro da Fazenda viou de Brasília a Ribeirão Preto em 2003 e o mesmo usado no transporte de caixas de uísque em 2002, que conteriam dólares de Cuba para a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Outro que aparece na listagem de ligações é o empresário Carlos Eduardo Valente, ligado ao banco Prosper.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Bancos têm lucro recorde com Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 23 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que os maiores bancos em atuação no país alcançaram lucros recordes nos três anos do governo Lula.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada, na íntegra, como parte integran-

te deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal, permitindo ao pesquisador do futuro avaliar o que foram os anos de governo do presidente Lula e do PT.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.).

**O ESTADO DE S. PAULO | B | QUINTA-FEIRA
23 DE FEVEREIRO DE 2006**

FINÂNCIAS

Bancos têm lucro recorde com Lula

Nos 3 anos do governo atual, as 5 maiores instituições tiveram ganho 28% superior ao obtido nos 8 anos de FHC

Márcia De Chiara

Os cinco maiores bancos em ativos com atuação no País engordaram em 28,4% os lucros nos 3 anos do governo Lula comparativamente aos 8 anos da administração Fernando Henrique Cardoso. Juros altos, em razão da política monetária apertada para combater a inflação, associados à forte expansão do mercado de crédito explicam o desempenho espetacular dos bancos no período. Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Santander/Banespa e Unibanco juntos obtiveram lucro líquido de R\$ 44,125 bilhões entre 2003 e 2005, segundo cálculos da consultoria Económatica a partir dos dados apresentados nos balanços e que foram atualizados pelo Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Só no ano passado, essa cifra somou R\$ 18,4 bilhões, a maior em 11 anos. De 1995 a 2002, os lucros líquidos desses mesmos bancos atingiram R\$ 34,366 bilhões.

O desempenho do lucro líquido anual desse grupo de bancos também foi invejável na administração do presidente Lula. Entre 2003 e 2005, esses 5 bancos juntos obtiveram lucro líqui-

do médio de R\$ 14,708 bilhões a cada ano, mais que o triplo da média dos 8 anos anteriores (R\$ 4,295 bilhões).

“É um engano supor que os bancos lucraram mais nos últimos três anos porque a Selic, continua elevada”, diz o presi-

Juros altos e empréstimos garantem bons resultados

dente da Económatica, Fernando Excel. Ele pondera que os juros altos ajudaram, especialmente em 2005 quando a Selic aumentou. Porém ressalta que houve uma forte expansão das operações de crédito. “A indústria de empréstimos é uma atividade nascente e ganhou impulso com a estabilidade.” De 2003 a 2005, a Selic média foi de 19,5% ao ano, ante a média 26,5% nos 8 anos anteriores.

Excel fundamenta seu raciocínio com o desempenho da carteira de crédito de Unibanco, Itaú, Banespa e Banco do Brasil. Em 2005, a carteira de crédito dessas instituições somou R\$

173 bilhões, com crescimento real de 11,6% na comparação com 2004. “O crescimento foi importante.” Com uma média anual superior 10%, a carteira de crédito há três anos era 60% do que é hoje, diz.

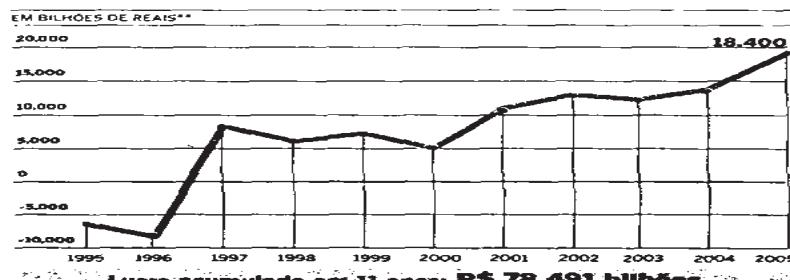
Outro fator que pesou foi a receita obtida com a prestação de serviços bancários que aumentou quase R\$ 2 bilhões para esses 4 bancos no período. Nessa lista estão incluídas as tarifas e os serviços com administração de fundos.

De toda forma, os balanços mostraram que os bancos estabelecidos no País ganham muito mais dinheiro aqui do que em mercados maduros, como dos Estados Unidos, por causa dos juros elevados. O lucro em relação ao patrimônio líquido do Itaú, Bradesco, BB e Banespa supera o dos 5 maiores bancos dos EUA. Quem liderou o ranking em 2005 foi o Itaú, com lucro sobre o patrimônio líquido de 37,6%, seguido pelo Bradesco (36,2%) e pelo Banco do Brasil (29,4%). O melhor resultado obtido por bancos americanos foi o do Citigroup, de 22,2%. *

* Mais informações:
págs. B4 e B6

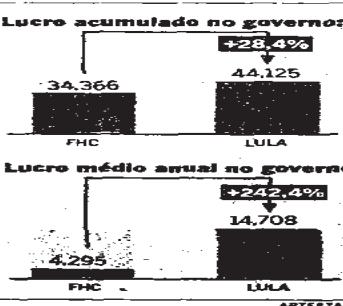
BALANÇOS

Escalada



* Banespa, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Unibanco
** Valores ajustados pelo IPCA de dezembro de 2005
Fonte: ECONÓMICA

Evolução do lucro líquido dos cinco maiores bancos nos governos FHC e Lula*



ARTESTADO

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras.. e Senhores Srs., ocupo a Tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Campanha só em 5 de julho, adverte Marco Aurélio”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 24 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que um dia após o presidente Lula ter dito que “homem público faz campanha 365 dias por ano”, o ministro marco Aurélio Mello , que vai, presidir o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições

LEGISLAÇÃO ELEITORAL

Campanha só em 5 de julho, adverte Marco Aurélio

Alerta de ministro que conduzirá eleição ocorre um dia após Lula defender atuação eleitoral ‘365 dias por ano’

Mariângela Gallucci
BRASÍLIA

Um dia após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter dito que “homem público faz campanha 365 dias por ano”, o ministro Marco Aurélio Mello, que vai, presidir o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições desse ano, alertou ontem os candidatos de que eles sonhante podem começar suas campanhas a partir do dia 5 de julho.

“O que devemos observar? Sentimento de cada qual ou a legislação em vigor? Para mim, a legislação em vigor. A legislação manda a partir do dia 5 de julho”, afirmou Marco Aurélio.

A declaração pode ser interpretada como um recado direto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No dia 3 deste mês, em Belo Horizonte, durante uma vistoria de obras na Universidade Federal de Minas Gerais, Lula negou que estivesse em campanha de maneira peculiar.

“Não me sinto em campanha”, afirmou, em discurso, rodeado por seus ministros.

O futuro presidente do TSE – que é ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e assumirá o comando das eleições em março – também se referiu às declarações de anteontem do presidente. Para Marco Aurélio, a referência à campanha de 365 dias por ano deve ter sido um “arroubo retórico”. “Eu tenho de presumir que ele não quis se referir à campanha visando à reeleição. Mas, sim, à divulgação do que vem sendo feito”, afirmou. “Creio que o presidente, que é o dirigente maior do País – e o exemplo vem de cima –, não quis se referir à caminhada dele próprio visando à reeleição.”

Marco Aurélio reconheceu, no entanto, que “essas matérias (a eleitoral e a relativa à divulgação de realizações) são muito fronteiriças”. “Aqueles que estão em cargo público no qual po-

de haver reeleição precisam estar mais atentos do que os candidatos que não detêm cargo”, disse o ministro. Seu raciocínio é simples: a disputa eleitoral pressupõe oportunidades iguais e tratamento igualitário. “A maior vila do detentor do cargo já está no trabalho desenvolvido no período do mandato”, acrescentou.

O ministro lembrou que, no fim de 2005, o TSE multou Lula por causa de campanha institucional do governo. Na ocasião, a maioria dos ministros seguiu o voto de Marco Aurélio, para quem as propagandas serviram apenas para “enaltecer a direção do País, com o objetivo maior de chamar a atenção daqueles que serão eleitores nas eleições gerais de 2006”.

Nesta semana, o TSE determinou a Anthony Garotinho (PMDB-RJ) que retire outdoors com suposta propaganda eleitoral de sua candidatura à Presidência. ■

SUCESSÃO

A propaganda e a lei

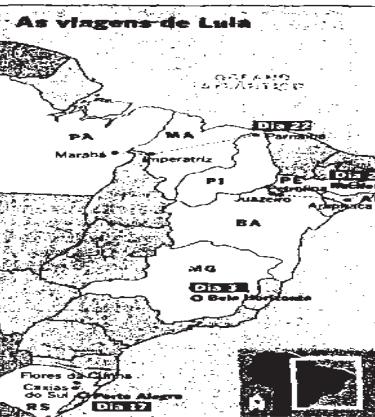
O que diz a legislação eleitoral brasileira sobre propaganda antecipada e quais são as punições previstas para os infratores

Regulamentação
• A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 5 de julho” – Artigo 36 da Lei 9504/97, a Lei Eleitoral

Proibição
• Para os TREs e o TSE, isso significa que a propaganda antes dessa data não é permitida. A análise de cada caso determinará se houve propaganda antecipada

Excessos
• Segundo o entendimento da Justiça Eleitoral, a propaganda é considerada antecipada quando faz referência explícita à eleição ou há pedido de votos

Punições
• Multa varia de R\$ 20 mil a R\$ 50 mil ou o equivalente ao custo da propaganda, caso a divulgação tenha ocorrido em jornal ou outros meios de comunicação



Calendário oficial

6 de julho – Começa propaganda eleitoral. Comícios liberados, das 8 às 24 horas

15 de agosto – Início da propaganda gratuita do 1º turno no rádio e na televisão

26 de setembro – Último dia de propaganda, comícios, debates e reuniões públicas

16 de outubro – Início da propaganda eleitoral gratuita do segundo turno

24 de outubro – Último dia para realização de comícios e reuniões públicas

16 de outubro – Fim da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Nunca houve governo tão submisso”, publicada pelo Jornal **O Globo** em sua edição de 3 de março deste ano.

A matéria faz referência à declaração do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, dom Geraldo Majella Agnello, que afirmou que “nunca houve um governo tão submisso às condições

impostas pelos credores quanto o atual, que privilegia o capital em detrimento dos pobres”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
O GLOBO	03	Mar/06	País	A	83/9

‘Nunca houve governo tão submisso’

Dom Geraldo critica também assistencialismo; Fiesp apóia religiosos

Heliana Frazão e Flávio Freire

• SALVADOR e SÃO PAULO. O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, dom Geraldo Majella Agnello, reagiu às críticas do governo federal depois das cobranças feitas por líderes da Igreja sobre a política social. Dom Geraldo disse que “nunca houve um governo tão submisso” às condições impostas pelos credores quanto o atual, que, segundo ele, privilegia o capital em detrimento dos pobres:

— Alguma programação na área econômica precisa ser feita, não para privilegiar grupos, mas aqueles que mais sofrem.

Para dom Geraldo, nos três anos do governo Lula não houve avanços na promoção humana.

— Talvez o assistencialismo esteja mais marcante. Mas isso não basta, é preciso dar ao homem condições para ele trabalhar e sustentar a sua família. As pessoas devem ser úteis e não estimuladas a não trabalhar em troca de R\$ 50, R\$ 60 por mês. Está faltando trabalho.

Dom Geraldo respondeu aos assessores do presidente que teriam sugerido preocupar-se mais com o polêmico padre José Pinto, afastado da paróquia da Lapinha, em Salvador:

— Estamos preocupados com padre Pinto. Mas queremos também que os governantes se preocupem com o povo, dêem uma vida justa, digna.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) endossou as críticas da CNBB.

O presidente da entidade, Paulo Skaf, disse em nota que falta coragem ao governo para mudar a economia: “A crítica soma-se à da Fiesp, que vem lutando por maior controle dos gastos públicos, menor carga tributária, diminuição das taxas de juros e solução de problemas que seguiram o crescimento do Brasil”.

Skaf disse que os homens que decidem a política econômica não são maus brasileiros, mas temem “um fantasma dominando: a inflação”. Ele disse que vai visitar a CNBB para cumprimentar os religiosos pelas declarações e discutir caminhos para o desenvolvimento do Brasil. ■

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “CNBB acusa Lula de tornar País um ‘paraíso financeiro’”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 2 de março do corrente.

A matéria destaca que o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Odilo Scherer, afirmou que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva não conseguiu ser coerente com sua proposta eleitoral e classificou o País de “paraíso financeiro”. Durante o lançamento da Campanha da Fraternidade, dom Odilo defendeu a revisão da política social e econômica, com redução das taxas de juros. Medidas que,

em sua avaliação, são indispensáveis para superar a pobreza e corrigir o desnível entre ricos e pobres. O secretário-geral finaliza dizendo que “quer saber o que será feito para gerar trabalho, distribuir renda e acabar com a sangria para grupos financeiros”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CNBB acusa Lula de tornar País um ‘paraíso financeiro’

D. Odilo Scherer diz que ele não é coerente com sua proposta eleitoral e defende revisão da política social

Lígia Formenti

BRASÍLIA

O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Odilo Scherer, afirmou ontem que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva não conseguiu ser coerente com sua proposta eleitoral e classificou o País de “paraíso financeiro”.

“Temos conhecimento das pressões existentes num governo, mas é preciso que interesses da sociedade também sejam satisfeitos”, disse. Durante o lançamento da Campanha da Fraternidade, d. Odilo defendeu a revisão da política social e econômica, com redução das taxas de juros. Medidas que, em sua avaliação, são indispensáveis para superar a pobreza e corrigir o desnível entre ricos e pobres.

A política econômica do governo foi também criticada, ontem, pelo cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Cláudio Hummes – que nos anos 70 protegeu não só o líder sindical Lula como outros sindicalistas do ABC contra os arbitrios da ditadura militar. Ao falar sobre o crescimento de 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB), d. Cláudio disse que o resultado foi “para todo o Brasil uma surpresa desagradável”. “A esperança já não era muito grande, mas ficou muito abaixo da expectativa”.

FRASES

D. Odilo Scherer
Secretário-geral da CNBB
“A população quer saber o que será feito para gerar trabalho, distribuir a renda e acabar com a sangria para grupos financeiros”

“As CPIs expuseram as chagas existentes. Todos os brasileiros estarão atentos para as propostas feitas pelos candidatos”

D. Cláudio Hummes
Cardeal-arcebispo de SP
“É preciso reelaborar o projeto Brasil”

“A esperança já não era muito grande, mas ficou muito abaixo da expectativa”

abaixo da expectativa”, comentou d. Cláudio.

Na sua fala, em Brasília, d. Odilo afirmou que o crescimento de apenas 2,3% é fruto de uma política financeira concentradora, que transforma o País num paraíso para alguns grupos. Segundo ele, medidas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, têm seu mérito e devem continuar. “Mas é preciso ir além delas, gerar emprego, trabalho.”

O secretário-geral afirmou,

enfático, que o apoio a candidatos este ano está condicionado às propostas na área social. “A Igreja pretende ser porta-voz de quem não tem voz”, explicou. E a população “quer saber o que será feito para gerar trabalho, distribuir renda e acabar com a sangria para grupos financeiros”.

‘PROJETO BRASIL’

Na mesma linha, d. Cláudio Hummes advertiu que “é preciso reelaborar o projeto Brasil” e que o baixo nível de crescimento da economia deve fazer “refletir a todos” na campanha eleitoral de outubro. “Não sou analista político, especialista ou economista, mas, pelo que se escuta, o Brasil precisa crescer, porque não crescer é não ter emprego.”

D. Cláudio criticou os juros altos, que “tornam difíceis os investimentos produtivos”. Para ele, talvez o Brasil tenha seguido um “caminho duro” em busca da estabilidade. “Mas é mais que hora de dar um novo passo, em direção ao crescimento e à questão social.” • COLABOROU: ANA PAULA SCINOCCA

• Mais informações sobre a CNBB: pág. A13

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O que falta para o Brasil crescer”, publicada pela revista **Época** de 6 de março do corrente.

A matéria mostra que, no início do governo Lula, “o Brasil foi apresentado a uma expressão que refletia uma mistura de promessa e esperança. Era o espetáculo do crescimento”. Entretanto, “Três anos depois, os brasileiros continuam todos na platéia, e o espetáculo ainda não começou”.

Ainda segundo a matéria, o desempenho da economia brasileira foi um fiasco. “O país exibe um desempenho econômico pífio num momento em que tudo parece jogar a favor”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida material seja considerada, na íntegra, como parte deste pronunciamento e, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

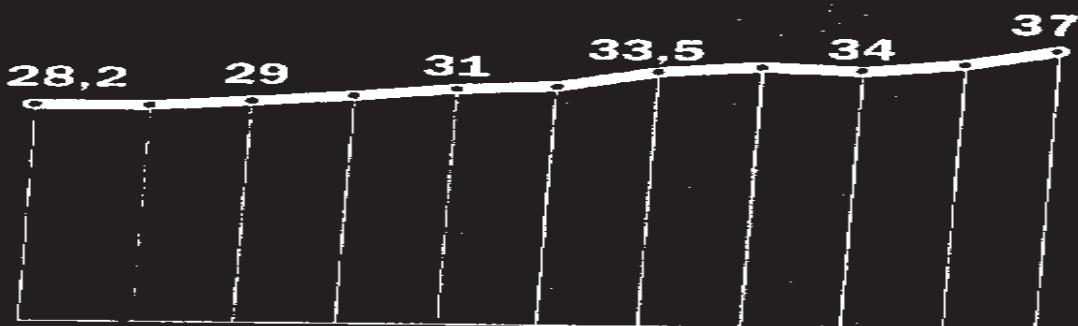
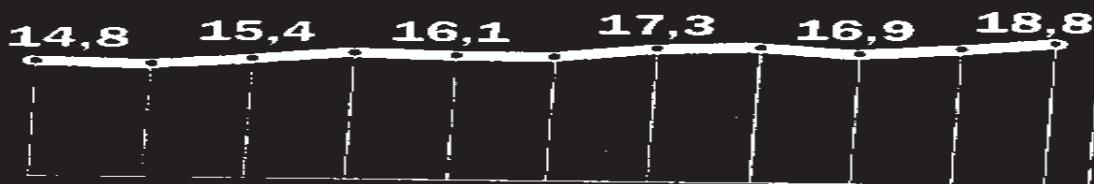
Lula prometeu o “espetáculo do crescimento”. Até agora, a platéia continua esperando

Brasil crescer

No início do governo Lula, em julho de 2003, o Brasil foi apresentado a uma expressão que refletia uma mistura de promessa e esperança. Era o “espetáculo do crescimento”. Por trás dessa frase, havia uma história redentora. Após anos de sacrifício e de timidez econômica, de aperto fiscal e de contenção de investimentos, o país finalmente deslancharia rumo a uma nova era, com mais dinheiro, mais emprego e mais progresso. Três anos depois, os brasileiros continuam todos na platéia, e o espetáculo ainda não começou. Na véspera do Carnaval, como para tirar o impacto da notícia, o governo anunciou que o país cresceu 2,3% em 2005 – o que dá ao governo Lula um crescimento médio anual de 2,6%. É pouco. Muito pouco. Enquanto isso, a China se consolidou como potência econômica e cresce 10% todos os anos. A Índia, vedete do momento (*leia artigo à página 46*), avançou 9% no ano passado. Até a Rússia, que saiu de uma moratória recentemente, cresceu mais de 6% na última temporada. O desempenho da economia brasileira é um fiasco até quando comparado ao do resto da América Latina. O país só cresceu mais que os miseráveis Haiti, Jamaica e Guiana. Quando, afinal, o espetáculo vai começar?

Na semana passada, em entrevista à revista *Economist*, Lula disse que não tem pressa: “Primeiro, queremos consolidar a base macroeconómica do Brasil, para alcançar um ciclo de crescimento que possa durar por dez, 15 anos, algo que os economistas chamam de crescimento sustentável”. A realidade, no entanto, não espera. O país exibe um desempenho econômico pífio num momento em que tudo parece jogar a favor. O mundo vem comprando muita matéria-prima – terreno em que o Brasil é grande fornecedor. O mercado internacional tem dinheiro sobrando à procura de países atraentes para investir. E há muito tempo não ocorre uma crise financeira internacional – um alívio para quem, no final dos anos 90, se esborrachou com as quebras das economias da Ásia, da Rússia e da Argentina. “Todos os países estão competindo pelos investimentos produtivos, e o Brasil não pode perder tempo”, afirma Roger Agnelli, presidente da Vale do Rio Doce, maior mineradora de ferro do mundo. “Aqui as coisas demoram para andar e no mundo dos negócios isso é um problema sério.” O economista brasileiro José Alexandre Scheinkman, professor da Universidade Princeton, gosta de sublinhar uma tese: falta ao país “senso de urgência”.

No conjunto, a economia mundial cresceu 4,3% no ano passado – exatamente 2 pontos porcentuais acima da ►

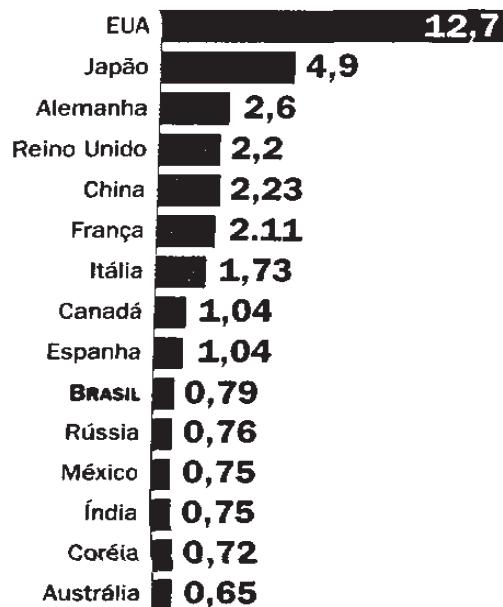
A EQUAÇÃO DO ATRASO*As razões para o Brasil crescer
pouco – valores em % do PIB***O governo aumenta os impostos...****...gasta mais para manter a máquina administrativa...****...e investe cada vez menos**

Fontes: Ministério do Planejamento e Fazenda, IBGE, Banco Central. Elaboração Ruy Veloso



CAPA**O BRASIL FICOU PARA TRÁS**

O país que já foi a oitava economia do mundo está hoje na décima posição (PIB – em US\$ trilhões)*



Fonte: CRC Visão

*Estimativa

PLANO ESTRATÉGICO “O Brasil deveria crescer 5% ao ano. O governo tem de ter metas de crescimento, assim como as empresas privadas”, diz Márcio Cypriano, presidente do Bradesco

brasileira. A diferença parece pequena, mas as aparências enganam. Quem costuma debater as taxas de crescimento em geral se debruça sobre as casas decimais. Uma diferença de um único ponto porcentual por ano pode fazer a riqueza do país dobrar na metade do tempo – num prazo de 25 anos, não em 50. Por isso, é um verdadeiro desastre que o Brasil tenha completado dez anos de desempenho econômico fraco, sempre atrás da média mundial. Se, no ano passado, tivesse ao menos repetido os números do resto do planeta, o Brasil teria irrigado a economia com algo como R\$ 35 bilhões adicionais. Haveria mais emprego, mais renda, mais vendas para as empresas e mais impostos para o governo. Mudou, portanto, a essência do debate sobre o futuro do país. O Brasil passou tempo demais vidrado no combate à inflação e na manutenção da estabilidade. A discussão agora passa a ser como empurrar a economia para a frente. Em ano de eleição para a Presidência, esse debate estará no centro da agenda de todos os candidatos. “Hoje, o crescimento é a questão central do país”, diz Márcio Cypri-

As razões do baixo crescimento

Por que a economia brasileira não cresce no ritmo dos outros emergentes, na visão dos economistas

Economia fechada

O Brasil ainda tem uma das economias mais fechadas do mundo, diz o diretor-executivo do banco Itaú **Sergio Werlang**. Um estudo do Banco Mundial mostrou que, entre 60 economias consideradas emergentes, o Brasil tem a menor taxa de importação em relação ao PIB. “Abrir mais a economia é uma maneira de acelerar o crescimento.” Sem fazer mudanças como essa, o país só conseguirá crescer entre 3% e 3,5%, pouco perto da média de 6% dos emergentes

Límite para crescer

O Brasil tem um limite para crescer, diz o ex-presidente do BNDES **Edmar Bacha**. Não cresce mais porque os impostos são altos demais, as empresas têm dificuldades para obter financiamentos e o ambiente de negócios é precário. Bacha diz que é necessário acelerar as reformas para cortar gastos do governo, retomar as privatizações, diminuir impostos e dar mais segurança jurídica aos empresários. Só assim o Brasil conseguiria crescer mais de 4% sem aumentar a inflação

“Todos os países estão competindo pelos investimentos produtivos. E o Brasil não pode perder tempo. Aqui as coisas demoram para andar”

no, presidente do Bradesco, o maior banco brasileiro. “O crescimento econômico será o principal tema do debate eleitoral”, disse a ÉPOCA o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan.

O que, afinal, está errado? Por que países pobres como Índia ou China estão conseguindo erguer a cabeça e sair da miséria, enquanto o Brasil continua patinando e dando margem à repetição das mesmas metáforas de sempre - do eterno “vôo de galinha” à recente “nanoeconomia”? Por que não conseguimos crescer mais rápido? No plano mais imediato, o governo ficou paralisado - em parte, com uma boa dose de razão - pelo temor da volta da inflação. O empresariado ficou assustado com a crise política do mensalão, que, nos momentos mais dramáticos, gerou até o medo de um processo de impeachment do presidente Lula. Tudo somado, o setor produtivo investiu menos do que tinha planejado no ano anterior. Para muitos eco-

nomistas e para o próprio vice-presidente, José Alencar, o Banco Central também errou a mão ao manter os juros em um patamar elevado por tempo de mais (leia a entrevista à página 44). “A política monetária apertada feita pelo BC no ano passado matou o crescimento. Seria surpreendente se o país crescesse mais rapidamente com uma taxa de juros tão alta”, diz Scheinkman, da Universidade Princeton. (O BC afirma que era preciso ser cauteloso, pois no ano passado a volta da inflação era uma ameaça real.) Para completar o quadro cinzento, a agricultura, setor que vinha adubando a economia, decepcionou. Houve quebra de safra de vários produtos e a desvalorização do dólar afetou o preço das mercadorias exportadas pelos agricultores.

Mas todos esses são problemas circunstanciais. A verdadeira causa da paralisação brasileira está na incapacidade de lidar com as questões mais difíceis, de eternamente empurrar com a bariga reformas que, independentemente de interesses políticos ou de cores partidárias, são necessárias para todos. Está, sobretudo, na insistência em ver o Estado como provedor de soluções, não como a raiz do problema. Recursos que poderiam ser aplicados no crescimento do país acabam eternamente tapando os buracos do governo. “O governo é grande demais, gasta mal e investe pouco”, afirma Paulo Leme, diretor para Mercados Emergentes do banco Goldman Sachs, em Nova York. De cada R\$ 100 gerados no país, R\$ 38 vão para os cofres públicos na forma de tributos. ►

Distorção tributária

Para que o Brasil tenha crescimento sustentado, na opinião do economista **Jardim Gianetti da Fonseca**, é preciso aumentar o volume de investimentos e melhorar a eficiência da alocação desses recursos. “Como o país pode crescer mais se o Estado tira 40% de toda a riqueza do país com impostos e transporta para gastos correntes? Existe algo profundamente errado nas contas públicas do Brasil.” Nos anos 80 para cá, a carga tributária triplicou

Capital humano

Há duas respostas para o fraco crescimento, na opinião do professor de Economia da Universidade Princeton **José Alexandre Scheinkman**. A primeira, de curto prazo, é a política de juros altos. A segunda, de longo prazo, é o baixo nível de educação da população. “A China está criando universidades para rivalizar com as americanas e já está trabalhando para que as crianças de agora tenham, no mínimo, nove anos de escolaridade. O Brasil não está se mexendo”

Na China e na Índia, a carga tributária é metade da brasileira. Só os alemães ou os suecos pagam tanto imposto quanto os brasileiros. Em compensação, não precisam se preocupar com serviços básicos, como saúde e educação, garantidos pelo Estado. Os impostos altos são apontados, por empresários e por economistas, como um dos principais fatores de inibição de investimentos no aumento da produção. "A carga tributária é altíssima e distorcida", diz o economista Edmar Bacha, ex-presidente do BNDES. "Os impostos são altos quer você gere renda ou não. Se a Microsoft fosse brasileira, talvez nunca deixasse de ser uma empresa de garagem."

É quase um consenso no país que o sistema tributário precisa ser refeito. Fernando Henrique Cardoso tentou, Lula também. Mas, no fundo, nenhum governante aceita abrir mão de arrecadação. Seja para pagar juros, seja para alimentar a máquina pública. É por aí que se entende outro dos grandes gargalos que impedem o crescimento econômico: embora artecada muito, o governo investe pouco, menos de 3% do PIB. Brasília esqueceu que é preciso cuidar da infra-estrutura e não há prova mais contundente que a Operação Tapa-Buracos, um remendo anunciado em ano de

eleição para consertar estradas que ficaram abandonadas até agora. A maior parte dos recursos se destina a sustentar a máquina pública. Contas feitas pelo Ministério da Fazenda, apenas para uso interno, mostram que as despesas do governo aumentaram 10% no ano passado, basicamente para bancar a folha do funcionalismo. "O país fez uma opção. Gastar mais com despesas correntes e menos com educação, saúde e transportes. O preço disso é baixo crescimento", diz Armando Castelar, economista do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea).

O custo da Previdência Social é um dos itens mais preocupantes. Desde a década de 80, ele triplicou. A diferença entre o que a Previdência arrecada e o que paga em pensões não fecha há vários anos. O déficit está em R\$ 38 bilhões – e continua crescendo. No início do governo Lula, o sistema passou por uma reforma, mas ela foi muito tímida. Algumas medidas nem saíram do papel, como a criação de um fundo de pensão para os servidores. Segundo os especialistas, será preciso fazer uma nova reforma. "Ninguém é contra políticas sociais, até porque o país tem uma enorme carência", afirma Margarida Gutierrez, economista do Copread, escola de pós-graduação

Para onde pode ir Lula

Até aqui o presidente foi conservador. Mas há uma forte pressão por mudanças na economia

Satisfeito com sua recuperação nas pesquisas eleitorais, Lula dá sinais de que a política econômica de hoje poderá se repetir se houver um segundo mandato. Mas existe uma disputa dentro do governo. Sob a liderança do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, a tropa conservadora da área econômica quer reformas estruturais antes de cortar os juros de forma mais agressiva. Do outro lado, os ministros Dilma Rousseff, Luiz Marinho e o senador Aloizio Mercadante brigam por mais dinheiro para investimentos e corte de juros já

A desenvolvimentista

Dilma Rousseff tenta convencer Lula de que já passou da hora de cortar a taxa de juros

O conservador

Sem alarde, Antônio Palocci negocia com o presidente transformar em lei a independência do BC e as metas de superávit nas contas públicas. Nas primeiras vezes, não teve sucesso

da Universidade Federal do Rio de Janeiro. "Mas não tem jeito. Se o país quiser crescer, terá de fazer mais reformas."

O Brasil precisa de conserto em várias áreas. O ambiente não é amistoso para os negócios, o que funciona como incentivo à informalidade. As leis são confusas e mudam freqüentemente. Não há respeito à propriedade privada e intelectual. O Poder Judiciário brasileiro leva mais tempo que em outros países para decidir questões corriqueiras. No campo trabalhista, há regras muito rígidas para que as empresas contratem ou demitem. Isso impede a geração de mais vagas com carteira assinada. "Uma reforma trabalhista é fundamental", diz

o economista Sergio Werlang, diretor-executivo do Itaú. A China está no extremo oposto. Quando a receita de uma empresa cai, o salário dos funcionários também diminui. Isso, na ótica do governo comunista chinês, evita demissões. O desafio, para o Brasil, não é repetir o modelo chinês. É encontrar algum modelo que funcione.

O país também herdou, desde os tempos do Império, a cultura da burocracia. Isso não ajuda em nada empresas que competem internacionalmente, às vezes até com outras filiais do mesmo grupo. Um exemplo é a fabricante de ▶

Os economistas que Serra ouve

O economista do prefeito é ele mesmo. Mas vale saber com quem ele troca idéias

O círculo que o prefeito de São Paulo freqüenta é o dos desenvolvimentistas, como os professores da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. É uma corrente que defende um corte rápido na taxa de juros, a desvalorização do real e mais intervenção do Estado na economia. Serra tem conversado também com economistas que pensam diferentemente dele, como o ex-ministro Pedro Malan, com quem vivia às turmas no governo Fernando Henrique Cardoso

O BRAÇO DIREITO

José Roberto Affonso é o economista que coloca no papel as idéias de Serra

O AMIGO

O economista **Joseph Stiglitz** é de um grupo que defende intervenção na economia

A CONSELHEIRA

O prefeito tem ouvido **Eliana Cardoso**, que vê no câmbio o problema central da economia

celulares Nokia. A fábrica brasileira, em Manaus, concorre com a mexicana para abastecer os Estados Unidos. A Nokia brasileira leva uma grande desvantagem por causa da burocracia. "Quando um componente sai dos EUA, disparamos um cronômetro e medimos quanto ele custa e quanto tempo demora para que esse componente chegue aqui ou à filial mexicana, vire um produto acabado e seja exportado. A diferença é de dias devido à burocracia", diz o presidente da Nokia no Brasil, Fernando Terri. "Perdemos tempo e dinheiro."

Além de haver necessidade de urgentes reformas do Estado, o país também

leva uma enorme desvantagem em razão de deficiências na área de educação. "As estatísticas de investimento não incluem o capital humano. Mas isso não quer dizer que ele não seja importante. Pelo contrário. Neste quesito, o Brasil está muito mal na foto", afirma o economista Eduardo Giannetti da Fonseca, professor do Ibmec. Em testes matemáticos, de ciências e de leitura, os alunos brasileiros ficam muito atrás dos coreanos, mexicanos ou espanhóis. Num estudo recente encomendado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a educação foi apontada (ao lado da infra-estrutura e do ambiente institucional e re-

Alckmin busca conselhos

O governador era ligado aos desenvolvimentistas, mas tem conversado com mais gente

Herdeiro político do ex-governador Mário Covas, Alckmin era influenciado por um desenvolvimentista, o economista Yoshiaki Nakano, da FGV de São Paulo. Nos últimos tempos, passou a ouvir cada vez mais outra turma. Encontrou-se mais de cinco vezes com o ex-presidente do BC Arminio Fraga e com o especialista em contas públicas Raul Velloso. Eles defendem dar prioridade a reformas para cortar gastos do governo

O VELHO GURU

O ex-secretário estadual Yoshiaki Nakano defende intervenção no câmbio

O ESPECIALISTA

Alckmin conversa com Raul Velloso para discutir como cortar gastos na esfera federal

O NOVO CONSELHEIRO

O ex-presidente do BC Arminio Fraga defende reformas na economia

gulatório) como uma das principais barreiras ao crescimento sustentado do país. "Na década de 80, o governo chinês já financiava milhares de bolsas de estudo em Harvard e em outras escolas de prestígio. É essa turma que está administrando as empresas chinesas hoje", afirma André Coutinho, diretor-executivo da Symnetics e responsável pela pesquisa. "Educação é um investimento de longo prazo. E o Brasil está muito atrás. É preciso acelerar."

A China está fazendo uma verdadeira revolução nesse quesito. Leva adiante um projeto destinado a proporcionar nove anos de educação a todas as suas crianças, mesmo as que moram em rincões do país. Nas grandes cidades, como Xangai ou Pequim, esse objetivo já foi atingido e uma nova meta foi estabelecida. "Nos próximos anos, o país quer ter universidades de primeira linha como as americanas. Para isso, está atraindo cérebros de todas as partes do mundo, pagando salários altamente competitivos", diz o economista Scheinkman. No Brasil, segundo ele, não há projeto para levar qualidade às universidades. "A Rússia também tem mão-de-obra bem educada, e a Índia está investindo nisso, com foco em ciência e tecnologia", afirma. O que o país

ganha investindo em educação? Com mão-de-obra qualificada, ganha em produtividade, o que aumenta a geração de riquezas. No Brasil, a produtividade da indústria decresceu entre 2001 e 2003, segundo o estudo da CNI. Enquanto isso, na Coréia, país onde os alunos têm as notas mais altas, a produtividade aumentou 9% apenas em 2003, o maior aumento do mundo.

O Brasil precisa crescer tanto ou mais que os demais países e esse será o desafio do próximo governo. Os candidatos sabem disso e estão procurando economistas para debater idéias, elaborar projetos e afinar o discurso. Na última campanha, o então candidato Lula prometeu crescimento anual de 7% num dia, de 5% em outro. Atacou Fernando Henrique, ridicularizando o fraco desempenho da economia em sua gestão. Em julho de 2002, Lula escreveu o seguinte: "A evolução do PIB nos anos Fernando Henrique foi medíocre. No século XX, somente os governos de Wenceslau Brás, na Primeira Guerra Mundial, de Washington Luiz, na crise de 1929, e o de Collor fizeram o país crescer menos que no período de FHC, o qual apresenta uma taxa média de apenas 2,3% de expansão do PIB ao ano". Exatamente o número que Lula acaba de apresentar. ■

Garotinho já tem plano de governo

Seu partido, o PMDB, encomendou um projeto para o ex-presidente do BNDES Carlos Lessa

O ex-governador do Rio de Janeiro ainda nem sabe se o PMDB vai escolhê-lo como candidato. Mas já conta com um programa de mudanças radicais na economia. Quem está coordenando o projeto é o ex-presidente do BNDES Carlos Lessa. Suas idéias vão na direção oposta da defendida pelo PT e pelo PSDB. Ele propõe o abandono do sistema das metas de inflação, corte imediato de juros e controle de capitals. Descarta reformas na legislação trabalhista e da Previdência Social

O RADICAL

Carlos Lessa, ex-BNDES, ficou conhecido por criticar abertamente a política econômica do governo para o qual trabalhava

O MODERADO

Titto Riff, ex-secretário de Garotinho, é mais conservador que Lessa

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, no final de 2003, recebi correspondência de candidatos aprovados em concurso para Procuradores da Fazenda Nacional, que manifestavam sua preocupação e indignação para com o fato de não haver interesse do Governo em aparelhar institucionalmente o sistema fiscalizador do Estado.

À época o assunto repercutiu em vários meios de comunicação, reproduzo aqui matéria publicada no jornal **O Tempo** de Minas Gerais no dia 14/11/2003.

"Impasse prejudica Fazenda Nacional"

O impasse entre a Advocacia Geral da União (AGU) e o Ministério da Fazenda seria o responsável pelo atraso na contratação de novos 388 procuradores da Fazenda Nacional em todo o país. Só em Minas Gerais, o órgão conta com um déficit de 30 procuradores no quadro geral de funcionários e um acúmulo de R\$ 11 bilhões da dívida ativa da União. Em Brasília, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, teria interferido diretamente no caso, pedindo agilidade na convocação dos concursados. Uma funcionária da Procuradoria da Fazenda Nacional questiona o interesse da contratação de novos funcionários para o recolhimento da dívida ativa da União. Segundo ela, o envolvimento de grandes empresas devedoras de impostos pode ter influência na demora das contratações. As provas do concurso foram realizadas, em todo o país, em 22 e 23 de fevereiro deste ano. Em julho, a lista de classificados foi encaminhada à AGU para que fosse aprovada. Desde então, o concurso permanece parado. No mesmo período, a Advocacia Geral da União realizou concurso semelhante para os seus quadros e divulgou o resultado. Os aprovados já foram empossados. Em Brasília, o órgão negou que seja o responsável pelo atraso da homologação, como responsabilizou a Procuradoria da Fazenda Nacional. Segundo a assessoria de imprensa da AGU, a divulgação do resultado final aguarda providências do Ministério da Fazenda. Em Minas Gerais, 45 pessoas foram classificadas no concurso da Procuradoria Nacional da Fazenda. O Estado conta, atualmente, com 23 vagas. Outras seis, abertas durante o processo do concurso, também deverão ser oferecidas, seguindo autorização do edital."

Hoje volto a esta tribuna para, novamente, buscar a reflexão e o entendimento sobre esta importante e imprescindível carreira de estado que vive, de novo, um grave impasse, agora, inclusive, com a greve da categoria.

Os Procuradores da Fazenda Nacional se encontram em greve desde o dia 13 de fevereiro, em busca de recomposição remuneratória e de melhor

estruturação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

Estes servidores, de alta qualificação e dedicação, têm tido na última década uma defasagem salarial de tal ordem que, sendo historicamente equiparados aos Juízes Federais e Procuradores da República, hoje ganham 1/3 do que percebem estas outras carreiras.

E são eles, Sras. e Srs. Senadores, os responsáveis pela cobrança da Dívida Ativa da União e pela defesa da Fazenda Nacional, tendo arrecadado em juízo, em 2005, cerca de R\$9 bilhões.

Não obstante, esses dedicados profissionais trabalham sem carreira de apoio, sem recursos adequados de informática e acompanham, em média anual, mais de 6.990 processos judiciais cada um.

Hoje, o estoque de dívida ativa a ser cobrada é da ordem de R\$334 bilhões. É mais do que óbvio que uma Procuradoria Geral da Fazenda Nacional adequadamente estruturada redundará em mais recursos a fazer frente aos serviços públicos essenciais.

Além disso, eles são os responsáveis pela cobrança do FGTS, o que tem surtido grande efeito em termos arrecadatórios, e por consequência, tem refletido nos indicadores macroeconômicos que tanto orgulha o atual governo.

Ademais, a PGFN arrecada apenas dos devedores do Fisco o chamado encargo legal, que são honorários destinados a um fundo – FUNDAF, justamente criado para aparelhar a PGFN. Porém, estes recursos são contingenciados ano a ano. Em 2005, por exemplo, a PGFN arrecadou R\$458 milhões de reais, mas a previsão é de que receba pouco mais de R\$100 milhões de reais no corrente ano, o que é um descalabro.

É importante ressaltar que esta categoria tem importância fundamental para o Estado brasileiro e é pilar da Justiça Fiscal. E cobrando bem de quem deve o Estado pode diminuir a carga tributária de muitos que pagam em excesso.

Sr. Presidente, faço aqui um apelo à sensibilidade política do governo. Que os Ministérios da Fazenda e o do Planejamento examinem com muita atenção e com a devida importância e valoração o pleito desta categoria, que repito: é imprescindível ao Estado Brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nos últimos anos, os grandes acontecimentos políticos e sociais foram influenciados pelos meios de comunicação, avalia o arcebispo metropolitano de Manaus, Dom Luiz Soares Vieira.

É verdade, tanto que o próprio Arcebispo amazonense dedica uma parte de seu tempo à Internet, revelando-se, diz o jornal **Correio Amazonense**, uma

pessoa antenada com os problemas do mundo moderno.

Por isso, na entrevista que concedeu ao jornal do Amazonas, Dom Luiz sugere: Precisamos aceitar e entender as diferenças para crescer como indivíduos e como sociedade.

Ao tratar dos chamados ícones da comunicação, como, entre outros, o padre Sérgio Lúcio, de Manaus, o Arcebispo lembra que os ícones não são impostos; o povo é que faz de alguém um ícone, o que, para ele, é um fenômeno natural na comunicação social. Ele acha que isso é bom, pois as pessoas que o povo elege como ícones são pessoas com o dom de comunicar, em benefício do povo.

Sobre o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, Dom Luiz observa que, ao escolhê-lo, a CNBB procurou atender aos pedidos que chegam à Igreja, no caso, em 2006, a atenção a pessoas com deficiência.

Explicou, a propósito, que o tema Fraternidade e Pessoas com deficiência foi escolhido em 2004, como sempre com dois anos de antecedência. O assunto, no seu entender, é relevante, diante das estatísticas do IBGE que acusa a existência no Brasil de 27 milhões de pessoas com alguma deficiência. Se a elas forem anexadas suas famílias, temos um universo de 100 milhões de pessoas envolvidas de alguma forma com essa questão.

Encerro esse assunto, aplaudindo as palavras do Arcebispo de Manaus.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de dizer também, como segundo assunto, que esta é uma notícia auspíciosa para o Amazonas: a Prefeitura Municipal de São Paulo, por orientação do Prefeito José Serra, deverá adotar o mouse ocular, equipamento cujo projeto, e alta tecnologia, foi concebido inteiramente no Pólo Industrial e Manaus, em 2004.

Inventado pelo engenheiro eletricista Manuel Cardoso, o mouse ocular decodifica os movimentos e as piscadas do globo ocular do deficiente, transformando-os em comandos para o computador.

O revolucionário mouse vai começar a ser produzido no PIM pela CCE, que já formalizou proposta ao Conselho de Administração da SUFRAMA, como confirma a Superintendente Flávia Grosso.

Na próxima sexta-feira, data da reunião do CAS, a proposta será levada a exame, como informa a Dra. Flávia Grosso. "Nessa reunião – diz ela – estaremos aprovando esse projeto, que, além de ter sido concebido no Amazonas, ensejará a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência. É uma comprovação de que o futuro chegou para o Pólo Industrial de Manaus."

Por iniciativa da Fundação Paulo Feitoza, parceira da invenção do engenheiro Manuel Cardoso, até agora foram produzidos 25 mouses oculares, 15 deles em operação no País, graças a convênios da FPF com hospitais.

O Presidente da Fundação, Rogério Caetano, é entusiasta do equipamento e salienta seu grande alcance social. Ele disse ao jornal A Crítica, que o mouse ocular é como uma injeção de vida nas pessoas.

Felictito o inventor desse avançado equipamento, a industria CCE e a Superintendente da Suframa, Dra. Flávia Grosso, por mais esse iniciativa, que coloca o PIM e o meu Estado em posição de vanguarda no cenário tecnológico nacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o último assunto é para dizer que as pequenas cidades do interior do meu Estado, o Amazonas, sofrem com o crescimento da violência e não dispõem de policiais em número suficientes para conter as ações de bandidos que ali agem.

Como explica o Prefeito de Maués, Sidney Leite, também Presidente da Associação de Municípios do Amazonas, a situação preocupa e já é, infelizmente, fato rotineiro na totalidade das pequenas cidades amazonenses.

Sidney chegou à conclusão de que uma das causas do aumento da violência nos pequenos municípios é a falta de policiais em todos eles. Os efetivos atuais são insuficientes, diz o Prefeito de Maués, com quem concorda o Prefeito de Urucará, a 261 quilômetros de Manaus. Ali, o delegado é um sargento da PM. Por isso, quando ele viaja, a cidade fica sem delegado, entregue à violência.

Os dois prefeitos foram entrevistados essa semana pelo jornal Correio Amazonense e ambos disseram que as delegacias do interior do Amazonas ficaram esvaziadas porque muitos delegados passaram em concursos públicos para outras carreiras, como a magistratura. E, além disso, são numerosas as transferências para a Capital.

Diante do quadro, narrado pelos prefeitos, dirijo apelo ao Governador Eduardo Braga, no sentido de uma ação mais enérgica que possa reduzir a violência no Amazonas.

A propósito, o presidente do Sindicato dos Profissionais da Polícia Civil do AM, Hilton Ferreira, faz apelo semelhante ao Governador, inclusive sugerindo que, nos próximos concursos públicos, as inscrições sejam regionalizadas, a fim de que os aprovados sejam nomeados para as cidades em que se inscreveram.

É o apelo que dirijo ao Governador Eduardo Braga.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

REQUERIMENTO Nº 915, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 915, de 2005, do Senador Alvaro Dias, que requer seja realizada, pelo Tribunal de Contas da União, auditoria no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a fim de investigar os contratos daquele Banco com empresas no exterior.

2

REQUERIMENTO Nº 40, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 40, de 2006, do Senador Eduardo Siqueira Campos, que requer seja realizada, pelo Tribunal de Contas da União, auditoria nos recursos da CIDE aplicados no Estado de Tocantins.

3

REQUERIMENTO Nº 203, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 203, de 2006, do Senador Alvaro Dias, que requer que sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União informações sobre a adoção das providências relativas à operação tapa-buracos promovida pelo Governo Federal, através do DNIT, com relação à execução de obras sem contratos no Estado do Paraná e em Minas Gerais.

4

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros, que requer ao Tribunal de Contas da União que seja realizada auditoria sobre a obra do Fórum da Justiça Federal em Mato Grosso, dirigida pelo Sr. Julier Sebastião da Silva.

5

REQUERIMENTO Nº 211, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 211, de 2006, do Senador Antero Paes de Barros, que requer ao Tribunal de Contas da União que seja realizada auditoria sobre o Fórum da Justiça Federal em Mato Grosso, dirigido pelo Sr. Julier Sebastião da Silva, a respeito de publicação de revista autopromocional relativa à inauguração do Fórum 8 de abril, na cidade de Cuiabá.

6

REQUERIMENTO Nº 213, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 213, de 2006, do Senador Jonas Pinheiro, que requer informações ao Tribunal de Contas da União sobre a adoção das providências relativas à operação tapa-buracos promovida pelo Governo Federal por intermédio do DNIT, com relação a execução de obras no Estado de Mato Grosso.

7

REQUERIMENTO Nº 217, de 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 217, de 2006, da Senadora Serys Stheissenko, que requer informações ao Tribunal de Contas da União referentes à existência de procedimentos de fiscalização, auditorias ou inspeções realizadas em relação aos gastos do Ministério das Relações Exteriores com a manutenção de representações brasileiras no exterior, no período de 1994 a 2002.

Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do

Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide.

Prazo final: 13-4-06

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 270, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Tião Viana.

Prazo final: 14-4-06

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 271, de 2005, que *autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Muni-*

cípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado Oliveira.

Prazo final: 25-4-06

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social - GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial - GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.

Prazo final: 25-4-06

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.

Prazo final: 26-4-06

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que *acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Romero Jucá.
 Prazo final: 28-4-06

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA
 DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA
 À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

*(Incluído em Ordem do Dia
 nos termos do Recurso nº 21, de 2003)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

*(Tramitando nos termos
 dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

da Emigração Ilegal, que altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.

13

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento Beach Park, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 13 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Heloísa Helena, Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, Sras. e Srs. Senadores, ainda ontem manifestei desta tribuna o inconformismo em relação aos índices de crescimento econômico do País, afirmando que há um desperdício de oportunidades preciosas.

É de se lamentar, porque, quando se perdem oportunidades de crescimento econômico, na esteira do bom momento da economia mundial, não há possibilidade de recuperação, o prejuízo é irreversível. E o Governo Lula está submetendo o povo brasileiro a um prejuízo irreversível.

Ninguém se elege para dar prejuízo. O povo elege na esperança de obter lucro econômico e social, ganhar qualidade de vida, encontrar mecanismos para o exercício da cidadania de forma absoluta.

Portanto, há uma frustração, sem dúvida! Daí a razão de ter crescido o movimento oposicionista em

relação ao atual Governo. Todos nos lembramos de que, no início, oposição era exceção à regra. O Governo Lula iniciou-se sob a égide da boa vontade coletiva.

Agora, há decepção sim! E trago hoje mais um depoimento insuspeito, que vem de fora, da revista **The Economist**, que publica semanalmente uma relação dos países considerados emergentes. Na edição desta semana, a revista publica que o Brasil é o último colocado numa relação de 32 países emergentes, com um crescimento anual de 1%, e esta comparação é feita entre o PIB do terceiro trimestre de 2005 com o do mesmo período de 2004. Portanto, um crescimento pífio de 1%. O México apresenta, nesse período, 3,3%, enquanto a China cresceu 9,9%; a Índia, 8%; a Rússia, 7%; e a Argentina, 9,2%.

Todos nos lembramos dos problemas enfrentados pela Rússia na fase de transição entre dois regimes. Todos nos lembramos da situação caótica em que se encontrava a Argentina até a posse do Presidente Kirchner. Devemos estabelecer esses parâmetros para a comparação do desempenho brasileiro no Governo Lula. A comparação que pretendem os petistas elaborar, mistificando portanto, escamoteando a verdade, com números de governos anteriores, é uma comparação que tem esse vício de origem e peca por apanhar uma premissa equivocada para estabelecer a comparação.

Na verdade, o Brasil exibe hoje indicadores econômicos inaceitáveis. Conforme temos destacado, a performance econômica do Brasil, no ano que passou, foi a mais pífia da América Latina, Central e do Caribe, exceção feita ao Haiti, a qual se justifica.

Nesse contexto, é preciso ir além da manutenção pura e simples da estabilidade e do equilíbrio de contas, vetores necessários, mas não únicos, não suficientes para um País com as características do Brasil. E o Governo comemora o desempenho da economia em função desses fatores.

O equilíbrio macroeconômico nas áreas fiscal, monetária e externa por si só não é capaz de assegurar o crescimento da economia. Esse é o grande equívoco do Governo Lula, ao manter um modelo de política-econômica que já havia cumprido a sua missão. Tanto o é que, ao final do Governo Fernando Henrique Cardoso, já se discutia e se defendia, mesmo no PSDB, a necessidade de mudar a política econômica. E o candidato do Partido à Presidência da República à época, José Serra, defendia a mudança para a retomada do desenvolvimento econômico no País.

Diante da teimosia governamental em manter essa política de arrocho fiscal, que busca a manutenção pura e simples da estabilidade e do equilíbrio de contas, sem pensar na distribuição de renda, no

crescimento econômico, na geração de empregos, é evidente que os riscos e a iminência de um apagão logístico em nosso País estão presentes.

O problema maior na infra-estrutura é a queda vertiginosa do investimento público: passou de 4,5% do Produto Interno Bruto, na década de 80, para 0,8% do PIB em 2004. O Governo Lula investiu apenas 0,8% do PIB em 2004, sendo que houve 4,5% de investimento na década de 80. Em 2005, o investimento foi menor, ficou em torno de 0,5% do PIB.

Os alertas não se restringem à fala de um Senador oposicionista. Ainda agora, em um seminário promovido pela Fundação Getúlio Vargas denominado Cenários da Economia Brasileira e Mundial em 2006, podemos citar uma máxima repetida nos debates: a qualidade da alocação dos recursos públicos é desastrosa; o Estado cada vez aplica menos e pior. Portanto, essa é uma conclusão desse seminário da Fundação Getúlio Vargas, instituição da maior respeitabilidade e de conceito intocável no Brasil.

Segundo esses dados insuspeitos da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base*, o investimento total em infra-estrutura em 2005 representou 55% das necessidades. Portanto, o Governo aplicou menos da metade do que deveria. Na distribuição setorial, no ano passado, o setor de energia recebeu apenas 48% do que era necessário; o petróleo e o gás, 76%; transporte e logística, 46%; telecomunicações, 55%; e saneamento básico, 28%.

Quais são os critérios do Governo na definição de prioridades? Saneamento básico não é mais prioridade? A saúde do povo não deveria ser a suprema lei? O Governo investe tão pouco em saneamento urbano que já é conhecida a informação de que, no ano de 2004, ele gastou com esse item menos do que nas prestações da compra do Aerolula – essa comparação é perversa e revela bem com que critério de prioridade Lula governa o País.

Outro dado revela a insuficiência do crescimento econômico comemorado pelo PT. É frustrante verificar o que ocorre com a indústria no meu Estado, o Paraná, que é sempre considerado rico, principalmente no discurso dos que representam o Norte e o Nordeste do País. Dizem que o Paraná é um Estado privilegiado, abastado, que se coloca no Primeiro Mundo, portanto, vamos colocá-lo como exemplo do desastre da administração no País. O crescimento da indústria do Paraná, no ano passado, foi apenas de 0,8%, um desempenho bem abaixo da média do País, cujo crescimento foi de 3,1%. São dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Revolta-nos o fato de que a população do Paraná seja obrigada a ler em *outdoors*, em revistas, em pe-

ças publicitárias de jornais, na televisão, que o Paraná cresce de forma a assombrar o País; que o Paraná gera muito mais emprego, proporcionalmente, do que o Brasil. E agora temos exatamente informações do IBGE – órgão do Governo Federal, oficial e que, portanto, não é manipulado pela Oposição – revelando números que desmentem a propaganda oficial e demonstrando que há mais governos virtuais no Brasil do que propriamente governos que possam administrar com competência a realidade do povo.

Alguns dados mostram que, em dezembro de 2005, na comparação com igual período de 2004, a indústria do Paraná recuou 1,6%. O resultado negativo observado no indicador mensal foi determinado, sobretudo, pelo recuo em 7 dos 14 ramos pesquisados, sendo que os maiores impactos negativos ocorreram com máquinas e equipamentos – menos 22,4% –, em consequência do drama vivido pela agricultura.

E o Paraná tem um agravante, que é a intransigência em relação à exportação pelo Porto de Paranaguá, que ofereceu, em uma única safra, um bilhão de dólares de prejuízos a exportadores de soja do Brasil.

Quanto ao refino de petróleo e à produção de álcool, houve uma queda de 10,9%; e, quanto à madeira, uma queda de 15,8%. A queda, relativamente à madeira, que é um setor exportador, certamente se dá, sobretudo, em função da valorização do real em relação ao dólar, razão direta e consequente da política cambial adotada pelo atual Governo.

Também foi negativo o resultado do último trimestre de 2005: menos 6,3%. Com isso, a indústria paranaense teve o segundo trimestre consecutivo com resultado em queda. No terceiro trimestre, o recuo havia sido de 4,3%. Esse movimento de aceleração no ritmo de queda foi observado em seis das 14 atividades pesquisadas, com destaque para veículos automotores – passou de 13,7% para 5% – e refino de petróleo e produção de álcool – de 4% para menos 6,8%.

Nacionalmente, os indicadores do Paraná, no que se refere à produção industrial no ano passado, são preocupantes. A taxa mais elevada ficou com o Amazonas, que cresceu 12,1%. Em seguida, figuram Minas Gerais, do Governador Aécio Neves, com 6,3%, a Bahia, do Governador Paulo Souto, com 4,1%, São Paulo, do Governador Geraldo Alckmin, e Pará, ambos com 3,8%, e Goiás, do competente Governador Marconi Perillo, com 3,2%. Esses Estados completam o conjunto de locais que cresceram acima da média nacional, que foi de 3,1%.

Quero apenas registrar a coincidência de todos os Estados de maior crescimento serem governados pelo PSDB. Apenas estou registrando a coincidência: São Paulo, Minas Gerais, Pará e Goiás. Temos que

cumprimentar esses Governadores, que, certamente, são responsáveis pelas políticas públicas que adotam, por manterem índices de crescimento superiores ao da média brasileira. Ou seja, apesar das políticas contraditórias do Governo Federal, que inibem o processo de crescimento econômico, há Governadores que, com criatividade, competência e muita eficiência, superam os obstáculos colocados à frente de seus Estados pela política do Governo Federal e conseguem produzir resultados significativos.

Além dos Estados governados pelo PSDB, todos eles, há ainda o Estado da Bahia, governado pelo ex-Senador Paulo Souto, e o Estado do Amazonas. Os demais Estados de crescimento acima da média nacional são governados pelo PSDB.

Pernambuco cresceu 3%, a região Nordeste, 2,4%, o Rio de Janeiro, 2%, o Espírito Santo, 1,4%, e, lamentavelmente, o Paraná, 0,8%. Lamento profundamente, em nome da população do Paraná.

O Estado do Paraná tem um povo criativo, disciplinado e trabalhador. Já ouvi de técnicos do BNDES, por exemplo, Senador Marco Maciel, que os empresários da indústria de Santa Catarina e do Paraná são extremamente competentes e se constituem em exemplo para o País. Mas quando o Governo se coloca na contramão da inteligência, do bom senso e da competência, os empresários sofrem as consequências. E é o que ocorre com o Paraná neste momento. Um crescimento pífio.

Vejam que o Brasil cresce pouco, só cresce mais do que o Haiti, o que é uma vergonha. Cresce menos do que Cuba, do que a Nicarágua e do que todos os países da América Latina, da América Central e do Caribe, com exceção do Haiti. E o Paraná cresce menos da metade da média de crescimento nacional.

Qual é a justificativa? Eu gostaria de ouvir as justificativas. Já estamos cansados da propaganda falsa, mentirosa, desabrida, com gasto de milhões de reais dos cofres públicos, para iludir a opinião pública. Queremos respostas a essas questões. Quando me refiro a nós, estou me referindo à população: à população do Paraná, à população de alguns outros Estados e, principalmente, à população de todo o Brasil.

Repto que há Estados que se superam, em função, certamente – não pode ser coincidência –, da competência dos seus governantes. Mais uma vez, destaco e parabenizo os Governadores e os Governos de São Paulo, de Minas Gerais, de Goiás, do Pará, do Amazonas e da Bahia.

Com satisfação, concedo ao Senador Marco Maciel o aparte que solicita.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Alvaro Dias, gostaria de observar, concordando com V.

Ex^a, que realmente o Brasil tem tido um crescimento muito aquém das suas possibilidades e muito abaixo também do crescimento de todo o seu entorno. Com propriedade, V. Ex^a lembrou que, na região – vendo não apenas o espaço sul-americano, mas todo o espaço da América do Norte, da América Central, do Caribe e também América do Sul –, o Brasil somente cresceu mais que o Haiti. Se formos comparar o Brasil com os nossos vizinhos, vamos verificar que a Argentina apresentou o crescimento exuberante de 9% no ano passado, em 2005. As previsões de especialistas indicam que esse crescimento deve se repetir no ano de 2006. Então, V. Ex^a tem razão em salientar esses fatos e mostrar como o Brasil precisa ser redirecionando nos seus objetivos, nas suas metas. Como este ano é eleitoral, a sociedade deve começar a fazer uma reflexão sobre a importância do voto. Hoje, com a urna eletrônica, vota-se em menos de trinta segundos. Mas os efeitos do voto se prolongam por quatro anos. Daí por que é sempre bom fazer uma pedagogia cívica, lembrando ao eleitor a necessidade de refletir muito, a partir de agora, sobre o desempenho de seus governantes, sobre as opções que estão sendo apresentadas, para que possamos fazer uma escolha compatível com os desejos da Nação e as aspirações do seu povo. Portanto, cumprimento V. Ex^a pelo discurso que faz no dia de hoje e quero aproveitar a ocasião para mencionar que Pernambuco é um Estado, além dos que V. Ex^a mencionou, que também está com um bom desempenho, graças à operosa e proba administração do Governador Jarbas Vasconcelos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente, com um crescimento de 3%, acima da média da região.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Exatamente. Isso é tanto mais significativo quando consideramos que Pernambuco é um Estado que tem mais de 70% do seu território no semi-árido e que tem convivido, infelizmente – esse é um fenômeno recorrente na região –, com o fenômeno da seca, que se prenuncia grave também neste ano.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Veja que, apesar disso, Pernambuco cresceu três vezes mais que o Paraná.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – V. Ex^a tem razão. Por isso, gostaria de dizer-lhe que precisamos, cada vez mais, inclusive no momento em que vamos realizar eleições gerais, que vão da Presidência da República às Assembléias Legislativas, ter consciência do significado do voto, sobretudo da necessidade de olharmos bem o panorama brasileiro e ver, que por meio do voto, pela revolução silenciosa do voto, como podemos mudar os rumos do País.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. O aparte de V. Ex^a me conforta, porque eu tenho um sentimento de justiça que procuro preservar e às vezes eu fico preocupado: será que a minha indignação não está extrapolando os limites do bom senso e eu não estou exagerando? Então, o aparte de V. Ex^a me traz essa tranquilidade. É um aval insubstituível, porque o Brasil todo conhece o perfil de V. Ex^a, um homem cordial, nada afeito a bravatas, a exageros, e que ofereceu um exemplo de comportamento ético na Vice-Presidência da República. Um vice-presidente que qualquer presidente sonharia ter, pelo comportamento de respeito, sobretudo colocando-se sempre no seu lugar, com muita parcimônia, inteligência, dedicação e espírito público.

Então, é com prazer que acolho o aparte de V. Ex^a, um dos homens públicos mais admiráveis deste País – eu digo isso com a maior sinceridade porque é assim que o vejo –, merecedor do respeito não só de todos os congressistas mas daqueles que o conhecem mais de perto, como nós temos o prazer de conhecê-lo.

Portanto, o aparte de V. Ex^a valoriza a tese que tenho defendido nos últimos meses, que contrasta exatamente com o discurso oficial. Não podemos nos conformar com esse crescimento. Nossa País é maior do que isso. As potencialidades deste País são superiores, são incomparáveis em relação a determinados países que estão crescendo mais do que nós. E o conformismo não contribui.

V. Ex^a alerta para a importância do período eleitoral. Esta tem que ser uma eleição da razão e não da emoção. Temos que, com a maior responsabilidade, nós os brasileiros – não estou dizendo apenas nós os políticos –, os brasileiros de forma geral, temos que agir com a maior responsabilidade na análise das propostas, na avaliação do comportamento daqueles que postularão o voto. Estamos vivendo esta crise, uma crise de identidade do Estado brasileiro. E é exatamente a partir dos momentos de crise que podemos buscar os caminhos para a reconstrução nacional. É exatamente junto aos escombros provocados pelos desacertos, pelos descaminhos e pelos escândalos de corrupção que poderemos ver emergir grandes lideranças capazes de, unindo-se, transformar o Brasil num país do futuro, que todos almejamos.

O Brasil, como bem classifica o tributarista Ives Gandra Martins, só cresce por força do “efeito maré” da economia internacional, mas é o mais pesado de todos os barcos, por isso anda a reboque das demais economias. Também é uma apreciação insuspeita que me tranquiliza. Essa é a apreciação desse notável tributarista que é Ives Gandra Martins.

Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, tenho a incumbência, pela Liderança do PSDB, de fazer uso da palavra no horário do Partido, mas aproveito esta oportunidade para solicitar o registro nos **Anais** da Casa de uma matéria publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, que diz: “Telemar patrocina empresa de filho de Lula. Sócia da Gamecop, empresa de telefonia gasta ao ano R\$5 mi em patrocínio, valor igual ao aporte de capital que fez em 2005”. O povo brasileiro não se beneficia do crescimento econômico. As políticas públicas adotadas pelo Governo, como acabamos de discutir, não trazem a melhoria da qualidade de vida da nossa gente, mas o Governo do nepotismo traz benefícios à própria família. Esse é o registro que o PSDB, por meio de sua Liderança, quer fazer nos **Anais** da Casa.

O Presidente afirma reiteradamente que errar é humano. É difícil aceitar passivamente essa complacência, essa condescendência com o erro, sobretudo quando o erro se trata de roubo, quando se trata de tráfico de influência, quando se trata de favorecimento ilícito. Fica difícil aceitar que o Presidente só tenha esse discurso, peça desculpas e toque em frente, como se pedir desculpas significasse sentença de absolvição judicial a quem usa e abusa do direito de assaltar os cofres públicos no País.

Estamos apenas solicitando o registro nos **Anais** de mais esse documento que traz a conhecimento da opinião pública o competente jornal **Folha de S. Paulo**.

Muito obrigado, Sr^a Presidente. Evidentemente, não desejamos que a discussão seja exacerbada neste ano eleitoral. Desejamos que a discussão seja racional e que, para a população brasileira, possa significar a esperança de que este País é viável e de que Governo sério ainda é possível.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Telemar patrocina empresa de filho de Lula”, matéria do jornal **Folha de S. Paulo**, de 17/02/2006.

**TELEMAR PATROCINA
EMPRESA DE FILHO DE LULA
Fernando Rodrigues
Da Sucursal de Brasília**

Além de ter feito um aporte de capital de R\$5 milhões na empresa de Fábio Luis Lula da Silva, filho do

Presidente da República, a Telemar, maior operadora de telefonia fixa brasileira, também gasta anualmente outros R\$5 milhões com patrocínio e produção nos programas de TV da Gamecorp. O dinheiro é usado para comprar espaço nas emissoras e colocar a atração no ar.

O número exato do investimento de publicidade é de R\$ 4.989 milhões. São R\$415,75 mil mensais. Os valores são oficiais e fornecidos pela Telemar. O dinheiro é dividido entre programas transmitidos pela TV Bandeirantes e Mix TV -essa última uma emissora apenas captada em UHF (forma de transmissão de baixo alcance) ou em algumas operadoras de TV a cabo.

Bom retorno

A Telemar argumenta que se trata de um investimento estratégico e com bom retorno. Visa atingir um público específico. São, ao todo, quatro programas de 30 minutos e um de três minutos. O que tem maior audiência pontuou 0,92 ponto no Ibope nacional (505.440 de pessoas sintonizadas) e 1,12 ponto na Grande São Paulo (197.960 pessoas). Os números são de janeiro.

A empresa de Telefonia não está sozinha no patrocínio da Gamecorp. Outras empresas de porte já fizeram propaganda nos programas de TV sobre *videogames* produzidos pela empresa do filho de Luiz Inácio Lula da Silva. Entre os que já anunciaram estão Gradiente e Sadia.

A Gradiente é do empresário Eugênio Staub, um dos primeiros homens de negócios de porte que manifestou apoio a Lula em 2002. A Sadia é a empresa onde fez carreira o ministro Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

A Gamecorp passou a ter grande prosperidade depois que Lula chegou ao Palácio do Planalto. A entrada da Telemar se deu no final de 2004, tendo sido oficializado no início de 2005. O capital social da empresa está registrado com um valor de R\$5,2 milhões. Desse total, R\$5 milhões saíram da Telemar.

A entrada da Telemar na Gamecorp serviu para que a empresa deslanchasse.

Antes, o filho de Lula já fazia um programa de TV modesto que era transmitido num horário comprado na TV Bandeirantes. Depois, expandiu sua programação para a Mix TV, -do empresário João Carlos Di Genio, dono de uma rede de escolas e faculdades.

A Gamecorp é especializada no mundo dos videogames. Seus programas de TV são para esse público. Na Bandeirantes, há o G4 Brasil (30 minutos de duração, aos sábados, a partir das 22h30). É o principal produto.

Além desse há o G4 Drops (três minutos diários, de segunda-feira a sexta-feira, depois da meia-noite e meia). Os horários são comprados e a emissora não tem responsabilidade pelo conteúdo.

Audiência

O G4 Brasil teve uma audiência média registrada pelo Ibope em janeiro de 0,92 ponto em todo o país enquanto esteve no ar. No mesmo horário, a MTV (emissora especializada em música e focada no público jovem) teve 0,18 ponto de audiência média.

A Mix TV tem dois programas e uma reprise: o Play Hit (30 minutos diários, às 18h30) e Game Zone (30 minutos diários, às 18h). Em seguida, esse mesmo Game Zone é reprisado com o nome de Game Zone 2 às 19h30.

Os comerciais veiculados pela Telemar são todos de uma empresa do grupo, a operadora de celulares Oi (cerca de 10 milhões de usuários no final do ano passado). O objetivo é incentivar os usuários de celulares a fazerem *download* de itens relacionados a games, como clipes, protetores de tela e *ringtones* (sons de campainha). Cada vez que um usuário busca esses produtos, a Oi aufera alguma receita.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 8 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PÚBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, pelo profundo respeito que devoto a Dom Geraldo Majella, Presidente da CNBB, venho à tribuna com um discurso escrito, denominado “O Decálogo de Dom Geraldo”.

A competente jornalista Dora Kramer fez o alerta: “Em seguida à Igreja, virão outros aliados tradicionais do PT no mesmo diapasão de cobrança de resultados. Trata-se de uma ilusão vã o Governo imaginar que poderá tratar a tudo e a todos o tempo inteiro na base da propaganda e do palavrório inconseqüente”.

Referia-se à manifestação da CNBB no lançamento da Campanha da Fraternidade de 2006, quando o Brasil foi considerado um “paraíso financeiro”. A Igreja, com a sua sabedoria milenar, ao assumir de frente uma angústia que invade o cotidiano da família brasileira, cumpre nesse mundo temporal, pelas suas autorizadas vozes a condenação de um modelo de poder que exclui o direito divino de viver com dignidade.

Apóstolo da fé e da verdade cristã, o Arcebispo Primaz do Brasil, D. Geraldo Majella Agnello, igualmente Presidente da CNBB, ecoou o grito de angústia num verdadeiro decálogo em nome da sociedade brasileira.

É um testemunho de grande valor histórico e que não pode ficar adstrito a uma instantaneidade do registro em páginas de jornais. Não se trata de uma manifestação política ou eleitoral. É o cristalino espírito de fraternidade e humanismo militante de um servidor da fé.

Conheço D. Geraldo Majella há décadas. Primeiro, na titularidade do bispado de Toledo, no Oeste do Paraná. Depois, ao assumir em Londrina o seu Arcebispado. Governador do Estado, pude testemunhar a sua inquestionável e férrea vocação de servir ao próximo, sempre buscando a construção de uma sociedade generosa e justa. Nunca se omitiu quando se fazia importante a sua mediação para superar conflitos.

Autêntico diplomata da fé, logo é convocado pelo Papa João Paulo II, para assumir em Roma, a Congregação da Liturgia da Fé, a quem dentre outras responsabilidades, administrava a vocação sacerdotal e as fundamentações teológicas dos sacerdotes em todo o mundo onde se faz presente a Igreja Católica. Em função de despachos semanais com o Papa João Paulo II, torna-se um grande conselheiro daquele Pontífice.

No Vaticano, pela sua autoridade, carisma e grande sabedoria, teve o seu nome apontado por vários órgãos da imprensa internacional na lista dos prováveis sucessores do Papa. A sua volta ao Brasil vem com a elevação à condição de Cardeal, passando a integrar o colégio supremo da Igreja.

Nomeado Arcebispo Primaz do Brasil, D. Geraldo Majella Agnello assume em Salvador a histórica primeira diocese da Igreja criada nos primórdios do Brasil-Colônia. Na Bahia, a sua atuação de guardião dos fundamentos da fé vem sendo notável. Terra de todos os santos, onde o sincretismo religioso é uma referência importante na convivência humana, consolidou uma relação harmoniosa de respeito com diferentes crenças.

Respeitado e admirado pelo povo baiano, D. Geraldo é presença e voz acatada na permanente pregação dos valores humanos, onde a justiça social é uma essência da fé.

Presidente da CNBB, interpreta com firmeza as resoluções emanadas dos encontros de Itaici que conjuga o dever supremo do cristão: a fé no mundo extratemporal, não exclui a luta por dignidade e justiça no mundo temporal. Ainda agora, proferiu o grito que está preso na garganta daqueles que sempre têm a sua voz abafada.

A Igreja tem nos 10 Mandamentos bíblicos um dos seus fundamentos. Ao retratar a atual realidade brasileira e o desempenho do Governo Lula, D. Geraldo Majella proferiu conceitos realistas que poderiam ser classificados como decálogo da incompetência. Eis o

“Decálogo de D. Geraldo” sobre o Governo Federal, ao lançar a Campanha da Fraternidade na Bahia:

1 – “Esse Governo gosta de fazer comparações com outras administrações. Mas não existe na história um Governo tão submisso às condições impostas pelos credores do que esse Governo”.

2 – “Eu ainda não vi um banco quebrar no Governo Lula. Pelo contrário, os banqueiros estão lucrando cada vez mais. Nenhum banco foi à falência”.

3 – “Os indicadores nacionais ou internacionais mostram que um terço da população brasileira vive abaixo da linha de pobreza. É isso que nos preocupa. Aí eu pergunto: Tem trabalho? Tem educação?”

4 – “Nós estamos dizendo sempre: escuta, é urgente, tem miséria, tem fome, tem desemprego no Brasil”.

5 – “É preciso mudar a política econômica para privilegiar os mais pobres, os mais necessitados, os mais sofredores”.

6 – “O Bolsa-Família é assistencialismo, não é promoção humana. Em alguns casos, o programa estimula as pessoas a não farem nada em troca de R\$60, R\$90 por mês. O que a CNBB quer é trabalho e educação para todos”.

7 – “O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tem a visão do povo. O povo quer trabalho, o povo quer educação, e não campanhas carnavalescas”.

8 – “Já está provado que a corrupção existe. Agora, protelar prazos para não punir os culpados é inaceitável. A gente vê que os acusados conseguem muitos **habeas-corpus**, outros não vão aos depoimentos. Isto não dá para aceitar”.

9 – “Queremos que os governantes se preocupem e não queiram a desgraça de ninguém, pois as pessoas têm direito a uma vida digna e justa, que cada um participe, não seja um participante, não seja um parasita e receba dinheiro para não fazer nada”.

10 – “Queremos contribuir para melhorar o Brasil e vamos seguir com o nosso objetivo. Vamos distribuir um livro que vai ajudar na formação dos eleitores, com as nossas recomendações para todas as comunidades”.

Sr. Presidente, é um decálogo destinado a profundas reflexões, não apenas no mundo cristão, mas em parcelas expressivas dos homens, mulheres e jo-

vens de boa vontade, sobretudo. A palavra de D. Geraldo Majella, ao condenar a perenização da miséria, expressa enorme esperança e fé na capacidade do povo brasileiro em reagir contra os fariseus que prometeram mudanças e um mundo melhor. Infelizmente, não era verdade. *

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR.
SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO
DIA 10 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRA-
DO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA
SE PÚBLICA.**

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Mão Santa, Srª Senadora Lúcia Vânia, Srs. Senadores, o Ministério da Justiça publicou estatística sobre o crescimento da violência no País. Cresceu vertiginosamente a criminalidade, sobretudo no Estado do Paraná e isso nos surpreende.

Portanto, a análise que faço da tribuna sobre a questão de segurança pública é nacional, mas com um enfoque especial no meu Estado, o Paraná, que deveria ser referência nessa matéria, em razão das suas peculiaridades. Lamentavelmente, pelo que os números oficiais apontam, essa referência é negativa.

O Ministério da Justiça, por intermédio de seu Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, faz um mapeamento nacional do registro de ocorrências dos crimes mais graves.

Essa pesquisa é feita nacionalmente entre as Unidades da Federação e, especialmente, nas capitais brasileiras. Os dados que apresento são dos últimos anos.

Os números demonstram um aumento brutal da criminalidade na capital do Paraná, especialmente no ano de 2003.

Como amostragem, vale transcrever os dados principais da pesquisa realizada pelo Ministério da Justiça, os quais demonstram o crescimento assustador da violência no meu Estado.

Roubo. Em Curitiba, a taxa de ocorrências relativas a crimes de roubo aumentou 45,7% no período pesquisado, enquanto a média brasileira ficou num aumento de 28%. Portanto, o aumento das ocorrências relativas a crimes de roubo, no Paraná, foi exatamente o dobro do que ocorreu no País. O principal aumento, segundo o Ministério da Justiça, ocorreu exatamente no ano de 2003.

Não há dúvida de que o principal foco de criminalidade seja na capital do Estado, considerando que no ano de 2003 Curitiba registrou um total de 49% de

todas as ocorrências de roubo no Estado do Paraná. Portanto, metade das ocorrências registrou-se exatamente na capital do Estado.

Homicídio doloso. Os dados concernentes ao número de homicídios praticados em Curitiba nesses anos são assustadores.

Enquanto a taxa de homicídios em Curitiba aumentou 13%, em outras cidades consideradas violentas esse número vem decrescendo.

Em São Paulo, que é uma capital gigantesca, a maior cidade do País, tida como violenta, houve um declínio de 18,9%. Enquanto Curitiba teve um acréscimo de 3% nesse item, São Paulo teve um decréscimo de 18,9%. No Rio de Janeiro, o crescimento foi de 3,5% apenas; em Porto Alegre, o crescimento foi de 1,2%.

Estupro. É estarrecedor, mas a constatação é de que o combate efetivo e qualificado aos crimes hediondos também não está sendo empreendido. Entre eles, um delito que teve um aumento gigantesco foi o estupro. Nos últimos anos, a taxa de ocorrência desse gravíssimo crime aumentou 44,1% em Curitiba, segundo o Ministério da Justiça. Em São Paulo, essa taxa caiu 1,7% e, no Rio de Janeiro, o decréscimo foi de 20,7%. Enquanto na maioria dos Estados brasileiros o número de estupros vem caindo, no Paraná, na contramão da tendência nacional, esses registros aumentam perigosamente.

É com pesar que trago à tribuna do Senado Federal dados oficiais que demonstram o flagelo e o descalabro da política de segurança pública no Estado do Paraná.

O crime organizado também vem sendo pouco combatido no Estado. A taxa de ocorrência do gravíssimo delito de extorsão mediante seqüestro aumentou significativamente em Curitiba: 26,3%. Enquanto em São Paulo houve um decréscimo de 10,4%, em Curitiba houve um acréscimo de 26,3% nesse gravíssimo delito, de extorsão mediante seqüestro.

Sr. Presidente, os números e estatísticas falam por si. São inquestionáveis e revelam a inoperância aguda tanto do Governo Estadual quanto do Governo Federal na esfera da segurança pública.

Há um crescimento expressivo da criminalidade no Paraná, sobretudo nas modalidades mais graves de delitos, como homicídio, roubo, estupro e extorsão mediante seqüestro.

Eu gostaria de ressaltar, mais uma vez, que essas são as infrações que caracterizam o núcleo da chamada “criminalidade violenta”, que aflora notadamente quando o Estado é omisso e os órgãos de segurança não atuam de forma eficaz a fim de prevenir esse tipo de ação deletéria.

Certamente, os brasileiros haverão de perguntar: o que está acontecendo com o Paraná? Há poucos dias, o Brasil soube que o Paraná é um dos Estados que menos crescem economicamente na atual fase. No ano passado, o Paraná cresceu apenas, Senador Mão Santa, 0,8%.

Estamos verificando que o mundo cresce. Há um bom momento na economia mundial. O Brasil cresce menos do que o mundo. O Brasil cresce menos do que Cuba, Nicarágua, Bolívia, Peru e Paraguai. O Brasil cresce menos do que todos os países da América Latina, da América do Norte e do Caribe, com exceção do Haiti, cujo Presidente eleito nos visitou na manhã de hoje. Todos sabemos que o Haiti é vítima do descalabro administrativo, da violência, da pobreza e, portanto, não pode ser parâmetro para comparação com um País de potencialidades extraordinárias como o Brasil. Estamos desperdiçando oportunidades preciosas de crescimento, de geração de emprego, de renda, de desenvolvimento econômico e social, em razão de uma política econômica desfocada da realidade, mantida e sustentada pelo Presidente Lula.

Se o Brasil cresce de forma medíocre, economicamente, o Paraná cresce muito menos do que o Brasil. O Paraná cresceu menos da metade do que cresceu o Brasil no ano passado e não é com satisfação que faço essa afirmação da tribuna do Senado Federal, porque o Paraná teve momentos gloriosos de crescimento econômico. Houve um momento, e eu tinha a felicidade de ser Governador à época – em que o Estado do Paraná crescia além do crescimento nacional, a ponto de se aproximar dos índices apresentados pelo Rio Grande do Sul, que sempre esteve à frente do nosso Estado, economicamente, na proporção de um terço. E se o Estado continuasse a crescer no ritmo em que crescia àquela época teria em poucos anos superado o crescimento econômico do Rio Grande do Sul.

Portanto, estou na tribuna não comemorando esses números, mas lamentando-os e pedindo uma reflexão às autoridades responsáveis do meu Estado do Paraná sobre as causas deste estágio infeliz em que vive o Paraná: o da administração caótica que expulsa empresas, que desestimula investimentos e que promove o prejuízo. A irresponsabilidade que leva um Estado competente, na agricultura, a assistir à incompetência do Governo, que permite que a febre aftosa chegue às fazendas do Paraná, provocando o desestímulo.

Enfim, não se trata aqui de estabelecer, da tribuna do Senado Federal, um confronto com a gestão estadual. Não se trata de produzir aqui um discurso provinciano. Nós estamos falando de Brasil, dos brasileiros. Nós estamos focalizando uma crise nacional com enfoque especial num Estado que deveria ser parâmetro positivo para comparações de natureza positiva, e não como ocorre hoje, um Estado que tem de ser visto para o estabelecimento de parâmetros negativos de comparação.

Há poucos dias, estabelecemos esse comparativo no plano da economia, especialmente do crescimento industrial do Brasil e do Paraná. E, hoje, trouxemos o comparativo relativamente ao crescimento da criminalidade no País, especialmente no Estado do Paraná.

É preciso refletir sobre essa realidade, sobre o que está acontecendo com o Paraná, que modelo de gestão o Estado está vivendo para produzir resultados inesperados, surpreendentes e caóticos. Esperamos que da reflexão que se venha a fazer sobre o que vem ocorrendo se possa aprender, para que o Estado obtenha frutos relativamente a essa fase ruim, para que ele possa plantar e colher resultados muito mais expressivos.

A população do Paraná é disciplinada, ordeira, trabalhadora, produtiva e competente e merece governos que alavanquem o crescimento paranaense.

Esse é o nosso desejo, Sr. Presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO DIA 8 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PÚBLICA.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Luiz Pontes, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna para me referir à homenagem prestada, na última segunda-feira, dia 6, ao Governador Mário Covas, pelo quinto ano de seu falecimento.

Mário Covas, esse brasileiro que honra a todos nós, políticos, como Parlamentar que foi, como executivo que foi, deixou um exemplo que deve ser seguido por todos os políticos brasileiros.

E presto esta homenagem, Sr. Presidente, fazendo a leitura do discurso do Governador Almir Gabriel, seu companheiro na Constituinte e seu companheiro de chapa, quando Mário Covas disputou a Presidência

da República, em 1989, e teve Almir Gabriel como vice. Presto esta homenagem não apenas como tucano, do PSDB, mas como brasileiro, a esse memorável homem que foi Mário Covas.

Disse o Governador Almir Gabriel: "Estou eu aqui, como homem do Norte, para traduzir, em alta voz, parte de minhas reflexões feitas à beira de um rio amazônico, em noite de luar que clareava o horizonte, mas não revelava tudo o que se abrigava na mata".

Lembrei-me de Mário Covas: coragem, verdade, exemplo. Idealizei como estaria o Brasil hoje, com ele na presidência. Antes de completar a idealização, entrou, chocante, pelos meus olhos o filme da cena brasileira de ontem, quando a elite dos barões tentou inventar um capitalismo sem consumidores internos e a incipiente democracia foi violentada, repetidas vezes, pelo autoritarismo.

É certo que crescemos, mas o número de desiguais aumentou. Vivemos sob a ditadura das médias e da mídia. Fugimos dos extremos e da realidade. A palavra "sonho" passou a significar fantasia, e a mentira virou verdade estatisticamente "provada". O partido que se autoproclamava dos trabalhadores virou "taboca", que na gíria significa logro, enganação.

Qualquer pessoa séria, neste País, pode fazer uma lista de mil e uma bravatas, bazófias, mentiras. Alguns exemplos:

Qual o socialismo democrático? O da cooptação de partidos, sindicatos, movimentos sociais.

Onde está a utopia da sociedade igualitária? Nos lucros estratosféricos dos banqueiros.

E a ética? No dogma de que os fins justificam os meios e no aparelhamento do Estado.

E a moral? Na escandalosa e inimaginável corrupção sistêmica.

E a Federação? Na concentração do bolo tributário, na intervenção verde sobre o Pará, no não-ressarcimento das perdas do ICMS de produtos exportados.

Onde está o espetáculo do crescimento? Nos números pífios do PIB e sem os dez milhões de novos empregos.

Os equívocos registrados na história e as mentiras do presente não me afogam.

Esculpir o Brasil como grande nação é uma tarefa desafiadora e encantadora. Basta ver o amanhecer como Mário via: com coragem, com verdade e com união, capazes de colocar a inteligência e os compromissos acima das vaidades. Compreender a imperiosa necessidade de fortalecer a unidade nacional, acele-

rando o desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Promover ambicioso programa social que reduza as desigualdades entre classes. Estabilizar a economia, diminuindo os juros, alongando o perfil da dívida interna e investindo pesadamente na infra-estrutura social e econômica. Crescer ambientalmente equilibrado, culturalmente criativo e politicamente livre, espandindo o populismo que subjuga e a mentira que entorpece.

Cara dona Lila, Renata, Zuzinha, o Mário Covas, paixão, honestidade e exemplo está e estará sempre no sangue e na vida de vocês. O destino concedeu-lhes a bênção de privar do seu amor. Mas deu também aos brasileiros a honra de compartilhar sua história.

Junto com Franco Montoro, Sérgio Motta, José Richa, Mário Covas não é simplesmente memória e exemplo. É a luz que nos guia no amor à humanidade e à Pátria. É a valentia que nos conduz à luta e nos dará a vitória ao lado das mulheres, dos jovens, dos homens, dos pouco informados, dos militantes, dos simpatizantes.

Ao lado dos partidos e políticos sérios deste País, vamos arriar a bandeira encarnada desbotada pela mentira, manchada pela corrupção escondida, como assombração, na escuridão da mata burocrática do Estado.

Juntos, vamos levantar a bandeira amarela, azul e verde da vitória da honra, da decência e da competência.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, gostaria de dar um testemunho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Governei o Piauí quando ele governou São Paulo, quero dar um testemunho interessante. São 27 Estados. Tínhamos uma reunião de governadores com Mário Covas. Depois que ele morreu, nunca mais houve uma reunião de governadores. Reconhecíamos nele um líder, a firmeza, maior até que o Presidente da República que era o seu aliado. Morreu Mário Covas e nunca mais, no período em que governamos, houve uma reunião entre governadores. Ele era o ícone, o porto seguro. Confidenciávamos a ele, acreditávamos nele. Sem dúvida alguma, o nosso Alckmin herdou a maior história política de probidade deste País.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Completando o discurso do Governador Almir Gabriel, ele disse:

juntos vamos fazer amanhecer um novo Brasil, o Brasil da verdade, o Brasil do povo, o Brasil do Mário.

Já concedo o aparte ao nobre Senador Motta e ao Senador Pavan.

Com certeza absoluta, aqueles que aqui puderam compartilhar de Mário Covas, como o Senador Pedro Simon, têm a lembrança desse homem brilhante, desse brasileiro que tanto fez pelo nosso País e pelo os mais necessitados.

Concedo um aparte ao Senador Motta, ao Senador Pavan e ao Senador Pedro Simon.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Flexa Ribeiro, nada mais justo, nada mais perfeito que, no Dia Internacional das Mulheres, V. Ex^a se lembrasse também daquele que tanto respeitou as mulheres brasileiras. Podemos afirmar que, como político, ninguém mais sério, ninguém mais honesto, ninguém mais trabalhador, ninguém mais amigo do que ele. Deixou sua viúva pobre, ele que foi campeão com 9 milhões de votos para Senador da República; ele que foi governador de São Paulo por duas vezes; ele que realizou uma obra impecável: o homem que, talvez, tenha construído mais leitos de hospitais neste País. Esse Mário Covas, é bom que lembremos neste momento, perdeu a eleição de Presidente da República para Collor de Mello – um candidato que veio com a bravata de dizer que ia combater marajás e se transformou no principal marajá do Brasil. E o povo brasileiro, infelizmente, cometeu o erro de eleger Collor em vez de eleger Mário Covas. Que nos sirva de exemplo para que, ao escolhermos um Presidente da República, escolhamos alguém que não seja populista, que não viva de pregar mentiras, de enganar a população, alguém que apenas saiba discursar, mas não saiba materializar o discurso, aquele que promete, mas não tem personalidade nem capacidade administrativa para tornar realidade seu discurso. Nesta noite, Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a está de parabéns, pois está homenageando um dos nossos maiores e melhores homens públicos. E vou repetir: que o povo brasileiro saiba, daqui para frente, escolher candidatos que tenham compromisso com o progresso, que sejam simples, que tenham experiência administrativa e possam construir um País como o brasileiro merece. Não podemos ficar a reboque de qualquer paisinho. Nós somos um dos mais ricos, um dos mais importantes, nos falta apenas gerenciamento. Se Deus quiser, a partir do próximo ano, nós teremos neste País um Governo que saiba realmente gerenciá-lo. Muito obrigado, Senador.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concedo um aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Flexa Ribeiro, cumprimento V. Ex^a por praticamente re-prise o discurso do grande ex-Governador do Estado do Pará Almir Gabriel. V. Ex^a o faz com desenvoltura e acrescenta alguns pontos que enriquecem ainda mais as palavras já ditas por inúmeras autoridades brasileiras em homenagem ao grande homem que foi Covas. Em Balneário Camboriú, homenageei Mário Covas com uma praça. Em nossa cidade, construímos uma rodovia ligando o centro da cidade às praias isoladas. Lá, homenageamos Mário Covas com um busto numa bonita praça inaugurada por Tasso Jereissati. O que diriam os fanáticos do PT e do Lula, pois, há poucos meses, Lula dizia que estávamos vivendo o espetáculo do crescimento e, agora, ele disse que o Brasil não tem pressa para crescer. Como? Em uma hora, o Presidente fala que haverá o espetáculo do crescimento e, logo depois, diz que o Brasil não tem pressa para crescer. O Presidente não sabe o que diz, não sabe o que quer e não sabe governar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ouço o aparte do Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a a oportunidade que me dá de fazer uma referência ao Governador Mário Covas nesse quinto ano da morte dele. Quem conviveu com Mário Covas durante toda a sua vida política, quem levou para o Rio Grande do Sul o jovem Mário Covas, engenheiro, líder da bancada do MDB, sabe que ele era um sonhador, um homem de perspectivas extraordinárias, que, cassado, suportou com categoria essa provação, foi refazer a vida e voltou. Mário Covas era um padrão de dignidade, de seriedade, de compromisso com a vida pública. Não conheço outro como ele. Endeuso o Dr. Ulysses, Tancredo, Teotônio, tantos quantos existiram, mas Mário Covas, para mim, era um homem perfeito. Durão? Durão. Era difícil de tirar as idéias da cabeça dele? Era difícil. Às vezes, as idéias dele salvaram. Quando o PSDB já estava todo fechadinho, costuradinho com o Collor de Mello, Fernando Henrique, Ministro das Relações Exteriores, e Serra, Ministro do Planejamento, e o próprio Governador Tasso Jereissati, presidente do Partido, favorável a um acordo, Mário Covas foi lá e explicou: "Mas como? Um Partido como o PSDB, que foi feito no sentido de purificação da vida pública,

no sentido de moralização da vida pública, e vamos apoiar isso em troca de cargo?" Ele fez um daqueles discursos épicos dele. Quando ele terminou, o Tasso Jereissati, Presidente do Partido, disse o seguinte: "Eu sou Presidente do Partido. Terminou em empate, e eu tenho de dar o voto de Minerva. Todo mundo aqui sabe que sou a favor do acordo com Collor, mas, depois do discurso do Covas e de o Partido ter rachado ao meio, é preferível um Partido rachado ao meio na Oposição do que no Governo." Foi a competência do Tasso Jereissati, atendendo ao discurso do Covas, que salvou o PSDB. E o PSDB foi para a Presidência da República. Na doença do Covas, a forma com que suportou o câncer, a grandeza, a dignidade, o espírito público... Ele trabalhou até o último dia. É muito difícil alguém ter a grandeza que o cercava. Aliás, eu digo, com toda a justiça: eu admiro o Governador Alckmin. O Governador Alckmin foi vice-Governador. O Covas não quis deixar o Governo. Ele disse: "Se eu saio do Governo, é para morrer. Não tenho outra coisa para fazer". O Covas ficou no Governo, e Geraldo Alckmin governou. Não conheci criatura mais digna e correta do que Mário Covas. Concordo com Fernando Henrique, o que é muito raro: Mário Covas, hoje, seria o candidato à Presidência da República com vitória garantida. Como eu concordo também que Deus não é muito brasileiro como se diz. Se fosse, naquela primeira eleição, o Presidente da República não teria sido Fernando Henrique Cardoso, mas Mário Covas. Fui um dos que defenderam isso. Procurei o Dr. Ulysses Guimarães e lhe contei da proposta de Brizola—o Brizola havia terminado em terceiro lugar, o Covas em quarto, o Lula em segundo. Brizola afirmou: "Eu, Brizola, e o Lula retiramos a candidatura e apoiamos o Covas, e o Covas será eleito". Lula, porém, não o quis. Mas não tenho nenhuma dúvida de que, embora não tenha chegado à Presidência da República, na tribuna dos notáveis, não há ninguém que esteja acima de Mário Covas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PDSB – PA) – Agradeço aos eminentes Senadores os apartes, os quais incorporaram ao meu pronunciamento.

Senador Pedro Simon, depois dos apartes, não há mais nada a dizer sobre esse memorável brasileiro que foi Mário Covas.

Encerro o discurso, Senadores João Batista Motta, Leonel Pavan, Sras. Senadoras, dizendo que a memória de Mário Covas está viva e, com certeza absoluta, vai conduzir os brasileiros para que este País tome o rumo do desenvolvimento e da justiça social. Naquela

reunião do dia seis, em São Paulo, estava presente o futuro Presidente da República, e lá, com certeza absoluta, a família de Mário Covas, encabeçada por Dª. Lila, recebeu a homenagem e o carinho de todos os brasileiros.

Quero fazer minhas, Senadora Ana Júlia, as palavras do Governador Almir Gabriel. E peço à Presidência que encaminhe à família do Governador Mário Covas, na pessoa de sua viúva Dª. Lila, os sentimentos do Senado da República, que foi tão brilhantemente ocupado por ele, e na certeza de que sua memória permanece viva em todos os brasileiros e conduzirá, como disse, as eleições do próximo outubro.

Usando da generosidade da Presidente Ana Júlia, quero aproveitar os minutos que me restam, para fazer uma homenagem às mulheres no dia internacional dedicada a elas. Tinha também um pronunciamento a ser feito, mas peço a Srª Presidente que seja dado como lido, que seja incluído nos Anais.

Mas quero fazer, em poucos minutos, uma referência às mulheres, homenageando-as todas, especialmente as mulheres do nosso Pará e a generosidade do Senador Mão Santa, que fez referência a minha mãe.

Quero homenagear as que já se foram, como ela, minha mãe Luna, em seu nome; e as que estão convivendo conosco, em nome da minha filha Érica. Saúdo também todas as Senadoras, que já foram saudadas por todos, as Senadoras Patrícia Gomes, Serys Slhessarenko, Fátima Cleide, Heloísa Helena, Ana Júlia Carepa, Ideli Salvatti, Roseana Sarney, Maria do Carmo Alves e Lúcia Vânia.

Tenho certeza absoluta de que nós homens não seríamos nada se não fossem as mulheres. Parabéns a todas.

Muito obrigado.

**Agenda do Presidente do Senado Federal
13-3-2006 – segunda-feira**

-
- **16:00** – Sessão Solene em homenagem aos Ministros do Supremo Tribunal Federal que foram membros da Academia Brasileira de Letras, convite do Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, e do Ministro Marcos Vilaça, Presidente da Academia Brasileira de Letras Sala de Sessões Plenárias do Supremo Tribunal Federal

CONVÊNIO Nº 0008 / 2006 -

(Processo nº 000.718/06-8)

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O SENADO FEDERAL E A ASSOCIAÇÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DO SENADO FEDERAL.

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, AGACIEL DA SILVA MAIA, e, do outro lado, a ASSOCIAÇÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DO SENADO FEDERAL - ABENSSEF, inscrita no CNPJ sob o nº 07.668.637/0001-08, com sede no SRTVN – Centro Empresarial Norte, Bloco B Sala 413 - CEP 70.190-000 Asa Norte Brasília-DF, Telefone (61) 3032-3349, Fax (61) 3326-6210, doravante designada CONVENIADA, representado pelo seu Presidente ANTONIO ROSALVO PAZ DE VASCONCELOS TORRES, RG nº 81.443.770-3 IFP-RJ, CPF nº 485.116.097-68, acordam celebrar o presente convênio, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos nº 4.961, de 20 de janeiro de 2004, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar a consignação em folha de pagamento dos valores da mensalidade e despesas efetuadas pelos servidores do Senado Federal associados à ABENSSEF.

Parágrafo único - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto nº 4.961, de 2004.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a encarregar-se do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

Parágrafo único - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DA CONVENIADA

Da **ABENSSEF** será cobrada mensalmente a quantia de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

Parágrafo Primeiro - A **ABENSSEF** se obriga a fornecer aos consignados, extrato mensal sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos valores a serem descontados em folha, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá à **ABENSSEF** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (preposto), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

Parágrafo único – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 18 do Decreto nº 4.961, de 2004, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO DAS MENSALIDADES E DESPESAS

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher à **ABENSSEF**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o valor das mensalidades e despesas devidas por seus associados.

CLÁUSULA SEXTA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, à **ABENSSEF**, na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima.

Parágrafo único – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pela **ABENSSEF** das obrigações fixadas na Cláusula Terceira sujeitará à **ABENSSEF** às sanções legais estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do imediato descredenciamento perante o Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento de descontos ainda não averbados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

Parágrafo único – Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FUNDAMENTO LEGAL

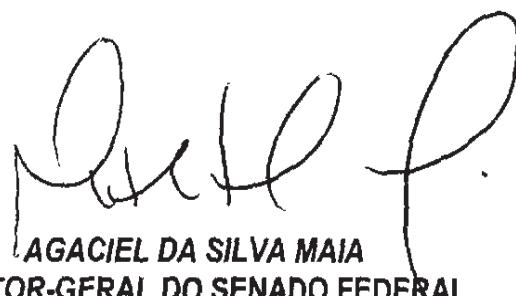
O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos nº's 4.961, de 20 de janeiro de 2004 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis nº 8.666/93 e 8.078/90.

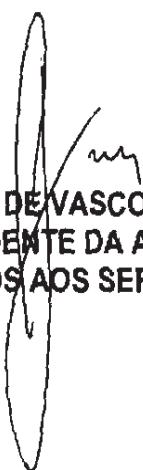
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 13 de Marco, de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL


ROSALVO PAZ DE VASCONCELOS TORRES
PRESIDENTE DA ABENSSEF
ASSOCIAÇÃO DOS BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES DO SENADO FEDERAL


DIRETOR DA SADCON


DIRETOR DA SSPLAC

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 064 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Reconduzir por 90 (noventa) dias, o prazo de vigência dos trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 140/2006, do Diretor-Geral, incumbida de implementar o sistema de gerenciamento de áudio e vídeo digital no Senado Federal.

II – Designar para integrar a presente Comissão os servidores Cláudia Lopes da Costa Góes Nogueira, matrícula 105354, Eduardo Pereira da Silva, matrícula 105470, João Batista de Holanda Neto, matrícula 3290-SEEP, Marcelo Estrella de Oliveira, matrícula 104891, Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos, matrícula 300436 e Rubens Vasconcellos Terra neto, matrícula 105597.

III – Dispensar os servidores Adriane Alves Aguilera, matrícula 42526, Cláudio Silva Miranda, matrícula 105639, Elida da Costa Silva, matrícula 51382 e Silvio Hauagen Soares, matrícula 16813.

V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal 13 de Março de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 427 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, o servidor **JAIRO JOSÉ DE OLIVEIRA**, matrícula 102160/PD, ocupante do cargo de Técnico de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Prodases, da função comissionada, símbolo FC-07, de Consultor Técnico e **designá-lo** para a função comissionada, símbolo FC-07, de Chefe de Gabinete Administrativo da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN, a partir de 06 de março de 2006.

Senado Federal, em 09 de Março de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 428 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, o servidor **ROBSON AURÉLIO NERI**, matrícula 105070/PD, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Prodases, da função comissionada, símbolo FC-07, de Chefe de Gabinete Administrativo da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN, a partir de 06 de março de 2006.

Senado Federal, em 09 de Março de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 429 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar, a servidora **MARIA ABADIA VIEIRA DORNAS**, matrícula 100629/PD, ocupante do cargo de Técnico de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do Prodasen, da função comissionada, símbolo FC-06, de Assistente Técnico e **designá-la** para a função comissionada, símbolo FC-07, de Consultor Técnico, da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN, a partir de 06 de março de 2006.

Senado Federal, em 09 de Março de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 430 , DE 2006**

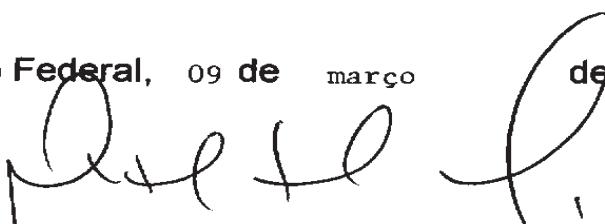
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JOHN KENNNDY OLIVEIRA GURGEL, matrícula nº 51254, e FRANCISCO TADEU GARDESANI LUZ, matrícula nº 54012, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 003009/06-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 09 de março de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 431 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003873/06-4,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUCILENE FERREIRA DE ALMEIDA**, matrícula n.º 175046, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Sibá Machado, a partir de 08 de março de 2006.

Senado Federal, em 09 de março de 2006.



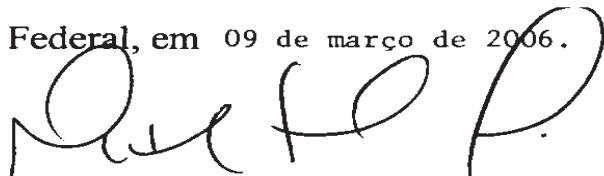
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 432 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003872/06-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RENATA GOMES DE ABREU** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sibá Machado.

Senado Federal, em 09 de março de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 433 , DE 2006****O DIRETOR-GERAL DO SENADO**

FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001.234/06-4,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 162, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3411, de 30/01/2006, que nomeou **JORGE NEMETALA JOSÉ FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 10 de Março de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 434 , DE 2006****O DIRETOR-GERAL DO SENADO**

FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000.857/06-8,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 130, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3407, de 24/01/2006, que nomeou **WILSON ANTÔNIO DE LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Maguito Vilela, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 10 de Março de 2006



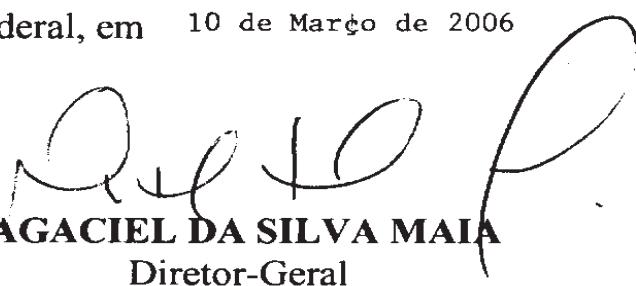
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 435 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001148/06-0,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 188, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3412, de 31/01/2006, que nomeou **JURACY JOSÉ BATISTA DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sibá Machado, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 10 de Março de 2006



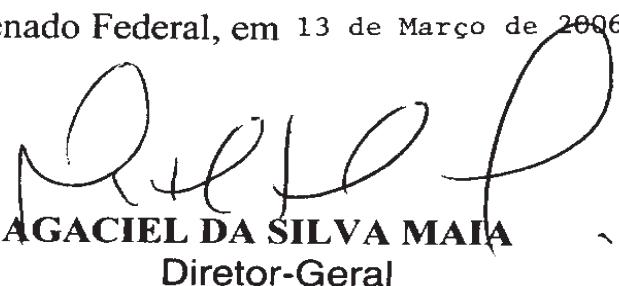
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 436 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000.540/06-4,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 146, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3409, de 26/01/2006, que nomeou **AMÉRICO EUSTÁQUIO TORRES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 13 de Março de 2006



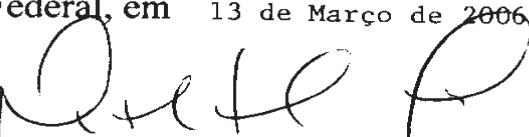
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 437 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **003991/06-7**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **AFRA PATRÍCIA CORREIA DE OLIVEIRA LIMA**, matrícula n.º 170590, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Teotônio Vilela.

Senado Federal, em 13 de Março de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA

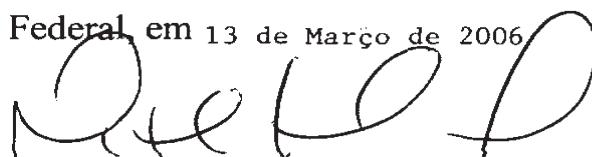
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 438 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003927/06-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS LISBOAS TRAVASSOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Senado Federal, em 13 de Março de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA

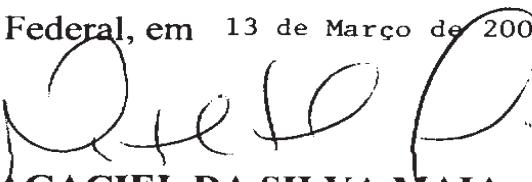
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 439 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003931/06-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **BRUNO JOHNSEN DA COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antero Paes de Barros.

Senado Federal, em 13 de Março de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 440 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.928/06-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HAMILTON BROGLIA FEITOSA DE LACERDA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aloizio Mercadante.

Senado Federal, em 13 de Março de 2006



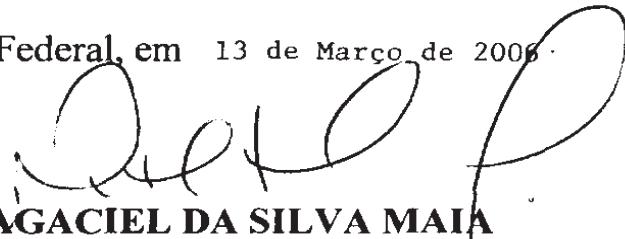
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 441 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003990/06-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SÔNIA LÚCIA SILVA COUTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Teotônio Vilela.

Senado Federal, em 13 de Março de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO N.º 442 /2006
DO DIRETOR-GERAL

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E** :

Art. 1º - Designar **JOSÉ DO NASCIMENTO DANTAS**, matrícula **34098** e **JORGE EDUARDO MARQUES DO VALLE**, matrícula **30202**, servidores da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, para gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 331/06-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de março

de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

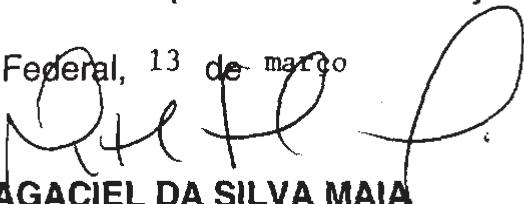
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 443 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar a servidora ISABEL CRISTINA PEREIRA DA SILVA, matrícula 39515, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA de TÉCNICO LEGISLATIVO**, Símbolo **FC-6**, da Diretoria Geral, com lotação e exercício no Serviço de Aquisições, da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias-Primas e Desenvolvimento Tecnológico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de **02 de março de 2006**.

Senado Federal, 13 de março

de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

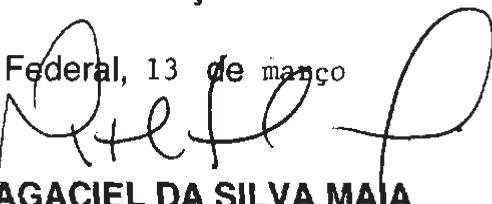
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 444 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor JEAN CHARLES FERREIRA, matrícula 33770, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA de TÉCNICO LEGISLATIVO**, Símbolo **FC-6**, da Diretoria Geral, com lotação e exercício no Serviço de Impressão Eletrônica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de **02 de março de 2006**.

Senado Federal, 13 de março

de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

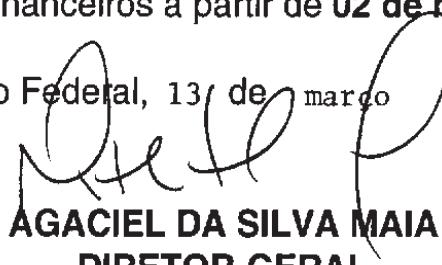
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 445 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar a servidora ELENISIA FARIAS DE ALMEIDA, matrícula **22291**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **TÉCNICO LEGISLATIVO**, Símbolo **FC-6**, da Diretoria Geral, com lotação e exercício no Serviço Atividades Especiais, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de **02 de março de 2006**.

Senado Federal, 13 de março

de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

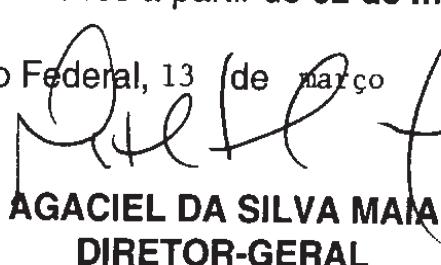
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 446 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor PAULO GOMES DE FIGUEIREDO MESQUITA, matrícula **33290**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **TÉCNICO LEGISLATIVO**, Símbolo **FC-6**, da Secretaria de Arquivo, com lotação e exercício no Serviço de Arquivo Legislativo, com efeitos financeiros a partir de **02 de março de 2006**.

Senado Federal, 13 de março

de 2006.

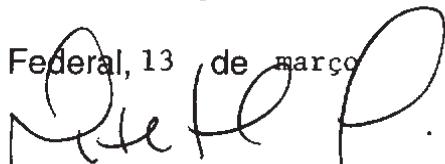

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 447 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Designar o servidor JAYME CORREA DE SÁ FILHO, matrícula 39953, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **TÉCNICO LEGISLATIVO**, Símbolo **FC-6**, da Diretoria Geral, com lotação e exercício no Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de **02 de março de 2006**.

Senado Federal, 13 de março de 2006.

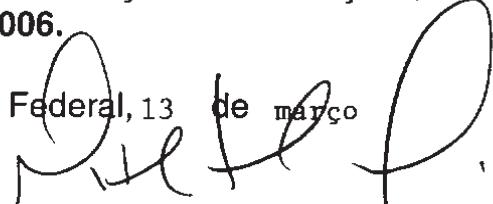

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 448 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Designar a servidora TEREZINHA DE MARILAQUE LIMA RAULINO, matrícula 29583, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **TÉCNICO LEGISLATIVO**, Símbolo **FC-6**, da Diretoria Geral, com lotação e exercício no Serviço de Apoio Administrativo e Registros Funcionais da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias-Primas e Desenvolvimento Tecnológico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de **02 de março de 2006**.

Senado Federal, 13 de março de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

**ATO N^º 449 /2006
DO DIRETOR-GERAL**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, R E S O L V E :

Art. 1^º - Designar **GERMANO TENÓRIO LOPES**, matrícula **35110** e **EDUARDO JOSÉ CAVALCANTI DE SOUZA**, matrícula **30160**, servidores da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, para gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 000032/06-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2^º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de março de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

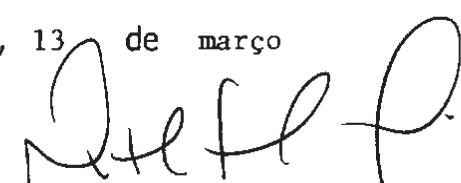
**ATO N^º 450 /2006
DO DIRETOR-GERAL**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, R E S O L V E :

Art. 1^º - Designar **JOSÉ ALVES DO NASCIMENTO FILHO**, matrícula **22473** e **JANETE MAIA DOS SANTOS**, matrícula **33379**, servidores da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, para gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 279/06-4 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2^º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de março de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52^a LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patricia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaias Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilhou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilhou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995

4^a Eleição Geral: 13.03.2003

2^a Eleição Geral: 30.06.1999

5^a Eleição Geral: 23.11.2005

3^a Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413

PMDB

Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)

Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		

PDT

Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
-----------------	----	------	--------------------	----	------

PTB

Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
----------------------	----	------	------------------	----	------

Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Romeu Tuma (PFL/SP) | 2051

(Atualizada em 23.11.2005)

⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1^a reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1^a reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003
5ª Designação: 22.03.2005
6ª Designação: 20.04.2005
7ª Designação: 16.05.2005
8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Shessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Shessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULAR(E)	SUPLENTE(S)
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RJ)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)	1. (vago)
--	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÉA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 146 PÁGINAS